



## Assembleia Municipal de Caminha

### **ATA Nº 03/21-25 SESSÃO ORDINÁRIA 2021/12/17**

*(Handwritten signatures in blue ink)*

Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, no edifício do Cineteatro do Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Jorge Paulo Alvarenga Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, substituído por Filipe Miguel Lages Pires.
- Carlos Alberto da Cunha Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, faltou.
- Paula Cristina Vieira Aldeia, eleito pelo Partido Socialista, foi substituída por Vítor José Brás Rocha.
- Narciso Costa Correia, eleito pela coligação "O Concelho em Primeiro", foi substituído por Vasco Manuel Valadares Presa.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU, Coligação "O Concelho em Primeiro e Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 34 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:



## Assembleia Municipal de Caminha

### 1º - Período de Intervenção do Público.

### 2º - Período da Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

### 3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 03 de setembro 2021;
- c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 16 de outubro 2021;
- d) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 12 de novembro 2021;
- e) – Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2022;
- f) – Minuta do Protocolo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União de Freguesias de Gondar e Orbacém para Execução do Projeto “Adaptação do Centro Cultural de Gondar para Unidade de Apoio Domiciliário” Aprovado no Âmbito do Orçamento Participativo de Caminha;
- g) – Desistência de Contração de Empréstimos do Plano de Saneamento Financeiro e Revogação dos Processos de Fiscalização Prévia Números 140/2020 e 141/2020 do Tribunal de Contas;
- h) – Lançamento de uma Derrama;
- i) – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- j) – Participação variável no IRS;
- k) – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);
- l) – Rejeição das Competências Previstas no Decreto-Lei N.º 55/2020, de 12 de agosto, que Concretiza a Transferência de Competências



## Assembleia Municipal de Caminha

para os Órgãos Municipais e para as Entidades Intermunicipais no Domínio da Ação Social.

- m) – Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março;
- n) – Regulamento de Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Pontos de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos em Locais Públicos de Acesso Público no Concelho de Caminha;
- o) – Concurso Público para Locação Operacional de Veículos Elétricos.

### Adenda à Ordem de trabalhos a 14 de dezembro 2021

p) - Apreciação da informação prestada pelo Sr. Presidente da CM Caminha, em 02.12.2021 relativamente a:

- a. Recusa de fornecimento, em papel, dos Regulamentos Municipais em vigor a um deputado Municipal.
- b. Constatação da inexistência - por não ter sido elaborado pelo órgão executivo - do relatório da oposição qua alude o art.º 10º da Lei 24/98, de 26 de maio.

q) - Com vista a promover a aproximação dos eleitos à Assembleia Municipal dos cidadãos e residentes no concelho, se discuta e aprove uma recomendação ao executivo municipal, para que, no prazo de 30 dias, se crie uma conta de correio eletrónico institucional para:

- a. Mesa da Assembleia Municipal.
- b. Deputados municipais.



## Assembleia Municipal de Caminha

r) - Face ao estado económico/financeiro em que se encontra o Município, se constitua uma Comissão ou grupo de trabalho permanente, composto por, pelo menos, um deputado eleito por cada partido/coligação, ou grupo de independentes, para acompanhamento e fiscalização da atividade da Câmara Municipal, com vista à apreciação e fiscalização mensal da evolução/redução da dívida municipal, capacidade.

### 1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público.

### 2.º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

#### a) – Informações da Mesa

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, disse que chegou à mesa duas Recomendações apresentadas pela Coligação Democrática Unitária, que se intitulam “Estudar e Preparar o Caminho para a Extinção da AdAM e Reversão do Serviço para as Câmaras Municipais” e “Pela Garantia de Mobilidade no Alto Minho e Descontos nos Transportes”.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, e disse que como se está num período de Natal trás um presente para oferecer ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, que sabe que o PS muito gosta, é um cravo. E, dizer com toda a certeza absoluta que todos os



## Assembleia Municipal de Caminha

deputados da coligação “O Concelho em Primeiro”, bem como todos os deputados desta Assembleia tem por segunda vez consecutiva o maior prazer de estar em Vila Praia de Âncora, aliás, não sendo esta a primeira vez que exerce funções públicas, é pessoalmente defensor que o poder se exerça junto do povo nas respetivas Freguesias, reitera que para eles estar em Vila Praia de Âncora é um prazer, no entanto, eles membros desta Assembleia, em particular o Senhor Presidente não pode, cumprindo a alínea b), n.º 1, do art.º7, do Regimento, convocar as Assembleias, não pode, dizia ele, por sua livre iniciativa, até que ali venha dizer com a concordância daquilo que ali tem chamado de conferencia de lideres, não pode, derrogar aquilo que conta do art.º8, do Regimento que ainda regula este órgão, e aquilo que diz o art.º 8 é que; “ as sessões têm, habitualmente, lugar na sede do Concelho em edifício a designar no ato da convocatória”, ou seja, o Senhor Presidente na sede do Concelho, que é Caminha, tem a faculdade de designar o edifício. E, refere o n.º 2 do mesmo artigo que, “as sessões poderão decorrer noutra localidade dentro da área do município”, por isso é que ali estão. Mas, para estarem ali nos termos do n.º3, era imperioso que o Senhor Presidente o fizesse com a aprovação dos Senhores Deputados, porque, a mudança da Assembleia para outro local que não seja a sede do Concelho, a convocatória para funcionamento da Assembleia nessas condições, depende diz o n.º3, “de proposta do presidente da assembleia, do presidente da câmara ou de 1/3 dos deputados, que que terá de ser aprovada por este órgão”, mas, aquilo que sabe, é que não houve proposta de rigorosamente ninguém. O Senhor Presidente não respeitou nenhum Senhor Deputado, porque não fez aquilo que era básico fazer, a pergunta, colocar à votação, nem que fosse no inicio desta Assembleia, já que não o fez previamente como o regimento determina, portanto, diz isto olhos nos olhos sem lhe ofender a honra, porque isto não é mais que uma posição política. Ou seja, o Senhor Presidente não quis saber da votação dos seus pares e do órgão a que preside, e por isso, entrega-lhe o



## Assembleia Municipal de Caminha

prémio da liberdade e da democracia deste País que é um cravo de cor vermelha.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, em resposta ao Senhor Deputado, disse que teria toda a razão se fosse uma reunião descentralizada, mas, não é. E, o Senhor Deputado falta-lhe ao respeito quando refere que ele não respeitou os Senhores Deputados, pelo contrário, ele teve em consideração e respeito pelos Senhores Deputados, e por isso é que eles estão ali hoje, porque se está numa situação de excecionalidade, e o único local que lhes oferece algumas condições de segurança, e mesmo assim, duvidosas, é este, portanto, existe uma certeza que enquanto todos usarem mascarar e houver necessidade de se manter distancia social, aquele será o local onde se irá reunir, e não precisa de pedir autorização à Assembleia, e, aquilo que o Senhor Deputado julga muito importante um formalismo, ele julga importante, o respeito pela saúde de todos, pelo que reitera tudo aquilo que ali disse, enquanto houver essa necessidade e a sede do Concelho não ofereça um local com estas condições, serão ali as sessões da Assembleia Municipal.

O **Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária, Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida leu a Recomendação “Estudar e Preparar o Caminho para a Extinção da AdAM e Reversão do Serviço para as Câmaras Municipais”

“A empresa Águas do Alto-Minho (AdAM) iniciou atividade em janeiro de 2020, constituindo-se como uma sociedade anónima detida pelos acionistas Águas de Portugal SPGS (maioritário, com 51% da estrutura acionista) e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.



## Assembleia Municipal de Caminha

Foram transferidos para esta empresa os serviços municipalizados de saneamento básico dos vários municípios e do abastecimento em baixa. A agregação dos sistemas municipais de águas provocou elevados aumentos das tarifas de água, originou o aparecimento de erros graves na atribuição de consumo de metros cúbicos de água e a constante sobrevalorização dos montantes a pagar por estimativa, gerou cobranças indevidas de taxas de saneamento, um serviço de atendimento ineficaz, o que se afigura como inaceitável para os cidadãos que, quanto à constituição da empresa, não tiveram qualquer responsabilidade.

A inação e ausência de respostas que fragilizam a economia e a saúde familiar de mais de centenas de milhares de famílias nestes municípios são absolutamente inaceitáveis e assumem maior gravidade no momento atual, por força da COVID-19, considerando as situações de confinamento imposto e o agravamento das dificuldades das famílias.

Lembramos que os eleitos da CDU na região se opuseram ao processo de criação desta empresa, que não mereceu igual oposição de PS, PSD e CDS. Um ano depois, todos os alertas que o fizemos sobre esta matéria, confirmam-se nos inúmeros prejuízos causados a centenas de milhares de famílias com erros de faturação, cobranças indevidas, preços exorbitantes no valor da água e saneamento. Confirma-se hoje o que a CDU denunciou quase há dois anos atrás, tendo então assinalado os nefastos prejuízos da entrada em funcionamento da AdAM, empresa que faz a gestão das redes de água em baixa e de saneamento do Alto Minho, nomeadamente o aumento significativo da fatura da água, os erros de leitura dos contadores, erros resultantes da faturação indevida de taxa de saneamento e ainda o IVA taxado nas tarifas fixas do saneamento básico e resíduos sólidos.

Sendo a água um bem essencial à vida, sem a qual nenhum ser vivo pode viver, a acessibilidade à água constitui um direito universal que tem de ser assegurado a todos os cidadãos. A universalidade do acesso à água só se garante em toda a sua plenitude contrariando lógicas mercantilistas e



*Handwritten signature in blue ink.*

*Handwritten symbol in black ink.*

## Assembleia Municipal de Caminha

exploradoras e assegurando o abastecimento de água e de saneamento, de qualidade e acessíveis a toda a população.

Assim, face ao exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, a CDU – Coligação democrática Unitária propõe que a Assembleia Municipal aprove recomendar que a Câmara Municipal intervenha junto do governo e dos restantes municípios para que:

1. Se estude o caminho para a dissolução da empresa Águas do Alto Minho e para a reversão integral para os municípios dos serviços assegurados por esta empresa;
2. Tome as medidas necessárias para assegurar o retorno de todos os montantes cobrados indevidamente e em excesso, a todos os consumidores, num prazo máximo de 2 meses;
3. Promova, no âmbito das suas competências, medidas de apoio aos sistemas que favoreçam uma política de preços e tarifas que assegure a todos o acesso à água e saneamento, em condições de igualdade e que não penalize as famílias e as populações;
4. Garanta que todos os trabalhadores da empresa Águas do Alto Minho mantêm os seus postos de trabalho e os direitos laborais associados.

Os proponentes,

CDU – Coligação Democrática Unitária”

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Relativamente a esta recomendação aqui trazida pela CDU, a bancada da Coligação O Concelho em Primeiro não poderá subscrever esta recomendação pois ela não representa a realidade do que aconteceu no concelho de Caminha.



## Assembleia Municipal de Caminha

Lembramos que à data dos fatos em 2018 as primeiras vozes a levantarem-se contra a adesão do concelho de Caminha à ADAM foram as vozes dos vereadores da oposição eleitos pelo PSD de Caminha em reunião de câmara, seguidamente também os eleitos para a Assembleia Municipal de Caminha pelo PSD mostraram claramente que eram contra a adesão á ADAM, juntamente com os representantes da CDU na assembleia municipal de 29 de junho de 2018.

Apesar de fazer parte do programa eleitoral da Coligação O Concelho em Primeiro a saída imediata da ADAM e de concordarmos com a grande parte da recomendação apresentada não a poderemos favorável à mesma a não ser que esta seja revista e reescrita no seu quarto parágrafo, primeira linha onde diz e passo a citar "(...) Lembramos que os eleitos na região se opuseram ao processo da criação desta empresa, que não mereceu igual posição do PS, PSD e CDS. (...)". Ora isto, por tudo aquilo que já disse, é uma inverdade que afeta diretamente um dos partidos que compõe a nossa coligação naquilo que foi a sua ação durante todo o processo da adesão à ADAM no concelho de Caminha.

Referimos novamente que estaremos ao lado da CDU nesta recomendação se a mesma for alterada e repuser a verdade dos fatos do que se passou no concelho de Caminha.

Disse”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que esta recomendação não tem qualquer tipo de inverdade. Fala, no 4.º parágrafo do que aconteceu na região. E a região não é o Concelho. E, portanto, aquilo que aconteceu na região efetivamente foi que PS, PSD e CDS não tiveram exatamente a mesma coerência que teve a CDU em todo este processo. Nessa medida, não lhes parece que seja justo sequer rever ou alterar o parágrafo ali em questão. Importante é, também, o teor da própria recomendação que aponta para uma ação coletiva, para uma ação muito mais ampla, não apenas



## Assembleia Municipal de Caminha

a partir do Concelho de Caminha. E todos andaram no terreno no último ato eleitoral e todos perceberam a vontade da população. Todos perceberam aquilo que vai na alma dos Caminhenses, mas também perceberam o que vai na alma de todos os munícipes que aderiram a este negócio. Aliás, que os decisores políticos decidiram avançar em termos de negócio de água. E a verdade, neste momento, é que aquilo que se pede é que se conheça, que se estude e que se ponha a nu aquilo que implicará a reversão total. Não é a saída do Concelho de Caminha. É a reversão total.

A reversão total, uma vez mais, implica toda a região. E, por isso, uma vez mais não se lhes afigura muito necessário alterar esse parágrafo para estar a restringir ao Concelho de Caminha. Logo, a questão é muito mais ampla, é para a região.

Disse.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, Disse que por muito que sejam a favor da total reversão e foi isso que defenderam durante a Campanha Eleitoral, não se podem esquecer o que está no texto que passa a citar “Assim, face ao exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, a CDU – Coligação democrática Unitária propõe que a Assembleia Municipal”. E, portanto, a Assembleia Municipal é a Assembleia Municipal de Caminha e aprove recomendar que a Câmara Municipal, que por acaso é a Câmara Municipal de Caminha, é o Concelho onde estão e enquanto não for reposta na Assembleia Municipal de Caminha, no texto da Assembleia Municipal de Caminha que aprova, que vai fazer uma recomendação à Câmara Municipal de Caminha da realidade do que se passou, relativamente a um dos partidos, que faz parte da coligação que defendem neste momento, terão que votar contra. Pede imensa desculpa, é uma questão de interpretação. Muito obrigado.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, propôs para votação a Recomendação apresentada pela Coligação Democrática Unitária, a qual foi rejeitada por 32 votos e 2 votos a favor.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez declaração de voto, e disse que os Deputados e os eleitos para as Juntas de Freguesia pela coligação “O Concelho em Primeiro” votam esta recomendação desfavoravelmente devido ao que foi referido anteriormente, porque não repõe a verdade sobre o que foi a realidade no Concelho de Caminha.

De seguida o **Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária, Joaquim Celestino Ribeiro**, leu a segunda Recomendação “Pela Garantia de Mobilidade no Alto Minho e Descontos nos Transportes”.

“A região do Alto Minho, integralmente constituída pelos 10 concelhos que integram o distrito de Viana do Castelo, integra a NUTIII Norte e beneficia de uma localização geográfica e riquezas endógenas de grande valor que não têm sido devidamente potenciadas.

A posição estratégica decorrente da ligação entre a região mais exportadora do país e a Galiza confere ao Alto Minho potencialidades que não têm sido devidamente aproveitadas e potenciadas ao longo dos anos nem impediu que a realidade regional seja marcada pela perda de população, a existência de uma taxa de escolarização no ensino superior aquém do registado na região norte e no país, com uma diminuição de alunos em todos os níveis de ensino. Uma realidade que, a não ser invertida, hipoteca as possibilidades de desenvolvimento futuro.

A dimensão estrutural dos problemas é bem visível nos dados oficiais de desemprego. Segundo dados do INE, divulgados em outubro de 2021, durante a pandemia, o distrito viu aumentar em 32% o desemprego de longa duração, enquanto a região norte se ficou pelos 28%.



## Assembleia Municipal de Caminha

Segundo o Conselho Estratégico Desenvolvimento Intermunicipal, a região manifesta dificuldade de valorização económica dos recursos endógenos; fragilidade das atividades associadas ao setor primário; precisa melhorar a sua capacidade de formação profissional; tem fragilidade do sistema regional de inovação; manifesta fragilidades na articulação supramunicipal e na qualidade e/ou cobertura dos parques empresariais; tem uma limitada relação funcional entre as zonas urbanas e os territórios de génese rural... mas também uma evidente fragilidade do sistema de transporte público e de uma efetiva intermodalidade.

Na verdade, à carência de serviços públicos que sirvam as necessidades das populações, junta uma deficitária (em alguns casos mesmo inexistente) rede de transportes públicos que permita que a população se desloque para o trabalho, para a escola, para hospitais ou centros de saúde, ou mesmo para o centro do concelho, muitas vezes o local onde se encontram muitos dos serviços públicos e serviços de proximidade existentes, empurrando muitas pessoas para o uso do transporte individual, sendo que, quem não o tem é obrigado a recorrer a táxis, com custos difíceis de comportar.

O não cumprimento do direito à mobilidade compromete, também, o acesso à saúde e à educação, por exemplo, pelo que significa de dificuldades agravadas para chegar aos locais onde estes serviços funcionam.

Esta realidade tem um impacto particularmente grave na população idosa que, com baixas pensões e dificuldades de mobilidade acaba por ficar numa situação de isolamento e por não aceder a serviços fundamentais, muitas vezes essenciais à sua sobrevivência (como é o caso de acesso a cuidados de saúde).

Para estas dificuldades concorrem também os preços elevados dos transportes públicos existentes, designadamente os rodoviários, que são assegurados por operadores privados, além da fraca frequência das carreiras, que se traduz, muitas vezes, na existência de unicamente duas carreiras por dia – uma,



## Assembleia Municipal de Caminha

habitualmente de manhã cedo, para sair da localidade; outra, habitualmente ao fim da tarde, para voltar a casa.

Importa também referir as consequências profundamente negativas e os impactos na negação do direito à mobilidade provocados pela intervenção na linha do Minho, onde a frequência de comboios é desajustada às necessidades e as bilheteiras foram praticamente todas desativadas.

A CDU entende que o direito à mobilidade é um direito fundamental das populações e que a sua garantia passa pela existência de uma rede articulada de transportes públicos que, cobrindo as necessidades de mobilidade, assegure a ligação aos serviços públicos e de proximidade existentes na região, bem como assegure a ligação entre os vários concelhos desta região, tendo em consideração horários, frequências que sejam efetivamente adequados às necessidades das populações e a preços que tenham em conta as condições económicas e sociais existentes e não os lucros dos operadores privados da região.

O direito à mobilidade é um direito fundamental. As populações do distrito de Viana do Castelo sofrem dificuldades acrescidas, vivendo confrontados com as consequências das opções políticas seguidas ao longo de décadas por sucessivos governos que nunca assumiram os transportes públicos e o direito à mobilidade das populações como uma responsabilidade do Estado, preferindo encontrar sempre caminhos de entrega a operadores privados, que nunca se traduziram numa rede articulada de transportes, ao serviço das populações e da região, significando sim transportes com sucessivos aumentos de preços, cortes na oferta e degradação da qualidade dos equipamentos.

O direito à mobilidade, além de direito fundamental, tem também a sua consagração constitucional do Artigo 65.º, quando está plasmado que, para a garantia do direito à habitação incumbe ao Estado “Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social”.



## Assembleia Municipal de Caminha

O desenvolvimento de uma rede articulada de transportes na região significará a garantia do direito à mobilidade das populações, sendo também importante para o desenvolvimento da economia local e regional.

Assim, nos termos da leis e regimentais aplicáveis, a CDU – Coligação Democrática Unitária, propõe à Assembleia Municipal que aprove a presente recomendação à Câmara Municipal para que interceda junto do governo e da CIM, a fim de garantir que:

1. Em articulação com as entidades competentes promova as medidas necessárias que permitam, proceder ao levantamento da rede de transportes públicos (rodoviários e ferroviários) que prestam serviço nos concelhos do Alto Minho e identifique as principais carências e insuficiências;
2. De acordo com os resultados do levantamento, promova, junto das entidades competentes, um Plano de Mobilidade para a Região do Alto Minho, em articulação com as autarquias e outras entidades locais, de forma a garantir a ligação inter-concelhia e inter-regional, bem como a ligação de cada uma das freguesias e das zonas de maior concentração populacional, aos serviços públicos (escolas, centros de saúde, hospitais, tribunais, entre outros).
3. A implementação de um Sistema Tarifário Multimodal integrado no PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária), garantindo descontos equiparados aos praticados nas Áreas Metropolitanas.

Os proponentes,

A CDU – Coligação Democrática Unitária”

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse que esta moção foca ali uma realidade da nossa região, e, tudo o que está na moção é importante, no entanto, ressalva que este trabalho já está a ser implementado e desenvolvido pelo município, e, por isso, faz parte integrante daquilo que é a preocupação



## Assembleia Municipal de Caminha

deste executivo, as quais estão patentes nesta moção, logo, os eleitos do Partido Socialista irão votar a favor desta moção.

**O Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse que a sua intervenção vai no seguimento daquela que o Senhor Deputado Hugo Martins ali fez, no entanto, vai fazer uma pequena correção ao texto. E, dizer que o Concelho não está na NUTIII Norte, mas, NUTII Norte, na NUTIII é Alto-Minho, só uma pequena correção na recomendação. Mas, quer ali dizer que o problema do transporte é um problema substantivo. É um problema substantivo nas áreas metropolitanas, mas, também nas nossas comunidades. Nas áreas metropolitanas tem-se um problema substantivo, na falta de qualidade de transporte público, existe um défice de transporte público. E, portanto, ao longo deste tempo e neste contexto pandemia viu-se bem a necessidade de um transporte público e ele praticamente parou se não fossem as Câmaras Municipais e, por conseguinte, tem que haver claramente maior investimento em transporte, em transporte público numa necessidade de rede, sabe-se que a CIM à semelhança de outras está a fazer esse levantamento, essa articulação. As Câmaras Municipais e a Câmara de Caminha vai fazer esse trabalho, mas em substancia subscrevem o essencial desta recomendação e, dessa forma, deve ser feito um estudo, um maior empenho, uma maior dedicação porque, não se pode ter um território que seja justo, que assegure qualidade, qualidade de vida, na qualidade de acesso à saúde e às necessidades mais básicas se possuirmos um território isolado e, por isso, necessita-se claramente de um melhor transporte. Logo, subscreve claramente esta moção.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse em nome dos eleitos da coligação “O Concelho em Primeiro”, que se reveem quase na totalidade, quer dos fundamentos quer da proposta. Obviamente, que têm de ter consciência que será muito difícil que as empresas privadas que visam lucro, sobretudo com os elevados custos que têm de suportar, nomeadamente com os combustíveis, consigam por exemplo chegar às Argas para ir buscar uma pessoa, num autocarro, duas, três, quatro vezes por dia. Isto é impossível. Agora de facto, há muito que falta neste distrito e, se calhar no País todo, uma política de transportes integrada e, neste Distrito em particular, uma política de transportes inter-regional.

Infelizmente, as Câmaras Municipais nos últimos anos, desde que o cravo, vingou a ditadura, ainda que esteja meio disfarçado na cor ultimamente. Infelizmente, dizia que, as políticas dos transportes dos municípios têm-se limitado a recriar aquilo que chamam Centros de Coordenadores de Transportes. Que não são mais do que parques de estacionamento de autocarros, porque de coordenação não tem rigorosamente nada. E Caminha não foge à regra. Tem um Centro de Coordenador de Transportes em Vila Praia de Âncora, tem outro em Caminha, mas de coordenação não tem rigorosamente nada. E, de facto, Sr. Deputado. Tendo e tomando nota que isto é uma postura que a CDU que a nível Distrital está adotar, em que vossa excelência ali trouxe na primeira pessoa, quero-lhe manifestar que, apesar de estarem em lados opostos, do ponto de vista da visão política e do destino do Concelho, estão perfeitamente de acordo os eleitos de “O Concelho em Primeiro” com as propostas que ali apresentam, bem haja e o que se precisa é que elas sejam implantadas. Mais do que isso, que sejam acompanhadas, e que dentro de um ano esteja ali o Sr. Presidente a prestar contas daquilo que foi esta recomendação.

Muito obrigado.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, propôs para votação a segunda Recomendação apresentada pela Coligação Democrática Unitária, a qual foi aprovada por unanimidade.

### **b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia**

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, abriu as inscrições para este período e lembrou que o grupo do PS tem 24 minutos, "O Concelho em Primeiro" tem 22 minutos, a CDU 8 minutos e o Bloco de Esquerda 6 minutos.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Múncipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse o seguinte;

"O Bloco de Esquerda está preocupado com as queixas que tem recebido por parte de muitos trabalhadores do Município, que afirmam que o processo de avaliação de desempenho está paralisado há muito tempo, há anos, e com isso, os trabalhadores do Município estão a ser prejudicados na avaliação e na evolução da sua carreira profissional.

Dizem-nos os Funcionários Municipais que os seus processos de avaliação, no âmbito do SIADAP, já não ocorrem há vários anos, há tantos que já nem se recordam de quando foi que ocorreu a última avaliação e de quando foi a última vez que lhes foram fixados objetivos para o desempenho das suas funções.

Perante estas queixas, ficamos com a impressão de que a progressão na carreira dos trabalhadores municipais está congelada e está congelada, talvez, propositadamente, uma vez que na ausência de avaliações, a progressão e as subidas nos vencimentos fica adiada e, portanto, a despesa do Município não aumenta, por esta via.



## Assembleia Municipal de Caminha

Daquilo que nos é dado compreender, haverá uma verdadeira suspensão no sistema de avaliação com propósitos que só se compreendem pela vontade de contenção da despesa.

Assim, gostaríamos que o Senhor Presidente do Município nos esclarecesse – e esclarecesse também esta Assembleia – se a suspensão da avaliação se deve a um propósito de contenção da despesa ou se se trata de mera incúria dos serviços, ou ainda se, pelo contrário, as alegações dos trabalhadores são incorretas, falsas ou até, nesse sentido, eventualmente, caluniosas.

Outro dos aspetos; ou melhor, outro dos problemas, que muito vem preocupando os caminhenses e que, por isso, nos têm abordado, prende-se com o horário dos centros de saúde, ou, como atualmente se denominam: “Unidades de Saúde Familiares”.

Estas Unidades de Saúde Familiares, de Vila Praia de Âncora e de Caminha, têm um horário muito idêntico a um qualquer estabelecimento comercial ou até a uma qualquer repartição de serviço público. Abrem às 8 da manhã e fecham às 8 da noite, mas só nos dias úteis. Nos sábados, nos domingos e nos feriados, estão encerrados (de acordo com a informação pública oficial do Serviço Nacional de Saúde).

Já sabemos que esta situação não é nova; não acabou de acontecer, mas, dando seguimento aos pedidos que nos são endereçados, gostaríamos que o Senhor Presidente do Município, nos esclarecesse sobre as diligências que o Município tem levado a cabo no sentido de contrariar esta perda para os utentes do concelho ou, se, no seguimento dessas diligências, esbarrou com a intransigência, silêncio ou promessas vazias, por parte do governo central, na manutenção destes horários e, assim sendo, se já ponderou criar alternativas para os caminhenses, seja no âmbito das possibilidades do próprio Município ou através de protocolos com entidades privadas, da área da saúde ou da ação social, mesmo que com custos para os utilizadores, pela criação de uma ou mais unidades de prestação de cuidados básicos de saúde, mas com horários



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

## Assembleia Municipal de Caminha

que complementem aqueles em que o Serviço Nacional de Saúde nos deixa a todos desprotegidos.

Qualquer caminhense que sofra um acidente, um simples corte na mão, por exemplo, deveria poder acorrer a uma unidade de saúde local, próxima, com prestação de, pelo menos, um serviço de enfermagem, para, pelo menos, prestar os primeiros socorros.

Pelo menos nas duas vilas que fazem parte deste concelho, seria desejável que, para além das 8 horas da noite, aos sábados, aos domingos e aos feriados, os caminhenses pudessem ter a tranquilidade e a segurança de que, pelo menos, um simples penso para estancar o sangue de um corte, seria possível aqui perto, sem necessidade da deslocação ao hospital distrital em Viana do Castelo ou, mesmo que ali tivesse que ir, fosse mas já com alguns primeiros socorros prestados.

Se o governo central não quer permitir que os caminhenses detenham um bom serviço de assistência na saúde, se as insistências para a alteração dessa postura resultam em nada, então há que procurar alternativas.

Noutros municípios do Alto Minho vemos como têm surgido diversas unidades hospitalares privadas.

Estamos plenamente convencidos de que a oferta privada não é a solução desejável para substituir o Serviço Nacional de Saúde, no entanto, perante a intransigência do governo central e da impotência dos municípios, as populações não podem ficar de braços cruzados e desprotegidas.

Assim, gostaríamos de saber das diligências e das perspetivas de solução que o município já tenha ponderado ou, caso não tenha ainda realizado essa ponderação, se considera tal possibilidade, mais que não seja através da criação de um simples posto de primeiros socorros.

De momento, expomos apenas estas duas questões, para as quais solicitamos esclarecimentos, sendo certo que as demais questões e problemas para os quais os caminhenses nos vêm abordando, serão objeto de oportuna



## Assembleia Municipal de Caminha

apresentação e mesmo de sugestão para inclusão no orçamento municipal no âmbito do exercício do direito de oposição”.

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e começou a sua intervenção por saudar o Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves pela sua reeleição enquanto Presidente do Conselho Regional do Norte.

É com muito gosto e orgulho enquanto caminhense que o vejo novamente neste cargo. Tenho toda a certeza de que continuará a ser uma voz ativa na nossa região, que sempre se fará e nos fará ouvir em defesa dos interesses, das necessidades e melhores estratégias das nossa comunidades e população.

Os meus sinceros parabéns, desejos de muitos sucessos e que continue a vencer batalhas que forem surgindo ao longo deste mandato de 4 anos.

De seguida dá início à sua intervenção;

“Nos passados dias 2 e 3 de dezembro tive a honra de participar na II Edição do Curso Breve sobre a Prospecção e Pesquisa do Lítio -Avaliação Ambiental, coordenado por António Cândido de Oliveira e Hugo Flores da Silva, realizado através da plataforma online ZOOM, organizado pela Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDREL).

As sessões que se revelaram verdadeiramente enriquecedoras, a todos os níveis, proporcionaram-me a oportunidade de clarificar algumas questões, nem sempre abordadas com clareza, relativamente à Pesquisa e Prospecção do Lítio. Num debate aberto e franco, os participantes do Curso Breve fomos capazes de ouvir e conhecer todo o tipo de dados e informações claras, mais ou menos favoráveis ao tema do Lítio.

Ainda assim, no final do Curso, das Sessões e dos Debates, foi claro e óbvio que a Pesquisa e Prospecção do Lítio no Território Nacional e especialmente no



## Assembleia Municipal de Caminha

nosso território da Serra D'Arga e do Concelho não representam, de todo, ações proveitosas, ambientalmente favoráveis ou, inclusive, economicamente rentáveis.

Este executivo caminhense e socialista, encabeçado por Miguel Alves, teve sempre muito claro que estas ações seriam inteiramente nocivas para a fauna, flora, água, território, a cultura, e, especialmente, as gentes da Serra D'Arga, colocando-as em risco, uma vez que no momento em que se perde o património natural, irreparavelmente se perde uma parte da identidade e da comunidade.

Assim, tem vindo, ao longo do tempo a demonstrar, SEMPRE, a sua posição bem vincada e preocupada contra a Exploração do Lítio na Serra D'Arga e todos os esforços e diligências foram tomadas atempada e corretamente.

Para além de todas as ações que tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos e que enumerei na minha última intervenção na Assembleia Municipal Extraordinária do passado mês de novembro, a Câmara Municipal de Caminha deu um parecer negativo ao Programa de Pesquisa e Prospecção de Lítio no âmbito da consulta pública que decorreu até ao passado dia 10 de dezembro e na qual todos fomos convidados a participar.

Ao longo do documento com 31 páginas a Câmara Municipal de Caminha apresentou, como se pode consultar livremente online, uma preocupação e cuidados óbvios com a possibilidade de que os danos irreparáveis de que a Serra D'Arga seria alvo danificariam para sempre e sem qualquer possibilidade de remissão o pulmão e o coração natural do nosso Concelho, deixando totalmente explícito que, e passo a citar, "o valor económico do meio ambiente, paisagem, praias, margens do rio, aldeias e tradições é incomensuravelmente superior e mais perene do que o valor económico que uma ou mais minas de Lítio possam trazer para o concelho nas próximas décadas." - Fim de citação.

O investimento naquela área, pelas mãos e pelo esforço deste executivo, tem sido feito precisamente no sentido contrário, de valorizar a Serra D'Arga em equipamentos, em melhoria de património histórico e edificado, na criação e



## Assembleia Municipal de Caminha

marcação de trilhos, com o surgimento de novas valências e ofertas lúdicas e pedagógicas que preenchem todas as gerações.

Aproveito por isso para questionar o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Miguel Alves, acerca dos próximos passos ou que ações tem, certamente, o Município de Caminha planeadas para continuar com esta luta pela região da Arga e pelo bem-estar e conservação do seu Concelho e das suas gentes nesta questão da Pesquisa, Prospeção e Extração do Lítio?

Permitam-me terminar, lembrando as palavras de ordem da Manifestação que no passado dia 23 de outubro encheram as ruas da cidade de Viana, enfeitadas numa modinha de concertina minhota:

"Fora da Bouça, que a Bouça é nossa!". "Fora da Serra, que a Serra é nossa!"

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e deu início à sua intervenção;

"Quero aproveitar o momento do período antes da ordem do dia para falar sobre uma obra que se encontra a decorrer e que é de enorme importância para o concelho, mas especialmente para Vila Praia de Âncora. Esta obra é de grande sensibilidade no território a nível social e económico, mas também a nível ambiental e de segurança de pessoas e bens. Refiro-me à intervenção da Duna dos Caldeirões.

Como é sabido e se encontra registado na história, o sistema dunar da Duna dos Caldeirões tem grandes fragilidades, tendo sido agravado ao longo dos anos, sem nunca se ter feito uma intervenção de fundo.

Em 2014, com a tempestade Hércules, a duna caiu pela força do mar e também pela força do rio Âncora. E permitam-me fazer aqui um parêntesis. As condições do rio Âncora, nomeadamente a forma do seu caudal, estão intimamente ligadas com a situação a montante, no local onde nasce.



## Assembleia Municipal de Caminha

É na Serra d'Arga que o nosso rio inicia o seu curso. É na serra que temos de cuidar da nascente e afluentes do rio Âncora. E é preciso esclarecer e lembrar que todos os executivos que passaram pela Câmara de Caminha identificaram e se focaram neste tema. Mas, infelizmente, só houve ação quando Miguel Alves e o seu executivo entraram em 2013.

E esse trabalho tem sido feito. E enumero algumas ações: foi feita a reflorestação de muitas parcelas; foi feito um grande investimento na Defesa da Floresta contra incêndios; foram limpas muitas linhas de água; foi reorganizado o território, com o PDM, protegendo as áreas mais sensíveis. É preciso lembrar que este executivo até foi acusado de ser demasiado verde; foi realizado o estudo exaustivo de todos os valores existentes na Serra d'Arga e na bacia do rio Âncora até à sua foz, entre eles a fauna, flora, geologia, valores culturais, entre outros; foi promovida a classificação da Área de Paisagem Protegida de âmbito regional. E agora o Município de Caminha, na pessoa do seu presidente, Miguel Alves, lidera a grande e difícil luta contra o lítio.

Apesar de não parecer, pela distância física, todas estas ações são também para proteger o rio Âncora, a Duna dos Caldeirões, e em última análise, a continuação da existência de uma das melhores praias do país. Razão por maior que sustenta a economia local através da paisagem e do turismo.

A Duna dos Caldeirões tem hoje a maior intervenção da sua história e apesar de haver muitos engenheiros que dão o seu parecer nas redes sociais, é preciso dizer que há verdadeiramente técnicos competentes, com preocupações ecológicas e sustentáveis. Nesta obra, foram utilizadas as melhores técnicas de bioengenharia, as mais avançadas do momento, e que permitem a continuidade deste sistema dunar e da nossa praia, ex-líbris de Vila Praia de Âncora e do nosso concelho.

Traduzido em números, esta obra em Vila Praia de Âncora tem o custo de 1 milhão e 700 mil euros. Foram movimentados 110 mil metros cúbicos de areia, trazidos da outra grande obra que decorre em simultâneo, o desassoreamento do Portinho. Vão ser plantadas 200 mil plantas dunares, permitindo uma



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

## Assembleia Municipal de Caminha

recuperação natural e sustentável. E é preciso dizer ainda que a Câmara Municipal de Caminha conseguiu mais. As empresas que operam nesta grande obra são do nosso concelho. Este investimento realizado é uma ajuda à empresa de construção e à empresa que fornece as plantas, que têm sede em Âncora e Vile, respetivamente. Esta é também uma forma de apoio às empresas, ao emprego e à economia local.

Em Vila Praia de Âncora, nós, Ancorenses, somos exigentes e pedimos sempre mais.

Nunca estamos satisfeitos, pois sabemos do potencial da nossa terra. Mas reconhecemos que os últimos anos têm sido bons para o concelho e para a nossa vila. Sabemos do esforço que é feito, muitas vezes injusto com as outras freguesias do nosso concelho, e que merecem igualdade no tratamento. Em nome dos Ancorenses, que contribuíram e me elegeram enquanto deputado desta assembleia, e em nome da bancada do Partido Socialista, agradeço todo este esforço e dedicação pelo concelho e, principalmente, por Vila Praia de Âncora. Obrigado.

Quero aproveitar ainda este momento para dar os parabéns ao presidente da Câmara de Caminha, que no dia de ontem foi reeleito presidente do Conselho Regional do Norte. É notório que o nosso concelho nunca esteve tão bem posicionado a nível nacional e na relação com os governos. Quer o do Partido Socialista, como é mais natural, quer o do PSD, que na situação da queda da duna dos caldeirões, era quem estava no poder. E por isso deixo os parabéns a este grande político da nossa terra que tem feito muito pelo concelho de Caminha. Obrigado caro Presidente.”

O **Senhor Deputado Luis Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, começou por agradecer à família pelo apoio que lhe deram para ali estar, e, também à Senhora Dr.<sup>a</sup> Liliana Silva



## Assembleia Municipal de Caminha

pelo convite que fez para participar nas listas, na certeza que estará ali a defender “O Concelho em Primeiro”.

De seguida, passou à apresentação de power point, e disse que o documento ali apresentado foi pedido por requerimento da bancada que representa, e não refere nenhuma identificação, nenhuma assinatura e data, logo, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha e responsável pela Divisão Financeira da mesma; como é possível um documento como este, ser enviado a uma bancada? E, o documento não é mais do que um mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, trata-se de um pressuposto legal para contração de empréstimos, são nulas quaisquer deliberações que aumentem despesa não permitida por lei. E, o Senhor Presidente de Câmara recebeu uma minuta do Tribunal de Contas e foi transmitido nos diversos documentos enviados para esta Assembleia de como preencher aquele documento, o qual deve ser datado, assinado, como aliás o Senhor Presidente enviou ao Tribunal de Contas, devidamente preenchido e assinado.

De seguida o Senhor Deputado passou a analisar o documento, onde refere que a dívida total do município de 26 005 932,59€, esta é a dívida total do município à data do documento que lhes foi enviado; na segunda alínea refere 25 000,00€, pergunta se este valor corresponde à dívida que o Município tem com a Fundação Serralves? Se assim o é, com tanta instituição com necessidades neste Concelho, porque foi este dinheiro para o Porto. E, ainda em relação aos vinte e seis milhões disse o Senhor Deputado que cada munícipe do Concelho de Caminha deve do seu bolso mil e seiscentos euros. Na terceira alínea dividas a fornecedores 11 432 145,56€, logo a dívida do Município de Caminha à data de envio ao Tribunal de Contas 22 831 220€ e à data deste documento informal que lhes foi enviado é de 26 005 932,59€, ou seja, em tão pouco tempo de um ano para o outro a dívida aumentou em 3 174 715,59€ e tendo em conta a margem utilizada no primeiro documento



## Assembleia Municipal de Caminha

gostava de saber como o Senhor Presidente pretende pagar esta dívida do Município de Caminha.

Muito obrigada.

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Após ter analisado, os documentos solicitados por parte de um deputado da bancada Coligação em Primeiro e de os mesmos terem sido entregues pela Câmara Municipal, houve em particular um que me chamou a atenção. Este documento tem a ver com a conta corrente da CPCJ.

Conta corrente essa elaborada desde o dia 1 de janeiro de 2021, até ao dia 29 de novembro de 2021, e nesse documento pode-se verificar que foi atribuído à CPCJ, ou seja orçamentado o valor de € 20.416,20, sendo que até ao dia 29 de novembro de 2021, apenas foi gasto e faturado o valor de € 3.395,02.

Sabemos que a nossa Câmara Municipal se encontra mal em termos financeiros, mas o que é certo é que foi orçamentado o valor de € 20.416,20 para a CPCJ.

Ora, nos termos do artigo 14º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, cabe ao município o apoio logístico, financeiro e administrativo.

Eu pergunto, como que a CPCJ consegue fazer o seu trabalho, com um valor de € 3.395,02?

Sendo que cabe a CPCJ promover os direitos das crianças e jovens, de prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a segurança, a saúde, a formação, a educação e o desenvolvimento integral das crianças.

Segundo o relatório da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens no ano de 2019, no concelho de Caminha existiu uma média mensal de 39 processos ativos e em 2020, a média mensal subiu para 44 processos ativos



## Assembleia Municipal de Caminha

Na Rua Direita em Caminha, cada vez mais se vê crianças que a partir dos 13 anos de idade, começam a frequentar os bares, bebem bebidas alcoólicas, consomem estupefacientes.

Temos jovens que maltratam professores nas nossas escolas, que maltratam outros crianças da mesma idade, ou até mais jovens.

Temos jovens, que com tenra idade começam a frequentar os tribunais, pelos piores motivos.

A violência entre os nossos jovens está a aumentar.

Temos crianças, que sofrem de maus tratos físicos, psicológicos, que não recebem os cuidados adequados as suas idades, crianças que de forma direta ou indireta estão sujeitos a comportamentos que afetam a sua segurança, a sua estabilidade, o seu equilíbrio emocional, o seu crescimento. Situações que com o confinamento foi piorando.

A CPCJ intervém ou deve intervir, porque é da sua competência, quando a família e ou as escolas não o conseguem fazer, quando já não é possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma adequada.

Devemos apostar na prevenção, de forma a evitar as situações perigosas para as nossas crianças e jovens. E isso apenas se consegue desenvolvendo ações de promoção dos direitos e de prevenção, informando a comunidade sobre os direitos das crianças e sensibilizar para apoiar sempre que as crianças o necessitem. Promover ações de formação às nossas crianças e aos nossos jovens. Acompanhar e estarmos atentos às crianças, aos jovens e aos familiares mais, necessitados, e aos que se encontram sinalizados.

É da competência da CPCJ este trabalho está na lei, para além de acompanhar e ajudar o tribunal, quando infelizmente os processos chegam aos tribunais. Mas para efetuar este trabalho todo não é com uns míseros três mil euros, que a CPCJ consegue fazer com plenitude o seu trabalho.



## Assembleia Municipal de Caminha

Houve-se constantemente a comunicação social, a criticarem a CPCJ, quando algo de ruim acontece a alguma criança, mas esquecem-se que sem o apoio devido a CPCJ pouco ou nada pode fazer.

O apoio logístico abrange os meios, os equipamentos e os recursos necessários ao bom funcionamento das comissões de proteção, as instalações, a informática, a comunicação, os transportes.

E cabe ao município prestar esse apoio, para que possamos apoiar devidamente as nossas crianças e jovens, para que os processos não se percam, não andem de mão em mão, correndo o risco de violar as regras de confidencialidade.

Não podemos negligenciar os recursos para a CPCJ, sob pena de correremos sérios riscos para as nossas crianças e jovens.

As crianças são o nosso futuro, mas cabe-nos a nós preparar esse futuro para elas.

Gostaria de ser esclarecida, o porquê de ter sido orçamentado o valor de € 20.416,20, e apenas ter sido gasto uns míseros € 3.395,02? Será que a nossa CPCJ está assim tão afortunada que não precisa do apoio do município, quando na realidade nem sequer a tem uma sede própria e a média mensal de processos ativos para o nosso concelho tem vindo a piorar.

Pelo que pergunto, que medidas previstas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, a CPCJ tomou, ou vai tomar, que até agora que não se conhecem?"

**O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que apenas vai ali salientar 2 ou 3 coisas antes de ir às questões.

Em primeiro lugar referir efetivamente aquilo que aconteceu com a participação pública relativa ao relatório preliminar de prospeção e de pesquisa de lítio e dizer que de facto, para CDU, fez-se uma Assembleia Municipal extraordinária específica para abordar essa temática e é bom que se dê alguma nota pública também aos munícipes do Concelho de Caminha, daqueles que foram os



## Assembleia Municipal de Caminha

compromissos celebrados e aquilo que aconteceu posteriormente a essa mesma Assembleia.

A convite da Câmara Municipal de Caminha a CDU participou no curso breve de prospeção e pesquisa, com a aprendizagem eventual que daí se possa ter retirado. Agradece o convite e acrescenta que não podiam fazer outra coisa que não fosse participar. E participaram dentro das suas possibilidades e capacidades. E dizer também que foi realizada alguma partilha. O município partilhou com os representantes dos grupos políticos desta Assembleia o teor da sua participação e a CDU gentilmente também partilhou com os mesmos representantes e com o município aquela que tinha sido a participação da CDU no mesmo processo. Não conhecem as participações de todos os partidos políticos; não conhecem a participação do Partido Socialista, por exemplo, não conhecem da coligação ou dos partidos que integram essa coligação. Mas, a da CDU partilhou entre todos para que todos possam fazer uma luta mais consistente em defesa dos interesses da nossa região. E dizer também que o fizeram não só numa participação Concelhia, mas também o fizeram na representação da Junta de Freguesia. Fizeram-no assim em Vilar de Mouros e por isso a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros teve também a oportunidade de fazer a sua participação pública.

O Senhor Deputado disse que se está em início de mandato. Este é o último mandato do Senhor Presidente, e recorda-o que há 8 anos que a CDU vem ali falar das suas promessas, afirmando-as e reconhecendo que foram feitas algumas conquistas. Ora, voltamos à Estrada Nacional 13. E pergunta ao Senhor Presidente aquilo que se pode esperar até ao final deste mandato? Sabe que está a falar com alguma distância de tempo, são 3 anos e tal, mas, para que se possa dizer “finalmente, temos esta estrada urbanizada, integrada, neste casco urbano de Vila Praia de Âncora, de Caminha, etc.” não é muito tempo. Recordou a necessidade de dar este elemento integrador que tanto beneficia o nosso território. Mas, não se podem esquecer daquilo que por variadíssimas vezes levaram ali, que é exatamente a Av. Dr. ° Ramos Pereira.



## Assembleia Municipal de Caminha

Para quando, finalmente, um olhar atento? A CDU desafiou-o antes da época estival, e desafiou-o até por uma questão de pandemia. A situação que hoje se tem não é uma situação segura e, portanto, dever-se-ia ter prevenido e ter interrompido de alguma forma, ou gerido de alguma forma os movimentos nos passeios da Avenida Ramos Pereira. Assim, optou o Sr. Presidente por não o fazer. Recorda que, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora já ali partilhou, não publicamente, creio, mas pelo menos em “off” que tem memória de já ter partilhado que tem ideias. Com certeza que o município tem ideias, com certeza que a população de Vila Praia de Âncora têm ideias e com certeza que os eleitos municipais e restantes membros desta Assembleia também têm ideias. O que importa é realmente fazer. E, numa perspetiva de integração com o que se poderá fazer na estrada nacional 13 e aquilo que se poderia fazer na Avenida, não ficava satisfeito se não partilhasse com o Senhor Presidente um outro sonho que tem sido partilhado por alguns munícipes, particularmente de Vila Praia de Âncora, que sentem que não há um elemento integrador que consiga unificar a Rua 31 de Janeiro com a Rua 5 de Outubro e isso vê-se, infelizmente, assim chegam à CDU, não diria queixas, mas descontentamento. Assim, chegam à CDU, por exemplo, quando se promove o Vila Praia em Flor, quando se colocam as luzes, quando se faz algo, como colocação de elementos de identidade de algumas épocas festivas e se tem partes das ruas que são completamente ignoradas, gera-se o descontentamento. Hoje, Vila Praia de Âncora, felizmente, está maior, está mais ampla, a Rua 31 de Janeiro e a Rua 5 de Outubro podem ser quase entendidas como uma enorme Avenida e era muito bom que este elemento de unidade se prolongasse por toda esta faixa. Infelizmente, existe apenas uma zona central, resume-se aí a identidade da Vila e perde-se a amplitude que se ganhou noutro tempo, aquilo que era antigamente a periferia da Vila, mas que hoje, são elementos centrais de Vila Praia de Âncora.

Relativamente à salubridade e segurança, disse o Senhor Deputado, que a CDU já ali tinha levado esta questão, mas continuam os problemas de



## Assembleia Municipal de Caminha

iluminação. Há freguesias que se queixam, por exemplo, que a Freguesia de Âncora teve um episódio de falta de iluminação, que julga que ainda não está resolvido. Mas existem outras zonas do nosso Concelho que carecem de uma atenção especial quanto à questão da iluminação. É uma questão de segurança que importa atender, como a de alguns relatos que chegam à CDU relativamente à questão dos ecopontos e da gestão de limpeza nas zonas desses mesmos ecopontos. Portanto, convinha que o município atendesse um pouco mais a estas questões. A CDU sabe que muitas vezes o município não terá culpa, as freguesias não terão culpa. É uma questão de cidadania, é verdade. Se calhar é preciso investir um pouco mais ao nível da educação ambiental e também de sensibilização para que estas zonas onde estão os ecopontos não se transformem em despejo, muitas vezes em despejo de obras. Infelizmente, existe essa situação no Concelho de Caminha e era bom olhar para isso com mais cuidado.

Para terminar pergunta o Senhor Deputado se neste início de mandato, será, de facto, o início do funcionamento dos órgãos do município, particularmente dos órgãos consultivos. Não só pela CDU, mas também pelas mãos de outras forças partidárias. Mas como a Câmara já começou a auscultar os jovens, por exemplo online, pergunta a CDU para quando o início do funcionamento do Conselho Municipal da Juventude, para quando o início do Conselho Económico-Social que nunca reuniu, e, uma vez que se teve muita pressa na aprovação do seu regulamento, para quando o início do Conselho Municipal de Desporto.

Disse.

**O Senhor Deputado Ricardo Cunha**, deu início à sua intervenção;

“Os Planos de Emergência de Proteção Civil são documentos sobre os quais os municípios

tomam as ações necessárias para prevenir e mitigar quaisquer ocorrências danosas a que possam ser chamados a intervir.



## Assembleia Municipal de Caminha

Estamos a falar de calamidades, como incêndios, inundações, derrocadas ou de outro tipo.

Estes Planos, são elaborados de acordo com a Resolução nº 25/2008, de 18 de Julho (Diretiva da Comissão Nacional de Proteção Civil relativa aos Critérios e Normas Técnicas para a Elaboração de Planos de Emergência de Proteção Civil), e estabelecem as regras e medidas a serem tomadas em caso de ocorrência dessas desgraças, assim como os meios a utilizar em casos onde os meios de socorro do dia a dia não conseguem dar resposta em situações críticas, de emergência ou catástrofe.

Atualmente o concelho de Caminha é um de três municípios do Alto Minho que não tem plano de emergência municipal aprovado e em atividade, nem tão pouco publicado na página Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Passados mais de 8 anos no poder em Caminha, somos obrigados a dizer que os executivos municipais liderados pelo atual presidente descoraram a proteção dos cidadãos do nosso concelho em caso de catástrofe ou calamidade, deixando-nos à nossa sorte, desde logo e porque, não haverá um documento orientador para coordenar os meios e recursos de salvamento.

Aliás, esta situação arrasta-se sem solução mesmo depois de ser tornado público em julho deste ano pela então candidata Liliana Silva, agora vereadora na oposição, isto, apesar do Presidente da Câmara Municipal de Caminha ser também o Presidente da Comissão Distrital da Proteção Civil.

Não podemos, por isso, compreender a postura de pompa e circunstância do presidente da CMC e da Comissão Distrital da Proteção Civil, perante os meios de comunicação social, quando se pronuncia sobre estas matérias na qualidade de Presidente da Comissão Distrital da Proteção Civil, mas que ao mesmo tempo no concelho que preside à Câmara e à proteção civil municipal não fez sequer, os serviços mínimos dos trabalhos de casa para ter um plano de proteção civil municipal, atualizado, aprovado e do conhecimento da



## Assembleia Municipal de Caminha

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, até para eventuais articulações com reforços de meios que nos sejam proporcionados.

Na verdade,

Recuando no tempo constatamos que o último Plano Municipal de Emergência existente neste concelho sem, todavia, estar aprovado pela Autoridade Nacional da Proteção Civil (pelo se se constata ao dia de hoje) data de 2008.

Admiramo-nos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, da Proteção civil municipal e distrital, 'sempre tão, ligado aos poderes públicos governamentais, sobre esta matéria tenha manifestado tão profundo desprezo pela segurança dos munícipes do concelho de Caminha.

Desde logo porque deveria ter tratado da revisão do plano e aprovação do plano municipal de emergência cada 5 anos, algo que não fez mesmo depois do alerta deixado (como referimos anteriormente) no ano de 2021 pela vereadora Liliana Silva.

Admiramo-nos e não podemos compactuar com a falta de diligência nesta matéria, que nem mesmo a alteração do PDM de Caminha no início de janeiro de 2017 e consequente alteração das áreas florestais, deu o mote para que a revisão do Plano Municipal de Emergência fosse uma realidade, apesar de todo um mandato de 4 anos até às últimas eleições.

Ao Concelho de Caminha não adianta frases pomposas do Presidente da Comissão Distrital da Proteção Civil quando a mesma pessoa enquanto Presidente da Câmara Municipal e responsável pela proteção civil não dá o mote para que este concelho tenha um Plano de Emergência Municipal atualizado, aprovado e do conhecimento das autoridades competentes.

Certamente que não serão boas palavras e mediatismo que cuidará dos caminhenses nem dos seus interesses se por uma infelicidade necessitarmos de acionar o Plano Municipal de Emergência.

No início deste novo mandato, saiba Sr. Presidente que os deputados municipais da Coligação O Concelho em Primeiro, estão atentos a este



## Assembleia Municipal de Caminha

assunto, muito atentos, aliás, pelo que agora e desde já lhe lançamos como desafio que, de modo sério nos esclareça o seguinte:

- Qual o motivo para que não tenha havido qualquer atualização do Plano de Emergência Municipal desde o início dos seus mandatos em 2013;
- Se houve atualização, qual o motivo para que esse plano atualizado não seja publico, nomeadamente através da publicação no site da câmara municipal e principalmente no site da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
- O que está o executivo a fazer para inferir o percurso de desleixo que levou o nosso concelho a esta situação?

Para terminar, quero em nome da bancada da Coligação O Concelho em Primeiro, felicitar o nosso deputado municipal e ex-líder de bancada Carlos Videira pela nomeação para Administrador da BragaHabit, certamente que as suas capacidades profissionais e pessoais pesaram fortemente para que a escolha recaísse em si. Aproveito ainda para agradecer, em nome dos eleitos da Coligação O Concelho em Primeiro o trabalho por ele realizado enquanto líder de bancada em prol de todos os munícipes do Concelho de Caminha. Carlos é e sempre será uma honra, para nós, contar contigo nesta bancada e desde já te desejamos os maiores sucessos profissionais neste novo projeto que certamente irás abraçar de forma competente.

Disse.”

**O Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que vai ali prestar um esclarecimento, de forma a frisar o papel das Juntas de Freguesia na questão do lítio. E, foi ali referido sobre os pareceres do lítio pelo Senhor Deputado Joaquim Celestino, que a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros apresentou publicamente os seus pareceres, mas, será justo referir que as outras Juntas de Freguesia também entregaram os seus pareceres e foram públicos. Publicados na comunicação social, e deve-se ali realçar o trabalho que as Juntas de Freguesia fizeram nesta matéria. Mas, as Juntas de Freguesia dos vários partidos uniram-se em uma



## Assembleia Municipal de Caminha

causa na defesa do nosso património contra o lítio. E essa ação teve amostras públicas na manifestação, nas ações que se promoveram de esclarecimento, na recolha de assinaturas, nos pareceres e é algo que os une e, portanto, também é algo que deve ser ali realçado tal como fez a Corema que mandou para todas as Juntas de Freguesia um agradecimento neste processo que está agora em curso e que esperam todos que tenha um desfecho positivo e que o lítio não entre na nossa serra, na nossa comunidade, nas nossas terras, porque, queremos outro tipo de desenvolvimento.

Disse o Senhor Presidente de Junta que esta é a primeira Assembleia deste novo mandato que está a participar. E, dizer que já está ali há uns anos, mas é sempre um orgulho fazer parte da Assembleia Municipal. É um orgulho fazer parte da Assembleia da magna democracia local. E, é um orgulho, porque estão ali colocados pela população, mas, é um orgulho e uma responsabilidade. Todos estão ali a fazer política e é bom manifestar que gostam da política e de fazer política e de serem políticos. E, serem políticos hoje, nesta Assembleia ou em qualquer Assembleia de um órgão democrático é dizer que estão ali pelo povo, para o povo. O cravo não é dos socialistas é de toda a população que ama a liberdade. É, dizer que estão ali, porque tem responsabilidades e tem de cumprir o mandato. Pelo que, manifesta ali o orgulho de ser político, de fazer política. De estar ali para o desenvolvimento da seu Concelho, sabendo quais as funções desta Assembleia, mas, também sabendo que estas funções da Assembleia não se limitam à mera litigância, à mera fiscalização, estão ali em prol do Concelho e do nosso desenvolvimento. E, dito isto, dizer que a situação que é óbvia para todos, é o COVID que não acabou e, portanto, está a aproximar-se uma época complicada, que no ano passado não correu bem. Logo, deixa ali um alerta, que é um alerta que está a ser público para todos, mas também ali na Assembleia é preciso afirmar que se tem que ter cuidado. Todos tem que ter cuidado, tem que se seguir as recomendações das autoridades de saúde, mas, todos tem que ter uma capacidade interior e individual de ter juízo. E, ainda no ano passado, falava



## Assembleia Municipal de Caminha

em se ter juízo e continua a dizer que se tem de ter juízo. Ninguém quer voltar ao passado, ninguém quer voltar a ficar confinado. Muita situação se perdeu, muita gente sofreu, houve muitas consequências de mortes, houve muita consequência de doença, houve muita consequência com a solidão, houve consequências nefastas para os jovens que ficaram encerrados. E, portanto, não vamos voltar. Tem-se mostrado resiliência, mostrado que estão a seguir as recomendações, é um grande exemplo o sistema de vacinação nacional. As autoridades de saúde têm feito um trabalho inacreditável, as autarquias como Caminha têm feito um trabalho inacreditável. Mas, é bom, reafirmar que se tem de ter cuidado, porque senão tudo se pode perder.

Por último, o Senhor Presidente da Junta quer ali deixar uma nota mais alegre, uma nota de esperança e dizer que está muito feliz, como autarca de Caminha e de Vilarelho, em ter uma escola nova. E, que bonita está a nossa escola! Ampliada, renovada, requalificada. É um sonho para quem estudou naquela escola. É um sonho para quem trabalhou naquela escola. É um sonho para quem esteve na direção daquela escola. Quando se falava que ia existir uma obra, não passava de uma fantasia e às vezes uma quimera, que isto é um sonho. Mas, o sonho, cumpriu-se. E esse sonho cumpriu-se e não vai deixar de dizer um obrigado. Obrigado a quem o realizou. E, obrigado, em particular e na primeira pessoa, ao Presidente de Câmara. Porque, sabe bem o que se bateu por esta obra. Lembra-se bem das conversas que tiveram desde o início dos seus mandatos por esta obra. Teve a capacidade, a força, a resiliência de trazer este investimento, convencer o nosso governo, o governo de Portugal, o governo que está neste momento o partido socialista, mas, é o governo de Portugal, a entender que era uma necessidade vital fazer esta obra. E, esta obra fez-se e, por isso, quer agradecer à Câmara Municipal, ao Sr. Presidente, todo o trabalho, todo o empenho. Mas, agradecer também ao Sr. Vice-Presidente, pelo trabalho e empenhamento que teve. Sabe muito bem as horas que passou muitas vezes sem dormir para tentar arranjar soluções. Agradecer à Senhora Vereadora da Educação todo o empenho que teve nesta matéria.



## Assembleia Municipal de Caminha

Mas, agradecer também a outros protagonistas, que é comunidade educativa. Aos Senhores Funcionários que tiveram um trabalho exemplar nesta questão de mudança foi muito trabalho, aos Senhores Professores que tiveram uma paciência enorme quando as condições não estavam disponibilizadas para conseguir dar aulas com muita qualidade, com muitos poucos meios. Agradecer aos pais a paciência que tiveram, agradecer aos alunos todo o empenho e toda a dedicação e compreensão de estar um ano e tal nos contentores a trabalhar, e agradecer à direção da escola que teve um comportamento exemplar, pois é uma honra para o Concelho de Caminha se ter uma diretora do agrupamento chamada Maria Esteves, com toda a capacidade de trabalho. Enfim, deixa ali uma obra, uma obra que uma realidade, é um sonho real, mas é um sonho que projeta o Concelho para o futuro.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que não estava previsto falar antes da ordem do dia, mas, vai dizer aquilo que nota. E, dizer ao Senhor Presidente que agradece imenso a sua preocupação com a saúde dele. Mas, é advogado há 10 anos, e anda por tribunais portugueses, daqui até ao Funchal quase todos os dias e nunca contraiu o COVID. Portanto, agradece a preocupação e regista o seu paternalismo em relação a esta Assembleia, mas na parte que lhe toca pode ficar descansado que ele é o primeiro a se saber proteger, sobretudo nos tribunais portugueses, que é o Ministério da Justiça, do Governo Socialista, trás de qualquer maneira e sem proteção.

Em segundo lugar, não tinha previsto dizer isto, mas vai dizer. Realmente, esta é a casa da democracia, estão ali os eleitos pelo povo de Caminha, no caso concreto, a exercer funções públicas, mas só estão ali porque se candidataram e porque assinaram o termo de posse. E tal como eles, a Câmara, os Senhores Funcionários públicos, todos, assinaram o termo de posse. Portanto, a ele faz-lhe alguma confusão quando vê tantos agradecimentos, àqueles que quiseram



## Assembleia Municipal de Caminha

exercer as funções que exercem e não fazem mais do que exercer as competências que a lei lhes atribui.

Portanto, não sabe o que se está ali a agradecer. Agradece aos funcionários que fazem horas extras e não recebem. Até nos tribunais. E, é uma vergonha. O Estado Socialista tem imensos tribunais a funcionar horas e horas e os Senhores Funcionários não recebem um cêntimo. E, portanto, esta é uma casa de democracia. Não sabe se isto acontece na Câmara de Caminha. Mas, sabe que a Câmara de Caminha anda a contratar um bate-chapas há 5 anos a recibos verdes. Mas, aquilo que quer dizer com isto, é que não percebe tantos agradecimentos, porque as pessoas estão nos cargos a fazer aquilo que lhes compete. E, enquanto deputado desta casa, se calhar as pessoas não o conhecem, mas, é de Monção, exerceu funções públicas lá. Vive em Moledo desde 1992. Tem 54 anos. Logo, tem mais anos de Caminha do que de Monção. E, Moledo é a sua terra de eleição. O Guardão sabe disso. E, quer dizer com isto, é que se deixem de andar ali a “lamber botas” e exigir a quem quis exercer funções públicas que cumpra com os seus deveres e, por isso, Sr. Presidente da Câmara também lhe trago um cravo. Este está murcho. Está como a democracia Caminhense, o qual lhe ofereço.

Mas, pegando nas palavras do Senhor Deputado Celestino. Fez-se ali uma Assembleia Municipal há menos de 1 mês ou há 1 mês, em que todos os grupos parlamentares, todos, aprovaram uma moção unanime. E, estão ali três câmaras a filmar para a internet, “sabe-se lá deus” com que consentimento e de quem, e da página municipal do Concelho de Caminha só passa o discurso do Senhor Presidente. Parabéns, Senhor Presidente pela democracia. Conseguiu um voto unanime nesta Câmara e depois o que sobrou foi o seu discurso para toda gente ver. Mais, no dia 17, houve ali um Senhor Deputado do PS que falou nisso. Nesta passada segunda-feira saiu um comunicado da Câmara Municipal de Caminha a dizer que foram gastos 1 milhão 700 mil euros nos Caldeirões. Senhor Presidente a pergunta é: primeiro quanto é que a Câmara meteu ali? Quanto é que a Câmara gastou nesta obra?



## Assembleia Municipal de Caminha

E, já agora Senhor Presidente dos documentos que forneceu resulta que a Câmara tem cerca de 600 mil euros de dívida à ADSE, há mais de 1 ano e meio. Numa rúbrica são 257 mil euros e noutra rúbrica 402 mil euros. Concretamente, esta dívida à ADSE pergunto se são faturas que a Câmara não está a pagar pelas participações, isto é, no medicamento de 20€, por exemplo, o trabalhador paga 6€ e a Câmara tem de pagar 14€. É dívida deste tipo? São dívidas que dizem respeito à não entrega à ADSE aquilo que são as contribuições que correspondem à Câmara ou são dívidas Senhor Presidente das cotizações que se retiram aos salários dos funcionários e que Vossa Excelência ou o Município também não entrega à ADSE? Queria que esclarecesse que tipo de dívida é esta, porque o Senhor deve mais de 600 mil euros há 1 ano e meio à ADSE.

E, ainda mais uma questão para terminar, Senhor Presidente que é o seguinte. O Senhor Presidente tem de dar condições aos eleitos para representar o cargo com dignidade, porque não se vê.

Quanto é que nestas contas que apresentou, e dá os parabéns por isso, porque cumpriu a lei, apresentou-as nos 10 dias, espera que nunca falhe a isso porque quando falhar tem um processo judicial em cima. Isso é garantido que sim Senhor Presidente, aliás sabe que o fiz em Monção. E, pergunta o seguinte, como é que o Senhor Presidente consegue reduzir 5 milhões e tal de dívida, às Águas do Norte para 51 mil que estão ali? É que essa dívida como que por magia, como faz o Primeiro Ministro António Costa, como por magia desapareceu deste passivo 5 milhões de euros. As contas que o Senhor Deputado apresentou são maiores em 5 milhões de euros, mas o Senhor desapareceu com 5 milhões de euros. Senhor Presidente diga-la: ensine a pagar dívidas sem ter dinheiro! Como é que o Senhor fez isto? E agora diga quando é que ela vai reaparecer? E, por último, Senhor Presidente se conseguir explicar isto tudo, diga como vai governar Caminha nos próximos anos sem um tostão no bolso? Tenho dito.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“O Orçamento do Estado para 2022 foi chumbado na votação na generalidade, em 27 de outubro, com votos contra de PSD, BE, PCP, CDS-PP, PEV, Chega e Iniciativa Liberal.

Penso que todos dispensávamos eleições, mas faz parte da democracia e a palavra vai ser devolvida ao povo.

O PS procurou tudo fazer para dar resposta aos problemas dos portugueses e tudo fez para evitar esta crise política, procurando até ao limite do que considerou ser o interesse nacional para aprovar o OE.

Aproximando-se mais um ato eleitoral, já no próximo dia 30 de janeiro de 2022 os portugueses irão pronunciar-se sobre o futuro político do país e quais os caminhos e projetos que melhor interessam a Portugal e os Portugueses.

Todos, independentemente dos quadrantes políticos, devemos estar empenhados em fazer as melhores opções, combater a abstenção e promover a participação dos eleitores nas próximas eleições legislativas.

Sempre que há um ato eleitoral, devemos fazer uma análise local, regional e nacional, refletir sobre as políticas que melhor contribuem para o bem comum e escolher aqueles que queremos para governar o nosso país durante a próxima legislatura.

Importa, pois, nesta análise crítica e reflexiva sobre as políticas a desenvolver em Portugal, e em particular na nossa região,

- importa escolher os líderes que melhor podem representar a nação,
- importa que tenhamos lideranças fortes e bons interlocutores para garantir a estabilidade necessária para o desenvolvimento do país,
- Importa que se cuida da segurança de pessoas e de bens
- Importa que não nos esqueçamos que ainda estamos a braços com os impactos da Pandemia,



## Assembleia Municipal de Caminha

• Importa que se tenha a noção de que o PS soube estar à altura de uma das maiores crises mundiais a nível de saúde, soube tomar medidas para evitar os efeitos nefastos da crise pandémica e soube fazer o difícil equilíbrio entre os confinamentos e medidas restritivas da liberdade de circulação e reunião e assegurar a manutenção em funcionamento de vários e relevantes setores da economia.

Neste momento em que vamos para eleições para a Assembleia da República importa que os partidos políticos, e particularmente aqueles que têm mais hipóteses de vir a ganhar as próximas eleições, como é o caso do Partido Socialista, conheçam as especificidades de cada concelho, avaliem bem os anseios das suas populações e definam criteriosamente as prioridades para cada território.

Defendemos que deste contrato social que importa exista para defender as populações fique convencionado que haverá um contacto regular com a população, que os deputados e o futuro governo defendam, de forma intransigente, as suas gentes. Defendemos, tal como tem sido notório nos últimos anos, que os ministros, deputados, secretários de estado continuem a marcar presença no nosso concelho. Defendemos que os eleitos para a administração central, continuem a dar respostas efetivas e concertadas às populações locais, assentes numa base de cooperação com o executivo camarário, pois, só assim, numa articulação e cooperação é possível responder às expectativas e anseios dos nossos munícipes e dos nossos cidadãos.

É por isso importante relembrar o que estes últimos anos de gestão socialista, a nível nacional, significaram para o nosso concelho.

Os nossos munícipes viram aumentar o investimento na educação e os apoios sociais a serem reforçados;

As populações encontraram no SNS respostas menos onerosas porque foram criadas melhores condições para os públicos mais vulneráveis;

Os empregos foram salvaguardados não havendo lugar a despedimentos em massa, como muitos auguravam. As políticas sociais foram consideradas uma



## Assembleia Municipal de Caminha

prioridade e foram melhoras as condições das habitações; para o futuro espera-se que essas políticas se mantenham e que seja dada ainda prioridade e o investimento na rodovia e sobretudo na ferrovia. Espera-se que sejam melhorados os transportes coletivos publico e priorizada a mobilidade no país pois estas políticas são cruciais e devem ser continuadas. Mas falando de novo nas prioridades e anseios da população do nosso concelho, sublinho que as prioridades elencadas pelo executivo camarário conduziram ao aproveitamento do ciclo de investimentos públicos para melhorar as condições de vida das populações do concelho de Caminha. Sublinho a relevância da ação da Câmara Municipal com alguns exemplos:

- A qualificação de escolas, seja da Escola Básica e Secundaria do Vale do Ancora, seja da Escola Básica e Secundaria Sidónio Pais em Caminha A construção da Escola Básica de Vila Praia de Âncora, servindo para o ensino do 1º ciclo, onde vai funcionar também a Academia de Música Fernandes Fão representando um investimento de 2.069.582 euros, A este importante investimento acresce uma verba de mais cerca de 5 milhões de euros para o agrupamento de escolas do concelho.
- Eletrificação da Linha do Minho donde ressalta a Construção da Passagem Pedonal na Travessa do Teatro, em Vila Praia de Âncora onde foi investido mais de meio milhão de euros.
- A melhoria das nossas estradas, nomeadamente da EN301 que serve parte do nosso concelho com um investimento da ordem dos 500 mil euros. Caras e Caros deputados e munícipes,

Importa reconhecer que, nos últimos anos, este executivo tem dado particular atenção aos problemas do município, tem estado numa constante articulação com o governo central, tem contribuído para um maior investimento em vários setores e resolvido problemas estruturais no nosso concelho, e conseguido que o poder central tenha respondido sempre positivamente às nossas reivindicações.



## Assembleia Municipal de Caminha

Nas próximas eleições, os portugueses devem estar mobilizados, para garantir um governo que transmita a segurança, estabilidade e uma consistente recuperação económica e financeira do país.

O país precisa de continuar a trajetória de progresso económico, social, cultural e educacional que são as traves mestras da recuperação do País.

O país precisa de um governo credível na esfera nacional e internacional e um governo capaz de levar a cabo as reformas e políticas necessárias, para o bem das nossas gentes.

O país precisa do PS no governo e nós, a bem do concelho, apoiaremos o seu programa eleitoral e os seus candidatos.

Muito obrigado.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, pede ao Senhor Presidente da Mesa que possa o Senhor Vereador Rui Lages intervir para esclarecer a matéria levantada pelo Senhor Deputado Abílio Cerqueira a propósito do SIADAP.

O **Senhor Vereador Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e começou por agradecer a questão que foi levantada pelo Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Abílio Cerqueira, porque permite fazer ali uma explicação e o ponto de situação da questão da avaliação dos trabalhadores da Câmara Municipal de Caminha, no âmbito denominado SIADAP.

E, no que diz respeito ao biénio 2017/2018, a intenção do Município de Caminha é de regularizar este mês de dezembro os montantes devidos aos trabalhadores que se encontram com a sua situação de processo já estabilizado, ou seja, já findo. Porque, há trabalhadores que têm reclamações e esses não entram ali, nesta contabilização. Não obstante, um grande número



## Assembleia Municipal de Caminha

de trabalhadores deverá já ver a sua situação regularizada, espera o executivo que ainda neste mês de dezembro, é nisso que estão a trabalhar. O CCA já reuniu neste novo mandato e deliberou que para o biénio de 2019/2020 a questão da avaliação dos trabalhadores poderá ser, da opção dos próprios, ou por arrastamento de nota ou por ponderação curricular. Ainda é intenção que, até aos dois primeiros meses do próximo ano, se consiga concluir a atribuição dos objetivos do biénio 2021/2022. Ainda sobre esse assunto, na última reunião de Câmara foi aprovada a criação da secção autónoma do CCA, que diz respeito aos trabalhadores municipais que prestam o seu serviço no Agrupamento de Escolas. Nos termos da lei é possível fazer uma separação desta avaliação, uma vez que quem tem um contacto mais direto com esses trabalhadores é a direção do Agrupamento e, portanto, pode-se criar uma comissão autónoma que será integrada pelo Senhor Presidente ou por quem ele delegar essa competência, a direção do Agrupamento de Escolas e também a chefe de divisão da área da educação.

Disse ainda o Senhor Vereador que já teve a oportunidade de reunir com os dois sindicatos, com o STAL e com o SISTERP, onde lhes foi comunicada esta mesma situação e aquilo que seria a intenção do Município na resolução deste dossiê do SIADAP. É uma questão que está em cima da mesa, é uma questão que o Senhor Deputado quer ver resolvida, mas acredite não quer mais do que ele. Quer resolver esta situação dos trabalhadores do Município de Caminha, é nisso que estão a trabalhar e foi isso que os sindicatos concordaram com a metodologia que lhes foi apresentada.

Muito obrigado.

**O Senhor Deputado Jorge Nande**, pede ao Senhor Presidente da Mesa para fazer uma interpelação à mesa.

**O Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, pede ao Senhor Deputado para invocar o artigo e pede-lhe para se dirigir à mesa com mais educação, porque a



## Assembleia Municipal de Caminha

sua arrogância não o vai levar a lado nenhum, e já lhe faltou ao respeito por duas vezes.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que regista que o Senhor Presidente da mesa não goste do seu estilo, mas, também não é por falar grosso que o assusta. E, dizer também ao Senhor Presidente que o Regimento é para estar tal como um código na mesa de um advogado, o regimento é para estar na mesa de um Presidente para saber o que está a fazer na Assembleia e no artigo 23.º diz “Regras do usos da palavra pelos membros da Câmara Municipal” e se quer o número ele também o dá.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, pede mais uma vez para o Senhor Deputado se dirigir à mesa com respeito.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que não é o Senhor Presidente que vai por em causa o seu estilo de se dirigir à mesa ou a quem quer que seja, pede desculpa, está a respeitar o Senhor Presidente. E, àquilo que o Senhor Presidente está habituado é a gente “mansinha”, e tem pena de às vezes não o ser.

E, refere o artigo n.º 23, n.º 1 que a palavra é concedida ao Presidente da Câmara e ao seu substituto legal, isto quando ele não está, no final do período e antes da Ordem do Dia, para prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados, dispondo de 30 minutos para o efeito. O que aconteceu ali, todos viram, foi que o Senhor Presidente da Câmara delegou sem poder, fazê-lo no Senhor Vereador e isso podia fazê-lo, no âmbito do n.º 3, se fosse a solicitação de qualquer força política. O que não aconteceu. Portanto, Senhor Presidente quero-lhe dizer isto, e prometi-lhe há um mês e meio atrás que ia estar atento á sua gestão do Regimento. E mais uma vez, tem que ir ali dizer ao Senhor Presidente que não está a cumprir as normas que jurou cumprir.



## Assembleia Municipal de Caminha

Pelo que, agradece as informações, mas de futuro Senhor Presidente deve ter atenção ao Regimento e fazer que se cumpra, sobretudo ao Partido Socialista. Porque, a todos eles deu mais tempo e, este também é espaço de política.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que aí indagar, mas julga que o Senhor Deputado não tem toda a razão. Pelo que, concede a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social e ilustres Múncipes que nos seguem de casa que poderão acompanhar os desenvolvimentos e as intervenções dos diversos partidos políticos. Foi aliás, por isso, que o anterior Presidente desta Assembleia Municipal no contexto da sua veia democrática permitiu que estas Assembleias pudessem ser transmitidas de modo a que as pessoas possam acompanhar em sua casa, em direto ou em diferido, cumprindo-se assim a democracia, que é algo muito mais forte de que um qualquer cravo entregue num determinado momento.

E nesse sentido, de respeito pela democracia, também cumprimenta os Senhores Deputados não só os que ali estão a cumprir o mandato do povo, mas, todos os deputados de todos os partidos e movimentos independentes que ao longo dos anos tem estado nesta Assembleia Municipal prestando o seu tributo, dando o seu contributo, as suas ideias, não são mansinhos, são atores locais protagonistas e eleitos pelo povo que dão conta da sua opinião e por isso não deixar de fazer este elogio ao seu trabalho e à forma como se dedicaram a cumprir com a democracia. Disse que irá dar a melhor resposta que puder aos Senhores Deputados, algumas não conseguirá dar com tanto pormenor porque não tem ali todos os dados.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Abílio Cerqueira sobre o SIADAP, disse o Senhor Presidente que o Senhor Vereador do pelouro dos



## Assembleia Municipal de Caminha

recursos humanos, já respondeu com mais essência. E, colocou uma outra questão relativamente ao Centro de Saúde, e dizer que algumas das preocupações que ali deixou são também preocupações deste executivo. Como sabe há um processo de descentralização em curso. Pode, eventualmente, o Município de Caminha aderir a esse processo. Isso ainda não está finalizado, também, o executivo está a aguardar mais novidades relativamente a essa matéria. Além disso, não existem competências diretas por parte da Câmara Municipal. O executivo tem estado atento à questão dos horários dos Centros de Saúde, mas, não afirma com toda a certeza, é de que em Caminha, no caso do Centro de Saúde de Caminha, não será tanto como está a dizer, mas, que o horário de funcionamento será entre as 8h e as 20h, todos os dias da semana, inclusive ao fim-de-semana. E, ali na USFF de Vila Praia de Âncora é que já não é assim. De todo o modo, á noite não funciona, o executivo sabe que houve uma reestruturação dos serviços de saúde que levou a que durante a noite, não funcionasse este serviço e não funciona por decisões que não são da Câmara, são decisões governamentais que assentaram, bem ou mal, no facto de não haver uma procura ou pouquíssima procura, baixa ou nula. De todo o modo, esta é uma matéria que os preocupa, continuam atentos a esta situação e há pergunta muito clara que fez: se o executivo acha, ou se entende, ou se prevê, ou se admite que possa haver alguma unidade de saúde privada, a verdade é que admitem. Até, já existe um interesse manifestado junto da Câmara Municipal, embora numa fase muito inicial.

No entanto, elogia o trabalho que é feito, que não é só feito no SAP, não é só feito nas unidades de saúde familiar de Vila Praia de Âncora, não só no Centro de Saúde de Caminha que passará muito brevemente, dentro de poucas semanas, a ser uma unidade de saúde familiar, mas o trabalho que é feito no atendimento aos doentes respiratórios, a vigilância diária telefónica que é feita no contexto da Covid19 e o apoio domiciliário que também é um trabalho



## Assembleia Municipal de Caminha

importante, mas, esta é uma matéria importante Senhor Deputado, onde irão continuar atentos.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que deixou ali várias questões, um pouco mais estratégicas do que a maioria das questões que ali foram levantadas pelos Senhores Deputados apesar de na fase final terem também a questão da iluminação pública e a questão dos ecopontos. E, dizer que sobre a iluminação pública todos os Presidentes de Junta sabem, conhecem o problema que a Câmara tem no Concelho, que tem na região e que deriva muito das opções políticas que no passado, os governos de direita do PSD foram fazendo, relativamente á privatização de um serviço, que é um serviço prestado ao País. E, é preciso lembrar porque hoje padecem muitos os territórios dessas opções erradas de privatização da EDP e sabem bem quem a fez, quem a defendeu e, naturalmente, continuará a defender porque ainda não se viu nenhuma posição em contrário nem nenhum arrependimento político. Da parte do executivo, o que tentará fazer é uma proximidade grande com a EDP e com as Juntas de Freguesia, ainda, há relativamente pouco tempo fez-se um raide, diga-se assim, junto de Venade e Azevedo para corrigir algumas situações, algumas foram corrigidas, outras nem tanto. Fez-se também em Moledo há pouco tempo. Tem-se feito esse acompanhamento, deslocam-se aos locais e já se reparou que muitas das queixas que se fazem na plataforma não são respondidas, não têm efeito. O executivo tenta fazer esse exercício de proximidade. Ainda há pouco tempo, também em Caminha, Vilarelho, junto á estrada da foz do Rio Minho, fez-se uma atuação, mas, sente que andam sempre atrás do prejuízo, e não sabe bem como o executivo pode mudar isso, é verdade que está em curso um concurso público a propósito da iluminação pública no conjunto dos municípios do País no acesso à iluminação pública. Logo, a EDP está ao corrente e tem de mostrar um pouco mais, certamente. O executivo está com ações combinadas junto da EDP com os dirigentes locais



## Assembleia Municipal de Caminha

da EDP, e aquilo que espera é poder corresponder aos Senhores Presidentes de Junta que têm feito chegar todas as suas problemáticas.

Quanto às questões de harmonização da Rua 31 de Janeiro com a Rua 5 de Outubro todas as questões relacionadas com a Avenida ali de Vila Praia de Âncora com a urbanização, ou, o englobar da urbanização no tecido urbano da Nacional 13 e agora que já tem a competência dominial está tudo fechado, já foi homologado, julga não ter dado essa informação ali à Assembleia Municipal foi homologado pelo Ministério das Infraestruturas, vai propor fazer um pouco diferente, porque julga que não cabe ali, não consegue ter essa discussão em pouco tempo. Convida a CDU a reunir com ele a propósito destas temáticas formaram ambos, Câmara e CDU, uma espécie de ordem de trabalhos, tentando trocar algumas ideias, desenvolvendo algumas temáticas para poderem desenvolver algumas ideias concretas sobre esta matéria que sabe que tem. Contudo, sabe que não o vai conseguir fazer em tão pouco tempo.

Relativamente, às questões levantadas pelos Senhores Deputados do Partido Socialista, agradece as palavras que lhe foram dirigidas como Presidente do Conselho Regional do Norte. É, uma satisfação, mas, também é uma responsabilidade a de ser eleito por todos os autarcas da Região Norte, são 86 autarcas de diferentes partidos do PS, do PSD, também do CDS e independentes. E, é uma satisfação perceber que o trabalho que se vai fazendo é reconhecido pelos diversos partidos, isso é importante. Mas cabe agora dar continuidade ao esforço que se tem vindo a fazer como Região. Para se poder ter outra voz, e gerir o dinheiro de forma diferente e no caminho da regionalização. Espera que este mandato deste presidente do Conselho Regional seja também o mandato da regionalização em Portugal.

Relativamente à questão do lítio levantada pela Senhora Deputada Renata Monteiro e também por outros Deputados que ali abordaram a temática. A Câmara Municipal já tomou uma posição muito clara, muito trabalhada, muito expressiva e uma posição que em linhas gerais seguiu aquilo que ali foi apresentar na reunião extraordinária que houve nesta Assembleia Municipal.



## Assembleia Municipal de Caminha

E, como sempre disse a racionalidade dos argumentos é aquilo que os poderá dar a vitória neste combate. Naturalmente que, há uma emoção sempre subjacente a estas temáticas e é sempre relativamente fácil, apenas, embora importante, se deixar o contributo, o comentário ou uma imagem mais colorida daquilo que é a oposição a esta situação. Mas, é a racionalidade dos argumentos, a capacidade de combate, a capacidade de influenciar decisões, a capacidade de se chegar a quem decide e demonstrar que a decisão é errada, que nos vai dar força. E, é a voz que o executivo tem e a verdade é que Caminha, claramente, lidera este combate, não está a falar da questão da Serra D'Arga, está a falar da questão nacional embora naturalmente, o posicionamento do Município de Caminha tem sido sobre a questão territorial da Serra D'Arga, porque é esse que conhecem e nos outros não consegue ter tanta firmeza na racionalidade utilizada.

E, sabem durante estes dias, pelo término do prazo do debate quem foi o único Presidente de Câmara de todas as Câmaras envolvidas das 8 regiões que estão em alvo de estudo de prospeção qual foi aquele que deu a cara. Vocês sabem quem deu cara quem respondeu, quem está lá. E, a partir do momento que tem a documentação que tem a racionalidade, a força, a capacidade de intervir, hoje está mais confiante de que podem ganhar esta batalha já num primeiro momento do que arrasta-la para outros momentos em que os vai levar a um esforço maior, mas, terão que aguardar pelo desfecho do debate, acabou o prazo de entrega de posições tem que se aguardar pelas respostas do Governo ou que a Direção Geral de Energia der a este posicionamento que foram tendo neste debate. E, apenas uma correção relativamente aquilo que disse lá na sessão extraordinária houve um movimento coordenado dos municípios do Alto Minho, a propósito da Serra D'Arga mas não houve uma posição conjunta, houve posições distintas, documentos distintos que foram entregues, foram coordenados, foi falado, foi entendido que os documentos deviam ser diferentes e portanto, da parte do Município também fizeram o trabalho que lhes competia.



## Assembleia Municipal de Caminha

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Filipe Fernandes que ali falou da Duna dos Caldeirões, da dragagem e do envolvimento de duas empresas locais, disse o Senhor Presidente que isso aconteceu e que graças ao trabalho da Polis Litoral Norte, graças ao investimento do PO SEUR e do Mar 2020 foi possível se alcançar este desiderato e fazer uma obra de grande impacto em Vila Praia de Âncora. E, sublinha ali o papel que teve nesta obra e na preparação desta obra os técnicos da Polis Litoral Norte e a Polis Litoral Norte que está a acabar neste momento. Mas, não pode deixar de lembrar que a Polis Litoral Norte ia terminar em 2013, foi criada em 2008, mas graças a este executivo que chegou a Caminha e percebeu que nos anos 2008-2013 não tinha sido realizada nenhuma obra no Concelho de Caminha, nenhum investimento no Concelho de Caminha no âmbito da Polis Litoral Norte, e, este executivo conseguiu avançar com 12 ações concluídas, uma ação que ainda está em curso que é esta da Duna dos Caldeirões. Há uma ação suspensa que tem a ver com o Abrigo de Aprestos em Caminha e há um investimento de 4.8 milhões de euros na Costa de Caminha. De zero obras que herdaram, terminam com 13 obras e 4.8 milhões de euros. E, com ativos que passaram para a Câmara e com uma dívida que tem com o investimento que a própria Câmara terá que fazer na constituição do capital social. Mas, com algumas vantagens, graças á capacidade do Município de Caminha, tendo em conta os problemas financeiros que Caminha, tem, que não se canso de dizer que tem e que ali foram evidenciados conseguiram coisas extraordinárias que deviam ser louvadas e não criticadas, como se conseguir financiamento a 100% para se fazer a obra da Duna dos Caldeirões. Uma parte dinheiro para PO SEUR, 70%, outra parte dinheiro do Mar 2020. Dois ministérios a quem conseguiram convencer para investir ali no Concelho de Caminha a custo zero para a Câmara. Julga, que é elogioso, mas entendem alguns Senhores Deputados que isso é uma critica. Porém, o executivo entendo que é uma boa notícia.



## Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Caminha e Vilarelho, disse o Senhor Presidente que expôs ali várias questões, e sublinhou a obra da Escola Secundária, que é uma obra, é uma grande vitória. É, uma grande vitória Senhor Presidente, porque, muitos que ali estão foram alunos daquela escola, passaram por lá, e viram a escola a degradar-se, viram sucessivos dirigentes escolares a pedirem obras nas escolas, viram que se perderam oportunidades de fazer obras nas escolas quando o governo de Pedro Passos de Coelho desistiu de fazer a obra de remodelação que estava prevista para aquela escola, mas, o este executivo resgatou com o Governo do Partido Socialista aquela obra, está a fazer a obra e a investir muito mais do que aquilo inicialmente se iria investir. E, lembra que esta era uma obra que previa um financiamento de cerca de 2 milhões de euros e neste momento é uma obra que está praticamente paga e que tem um valor de 3 milhões e meio de euros. Mas, todos os euros bem investidos no futuro da nossa comunidade e por isso fica muito contente e com a mesma alegria que o Senhor Presidente de Junta ali elencou e julga que isso deve ser tido em conta caro Deputado Hugo Martins no momento em que faz a avaliação sobre o que se quer para o futuro.

Relativamente ao conjunto das intervenções dos Senhores Deputados da coligação “O Concelho em Primeiro”, o Senhor Presidente começa por os saudar, porque percebeu as suas preocupações financeiras pelos números que ali apresentaram, pelas preocupações que tem pela dívida que finalmente vão poder ter um debate sério a propósito dos impostos e que acompanharam certamente nos próximos pontos a Câmara Municipal de Caminha, na necessidade de se manter receita, mas, não se pode é querer os 2 mundos: num ponto falar da dívida de Câmara, falar dos fornecedores que se tem de pagar, falar da ação que é necessária acautelar das associações e nos pontos seguintes vir dizer, que certamente não acontecerá que os impostos devem baixar e que a receita da Câmara deve baixar. Uma coisa não bate com a outra



## Assembleia Municipal de Caminha

e fica feliz por ter já de algum modo este voto favorável prévio nos impostos que ali vão ser apresentados.

Relativamente, à generalidade das intervenções, sublinha ali a intervenção da Senhora Deputada Isabel Dias, que foi ali apresentar um conjunto de críticas à Câmara que francamente não percebe a propósito da CPCJ sobre o dinheiro que é atribuído à CPCJ e o dinheiro que terá sido até agora usado pela CPCJ. Mas, a Senhora Deputada não deve conhecer o funcionamento da CPCJ, porque, o dinheiro que a Câmara dispõe para a CPCJ é um dinheiro que é da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens, não é um dinheiro municipal, passa pelas contas do município e é entregue à comissão ali local. E, é a comissão que o gere da forma que entende que deve gerir. A Senhora Presidente da Comissão certamente lhe poderá dar uma melhor resposta sobre isso. A representante do Município de Caminha na Comissão de Proteção de Jovens é a Dra. Rita Pereira. Mas, vai falar com a Dra. Rita Pereira e ela certamente dará nota daquilo que são as despesas que são realizadas. O executivo limita-se no conjunto da Câmara municipal a fazer as requisições que são pedidas e a pagar aquilo que tem de pagar a fornecedores. Portanto, não passa pela Câmara Municipal dizer onde se deve gastar, como se deve gastar, se se gasta muito ou se se gasta pouco.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Ricardo Cunha, disse o Senhor Presidente que percebe as suas preocupações, quanto ao Plano de Proteção Municipal de Emergência, todavia, essas preocupações não devem servir ou não devem ser tidas em conta relativamente à crítica, quanto ao trabalho da proteção civil. E, a Proteção Civil no Concelho de Caminha não está desprotegida, aliás é reconhecida até pelos seus correligionários de outros municípios que escolhem o Presidente da Câmara de Caminha como representante da Proteção Civil Distrital. A Proteção Civil Distrital está melhor porque, agora existem duas equipas de intervenção permanente com profissionais que estão nos Bombeiros de Vila Praia de Âncora e de Caminha, porém, antes não existia nenhum. E, tem a expectativa de no próximo ano de



## Assembleia Municipal de Caminha

se ter mais duas equipas de intervenção permanente, uma em Caminha e outra em Vila Praia de Âncora. E, por isso está melhor, porque se consegue ter hoje os bombeiros de Caminha e de Vila Praia de Âncora com saúde nas suas contas e eles podem estar operacionais, e quando este executivo chegou à Câmara depois três mandatos do PSD tinha por exemplo os bombeiros de Vila Praia de Âncora sem capacidade de ter as suas carrinhas operacionais, sem poder fazer trabalho e entregaram uma chave na Câmara Municipal. Hoje, isso não acontece, há saúde financeira por parte dos bombeiros quer de Caminha, quer de Vila Praia de Âncora, só no ano passado por exemplo transferiu-se 400 mil euros para o conjunto dos bombeiros de Caminha e Vila Praia de Âncora e se poder estar por exemplo neste anfiteatro que é dos bombeiros de Vila Praia de Âncora que estava a cair de podre. E agora está a servir por exemplo para esta Assembleia Municipal por muito que alguns não gostem de vir a Vila Praia de Âncora debater as questões fundamentais do município. E, dizer ainda que, este executivo criou uma equipa de sapadores municipais que trabalham na Proteção Civil, na limpeza das florestas e essa é também uma novidade em que a emergência no Concelho também beneficia. Inundações, por exemplo, que eram típicas em Vila Praia de Âncora, na zona da Sandia, que aconteciam inundações em todos os invernos, a proteção civil entrava já em última instancia para as resolver, elas também estão resolvidas graças ao investimento que esta Câmara Municipal fez na zona da Sandia, Vista Alegre e também o investimento que foi realizado pela concessionária da autoestrada A28 na bacia de retenção que está ali junto ao nó de acesso à Auto Estrada. Portanto, sobre estas matérias, questões ligadas à limpeza das florestas. Todas as questões ligadas a limpezas das zonas limítrofes das aldeias há uma evolução impressionante nessa matéria e, julga que sobre isso o Senhor Deputado deve estar descansado.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Luís Alexandre, disse o Senhor Presidente que aquilo que ficou bem patente da intervenção que fez é que a Câmara de Caminha cumpriu o limite do endividamento no ano passado e de



## Assembleia Municipal de Caminha

acordo com aquilo que é o relatório semestral de 30 de junho deste ano também está a cumprir o limite do endividamento. É, verdade que a dívida aumentou e a dívida tem aumentado durante estes últimos anos e há uma explicação para este aumento de dívida que ali falou. Em primeiro lugar o empréstimo de médio e longo prazo que foi contraído para se poder pagar a parte do Município das obras com fundos comunitários. O Município contraiu esse empréstimo, foi ali autorizado por esta Assembleia Municipal e esse empréstimo naturalmente acumula um conjunto de dívida porque vai sendo usado e trás nova dívida para o conjunto das contas do Município. Acresce a isto a moratória das piscinas que estas não precisaram de ser pagas, nestes anos de pandemia graças às moratórias, mas elas continuam e estão lá a acumular dívida à medida que os anos passam e à medida que o Município não paga a totalidade das rendas, neste caso não pagou as rendas durante este último ano e meio. O mesmo quanto às moratórias no acordo de regularização de dívida. E, o acordo de regularização de dívida para as Águas do Norte, implicou também ali um conjunto de moratórias que o Município também acumulou, são rendas ou mensalidades que se tem que ir pagando neste acordo de regularização de dívida, mas como não se pagou, os meses foram entrando e ficaram por resolver em termos de dívida. Como as faturas de obras deste ano que correspondem ao exercício anterior. Nem todos os anos o Município consegue cumprir com o pagamento das faturas que vão saindo, nomeadamente, dos últimos meses do exercício que vai ser depois registada para se poder pagar e depois algumas situações com as quais não estavam a contar, como a indemnização do Eng. Freixo, onde se está a falar de um valor avultado que se somou também a esta matéria e tudo isto contribuiu para o aumento da dívida. Contudo, Senhor Deputado, aquilo que espera é que estas dificuldades que foram reconhecidas e que são reconhecidas pelo Município e que tem vindo ali há 8 anos reconhecer todas estas dificuldades, as necessidades que o Município tem em pagar as dívidas, a dívida do momento, a dívida de cada exercício e a dívida que tem para trás. Aquilo que se tem de



## Assembleia Municipal de Caminha

ser é coerente quando chegar o momento de pagar e de definir aquilo que é a receita da Câmara.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Jorge Nande, disse o Senhor Presidente relativamente à dívida da ADSE, ela existe, obviamente, por isso é que foi comunicada, mas os pagamentos que são feitos ou que não são feitos tem a ver com pagamentos da responsabilidade do Município, não há mexidas nas cotizações dos funcionários.

Relativamente aos 5 milhões que o Senhor Deputado refere que deixaram de estar em dívida das Águas do Norte, deve ter mais cuidado a ler os documentos, estes 5 milhões de euros deixaram de ser crédito das Águas do Norte e passaram a ser crédito do Banco Europeu de Investimento a quem o Município cedeu a dívida e naturalmente deixou-se de ter a dívida para as Águas do Norte. Dívida que corresponde em muito á dívida que foi deixada pelo anterior executivo de faturas por registar, faturas por pagar, da água que não se pagou, acordos que não foram pagos, ainda está aí essa dívida toda.

Para concluir julga o Senhor Presidente que já respondeu à questão dos milhões do investimento na Duna dos Caldeirões, considera que seja uma boa notícia que o executivo tenha encontrado financiamento a 100%, mas, o Senhor Deputado entende que não.

Disse ainda o Senhor Presidente ao Senhor Deputado que se têm conhecido neste debate através de uma ameaça dele relativamente a ele, é bom o exemplo e a demonstração do carácter. Não se sente coagido por nenhuma forma, nem nenhum atentado e, portanto, nessa matéria define mais o carácter do Senhor Deputado. O carácter de quem coage que o carácter de quem recebe essa ameaça. Os processos judiciais ao Senhor Presidente não lhe metem medo, porque teve de enfrentar já muitos na vida profissional e infelizmente também teve que lidar com muitos ali na Câmara Municipal. Mas sobretudo, processos que vieram do passado e que teve que resolver.

E, a propósito de processos judiciais, disse o Senhor Presidente que hoje recebeu a notícia, relativamente, ao processo de dívida entre o Município de



## Assembleia Municipal de Caminha

Caminha e o Município de La Guardia. Porque, como todos sabem o Município de Caminha tinha em Tribunal Administrativo um litígio com o Município de La Guardia a propósito de mais de 1 milhão de euros de pagamentos. Ora, ao longo dos debates que sucederam foi-se provando que muito do dinheiro que era exigido pelo Município de Caminha não era devido era sobretudo de dragagens que teriam sido efetuadas e Caminha teria pago e La Guardia provou com a amostra de documentos que tinham sido feitas as dragagens, e que tinham sido feitas as despesas por quem fez a dragagem que depois vendia a areia. E, portanto, Caminha não teria pago. Chegou-se por isso a um entendimento que passa pela transição, por transigir relativamente a este processo, ou seja, a desistência do processo com o pagamento de 100 mil euros no próximo ano a propósito de dívidas antigas de La Guardia a que se somam mais 260 mil euros em dívida nos meses posteriores, portanto, com cerca de 360 mil euros há ali um acordo, há ali uma desistência, mas, sobretudo começasse a cicatrizar uma ferida que existia numa relação institucional, pessoal, cultural que sempre foi importante e que tinha sido cortada no passado com este processo que dividia Caminha e La Guardia e que hoje transigiram esse processo, está por isso terminado no Tribunal Administrativo de Braga.

Muito obrigado.

**O Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, propôs a réplica.

**O Senhor Deputado Jorge Nande**, disse ao Senhor Presidente da Câmara que o adora ouvir, porém a água que passa no Rio Minho agora não interessa para nada. Interessa é a que vem em Cerveira ou em Valença. Portanto, não fale do passado Senhor Presidente. Sabe porquê? Porque sobre o passado está completamente à vontade. E, realmente apesar de viver e ter investimentos neste Concelho desde 1992 como o disse nesta Assembleia as suas funções públicas eram exercidas no meu Concelho de nascimento, em



## Assembleia Municipal de Caminha

Monção. E, portanto, não o culpe de nada. Porém, deve-se falar é do futuro, por isso, aquilo que ali pediu, foram coisas do dia 12 de novembro para diante que foi quando tomou posse. Portanto, quando quiser falar com ele, é sobre isso. E, para falar disso o Senhor Presidente falou muito bem e auto elogiou-se, diria o ditado “gaba-te cesta que vais à feira”, mas sobre o plano de Proteção Civil Municipal, zero. O Senhor não disse nada. E, é um dos três Concelhos do Distrito que não tem plano. E a pergunta é. Senhor Presidente o que é que vai fazer em concreto para quando houver uma calamidade, isto, não é ter as bermas limpas, não é ter bombeiros operacionais, está a falar de calamidades. Aquilo que acontece de repente. Quando é que se vai ter um plano feito e aprovado. Mas, se o Senhor Presidente tiver dificuldades, diga. A coligação “O Concelho em Primeiro” e os seus vereadores e os seus deputados municipais estão ali para ajudar. Sabe porquê, as eleições já ficaram lá atrás. Todos são membros deste órgão, todos são membros do executivo, toda a gente tem de trabalhar. E, ainda existe uma outra coisa que não percebeu, que foram os seus recados subtis, dão-lhe vontade de rir. Ou seja, a pergunta foi aonde estão os 5 milhões. Ele, tem ali o mapa que o Senhor enviou, aliás com umas letras miudinhas, parece daqueles contratos bancários para não se ler. E, neste mapa vem realmente especificadas várias dívidas, os investimentos a médio-longo prazo para financiamento das obras, vem ali uma dívida pela questão das piscinas, isto dá 6 milhões. Mas os 5 milhões a esse banco não aparecem ali. O Senhor sonegou informação, lá saberá porque o fez, ou então aquilo que veio ali dizer foi uma mão cheia de nada. Porque, a pergunta foi, o que fez com os 5 milhões, porque eles ali não estão Senhor Presidente, onde é que os meteu? Portanto, quando lhe responder a ele e a toda a esta Assembleia tem a obrigação de responder com verdade. Do mesmo modo e com a mesma clareza com que auto se elogia. Dito isto, fica-se a aguardar a resposta.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse ao Senhor Vereador Rui Lages que fica satisfeito uma vez que já existem datas, o Bloco irá estar atento e as



## Assembleia Municipal de Caminha

peessoas interessadas no assunto, espera que se cumpram. Não está arrependido de ter levado ali aquela matéria. E, fica à espera que se concretize, uma vez, que hoje foi ali prometido e isso é que importa.

Quanto a uma afirmação que ali fez, entretanto, esteve a pesquisar e a informação oficial que conseguiu ver é que o Centro de Saúde de Caminha, no site oficial que consultou, poderá até estar enganado, mas, refere que ao fim de semana o Centro de Saúde de Caminha está fechado. Fim de semana e feriados. Admite que possa existir ali alguma confusão.

O Senhor Deputado pergunta ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal se o Senhor Deputado Carlos Videira, líder da bancada da coligação “O Concelho em Primeiro”, pediu o afastamento de todas as funções. Se é verdade, pergunta se essa informação não devia ser dada a toda a Assembleia Municipal, mais uma vez pede desculpa ao Senhor Presidente, mas, julga que se torna uma questão pertinente. Ou seja, a coligação “O Concelho em Primeiro”, informou à Assembleia Municipal qual era o líder, o líder, entretanto afasta-se, pede admissão ou pede exoneração, não só de líder das comissões em que fazia parte. A questão é; se o Senhor Deputado Carlos Videira pede a demissão de todos os cargos que tem, pode ser uma questão interna, mas, foi informada a Assembleia Municipal que ele era o líder e também por essa razão, pensa que devia ser informada a Assembleia Municipal que ele tinha pedido a exoneração de cargos. Porque esta questão é importante do ponto de vista político. Como, a questão de alguns Deputados que ali estão que não foram eleitos e estão a substituir outros. Por conseguinte, esta é a questão que coloca ao Senhor Presidente da Assembleia, e dizer que do seu ponto de vista o Senhor Deputado Carlos Videira é uma perda para esta Assembleia.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, disse que depois de uma intervenção sobre a CPCJ que ali se ouviu, só pode ser realmente de alguém que não percebe nada do que se passa na CPCJ. E, é grave para quem está nos órgãos da CPCJ. Compreendo a intervenção, mas para quem está a



## Assembleia Municipal de Caminha

representar a CPCJ, para quem está na comissão restrita, mesmo, para várias pessoas que ali estão inclusive do partido que representa que já lá estiveram, foi muito duro e muito grave ouvir uma intervenção como aquela, porque as pessoas que lá estão trabalham com todo o empenho e dedicação, e nada falta da parte do Município.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que vai dar apenas um esclarecimento ao Senhor Deputado Jorge Nande, e dizer que estão nas antípodas, que de direito não percebe nada e di-lo com humildade, mas, acredita que ele de saúde também não percebe nada ou quase nada, de qualquer maneira a sua interpretação uma vez que o Senhor Deputado é especialista em direito e ele em Covid, a interpretação que dá em relação ao n.º3 do art.º 23 do regimento é que o Senhor Vereador tendo a anuência do Presidente da Câmara pode falar, a não ser que o Senhor Deputado tenha o Regimento que não está em vigor, ou seja, o antigo. Porque o n.º3 do art.º 23 do regimento foi alterado.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta às réplicas, começou por dar uma nota justificativa ao Senhor Deputado Jorge Nande, quanto as calamidades, disse que o executivo já as teve que enfrentar há 8 anos ali no Município de Caminha, como fogos em várias Freguesias, com grandes aflições, nomeadamente em Dem, Riba de Âncora, Venade com grandes dificuldades, inundações em Vila Praia de Âncora, uma duna que derrubou, o curso do rio que se alterou e tem-se enfrentado essas adversidades com grande denodo e com a ajuda de todos os agentes da proteção civil.

E, relativamente aquilo que fala ou deixo de falar, o Senhor Deputado não o cala. E, por conseguinte, falará do passado, do presente e do futuro, quando quiser, do modo que entender, desde que cumpra com aquilo que são as



## Assembleia Municipal de Caminha

normas desta Assembleia, o regimento e com as normas da boa educação que nem todos conseguem ali fazer, Senhor Deputado.

Quanto à questão do Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse o Senhor Presidente que não quer falhar com ele e não é uma questão de divergência ideológica. Mas, a informação que tem e que reitera, até porque recebeu uma mensagem de alguém que está a seguir esta Assembleia. É que, o serviço de atendimento permanente em Caminha funciona todos os dias das 8h às 20h. É esta a indicação que tem, não resolve o essencial da sua questão, mas, em termos parciais alguma coisa resolve.

Para terminar, o Senhor Presidente aproveita o momento uma vez que o Senhor Deputado levantou ali a questão para saudar o Senhor Deputado Carlos Videira pela sua nomeação que o honra e honra o Concelho e é bom que haja uma instituição que aproveita estas suas qualidades para trabalhar e que não olha a outros meios ou a outros medos. E, portanto, muitos parabéns por essa nomeação.

Muito obrigado.

**O Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que vai ali prestar um esclarecimento, e refere que existem ali muitos especialistas em direito, há ali muitos juristas, enfim, ele é um mero professor de geografia, mas, foi ao site da Câmara tirar o Regimento da Assembleia, o que está em vigor, com as suas respetivas alterações. E, na última alteração, o ponto "uso da palavra aos membros da Câmara Municipal" foi mudado. É o que está no site, é só consultar e ver a sua formulação. Pelo que, foi correta a sua interpretação de dar a palavra. Logo, devem consultar o site da Câmara Municipal, e ver que está lá essa alteração. Muito obrigada.

**O Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, em resposta à questão colocada pelo Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse que o Senhor



## Assembleia Municipal de Caminha

Deputado Carlos Videira pediu a suspensão do cargo de líder de bancada e de eleito para o grupo de trabalho para elaborar alteração do regimento da Assembleia Municipal. Mas, esta matéria diz respeito à mesa e não tem que ser colocada à Assembleia

### 3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – **Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

b) **Aprovação da ata da sessão ordinária de 03 de setembro 2021**

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 03 de setembro 2021”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 17 votos a favor, 0 votos contra e 17 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c) **Aprovação da ata da sessão ordinária de 16 de outubro 2021**

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 16 de outubro 2021”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



## Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, 0 votos contra e 05 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

### d) Aprovação da ata da sessão extraordinária de 12 de novembro 2021

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão extraordinária de 12 de novembro 2021**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, propôs a retificação de uma palavra, a qual foi aceite.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 04 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

### e) Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2022

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de novembro de dois mil e vinte e um, relativa à “**Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano**”



## Assembleia Municipal de Caminha

**2022**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove os “Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2022”, nas seguintes formas de apoio às Freguesias em reforço da capitação necessária para que estas consigam prosseguir as respetivas competências materiais;

- Em numerário, até ao limite estipulado (anexo II que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata), para os projetos constantes das Grandes Opções do Plano para cada Junta de Freguesia;

- Em espécie, através da disponibilização pontual de recursos humanos e patrimoniais.

- E, que seja aprovado o protocolo tipo (anexo II) que se aplicará aos apoios concedidos às Juntas de Freguesia.

O **Senhor Deputado Luis Fernandes**, disse que este protocolo de apoio as freguesias para o ano 2022, a coligação “O Concelho em Primeiro”, lamenta que as verbas atribuídas não tenham sido discutidas com cada um dos Presidentes de Junta. A reunião com os mesmos decorreu na semana após decisão já tomada em reunião de Câmara. Assim, apelam para que haja mais diálogo e se cumpram as formalidades para bem de todos. Sendo verbas imprescindíveis para o funcionamento de cada freguesia, não irão obstaculizar a decisão já tomada. Nesse sentido votam a favor.

Muito obrigado.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que este protocolo que estão ali a discutir, é o protocolo que



## Assembleia Municipal de Caminha

permite às Juntas de Freguesia fazer face às despesas que tem com o investimento ou com uma parte do investimento. É muito importante para muitas Juntas de Freguesia, incluindo a sua, porque, tem poucas receitas próprias. E se não fosse este apoio da Câmara Municipal ficavam sem grande capacidade de intervenção no território, por isso, este protocolo é bem-vindo. Obviamente, que todas as Juntas de Freguesia gostavam de ter mais verba e a Câmara certamente também gostaria de a dar. Mas, para quem não sabe este protocolo, é igual aos protocolos que foram aprovados em mandatos anteriores tem uma verba que está estabelecida às Juntas de Freguesia e que cada Junta de Freguesia pode esclarecer aos Senhores Deputados que esta verba é em função de uma série de critérios pré-definidos que todos conhecem. Tem a ver com a área, com a população e cada Junta de Freguesia sabe antes de elaborar o seu orçamento aquilo que tem ao seu dispor. E, com a ajuda que a Câmara Municipal dá, vai fazer que tenham mais competências. Portanto, é uma primeira parte de uma transferência de verbas para as Juntas de Freguesia. Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que vai ali sublinhar aquilo que já tem dito noutras intervenções análogas: é que contrariamente ao passado em que não havia um protocolo fixo, não tinham uma estabilidade de verbas atribuídas, cada Junta de Freguesia não sabia no início do ano aquilo que iria ter. Agora e nos últimos 2 mandatos, tem um quadro que, obviamente, gostaríamos que fosse mais, mas é estável. Toda gente sabe, com clareza, não há protocolos adicionais, não há freguesias como a minha que tinha zero euros, porque se considerava que não tinha de ter financiamento, dado que não era necessário fazer obras em Caminha pela Junta de Freguesia. Agora, tem um quadro estável, não é aquele que querem, que gostariam todos de ter mais, mas é bom dizer o quanto se evoluiu nesta matéria.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



## Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 01 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**f) Minuta do Protocolo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União de Freguesias de Gondar e Orbacém para Execução do Projeto “Adaptação do Centro Cultural de Gondar para Unidade de Apoio Domiciliário”  
Aprovado no Âmbito do Orçamento Participativo de Caminha**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de setembro de dois mil e vinte e um, relativa à **“Minuta do Protocolo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União de Freguesias de Gondar e Orbacém para Execução do Projeto “Adaptação do Centro Cultural de Gondar para Unidade de Apoio Domiciliário” Aprovado no Âmbito do Orçamento Participativo de Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c), do n.º1, do art.º6 da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, compete à Assembleia Municipal autorizar a assunção de compromissos plurianuais, e, nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Minuta do Protocolo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União de Freguesias de Gondar e Orbacém para Execução do



## Assembleia Municipal de Caminha

Projeto “Adaptação do Centro Cultural de Gondar para Unidade de Apoio Domiciliário” Aprovado no Âmbito do Orçamento Participativo de Caminha”.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias Orbacém e Gondar, José Cunha**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Em 2015 a Junta de Freguesia de Gondar e Orbacém, aproveitando o orçamento participativo do Município de Caminha, apresentou uma proposta com vista á criação de um Serviço de Apoio Domiciliário nas instalações do Centro Cultural de Gondar. O projeto tinha como finalidade a adaptação de um edifício com muito pouca utilização, para prestar serviços de apoio domiciliário e centro de convívio, em especial nas freguesias do interior do concelho, bastante carenciadas dessas valências, e atualmente sem respostas satisfatórias. Essa proposta viria a ser uma das vencedoras, contemplada com o valor de 60.000 euros, iniciando-se um processo bastante moroso e burocrático de legalização do edifício e obtenção de licenças e autorizações que ficou completo no verão passado. Agora, é o tempo de iniciar a obra. Com este protocolo a Camara Municipal transfere para a Junta de Freguesia os 60.000 euros, sendo o próximo passo a contratualização e execução do projeto. Ficamos gratos a todos quantos votaram neste projeto, e á Camara Municipal por confiar na Junta de Freguesia que agora poderá finalmente iniciar a obra. Aproveito também por agradecer a todos os que votaram em 2017 no projeto do Caminho da Aldeia, em Orbacém, obra já executada. Mais uma obra que a Câmara Municipal, através do orçamento participativo permitiu que se realizasse.

Antes de terminar, desejo a todos um santo e feliz Natal, e um ano novo cheio de saúde e felicidades.”



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesias de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Em meu nome e em nome do restante Executivo da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, felicito o Senhor Presidente da União de Freguesias de Gondar e Orbacém pela aprovação em Minuta do Protocolo entre a Câmara Municipal e a suas Freguesias que irá ser feita nesta Assembleia, sobre a transferência das verbas, no montante de 60.000€ (sessenta mil Euros), relacionadas com a proposta vencedora do Orçamento Participativo de 2015, "Adaptação do Centro Cultural de Gondar para Unidade de Apoio Domiciliário". Senhor Presidente, faço votos para que tudo corra pelo melhor e que esse projeto se concretize o mais rápido possível, para que as suas gentes possam usufruir desse importantíssimo equipamento.

Dirijo-me agora para o Senhor Vereador, Dr. Rui Lages, responsável pela estratégia de cooperação, resolução dos problemas e apoio às Freguesias. Senhor Vereador, em 2015, nesse mesmo Orçamento Participativo, houve uma proposta para a Freguesia de Vila Praia de Âncora que passou à fase final e que também foi vencedora, a proposta de "Requalificação da Zona Envolvente ao Dólmén da Barrosa", contemplada com um cheque de 60.000€ (sessenta mil Euros).

Nessa altura, havia dois muros da quinta da Barrosa que estavam em perigo de derrocada, tendo a Câmara aproveitado parte da verba desse cheque para o arranjo dos mesmos, gastando mais ou menos 20,000€ (vinte mil Euros) nesses trabalhos.

Senhor Vereador, não tendo eu um curso académico, acho que a 60.000€ (sessenta mil Euros) tirando 20.000€ (vinte mil Euros), restam 40.000€ (quarenta mil Euros).

Penso que estou correto e vou passar para a conta a seguir.



## Assembleia Municipal de Caminha

No ano seguinte, ou seja, em 2016, novo Orçamento Participativo no Concelho de Caminha e mais uma proposta para Vila Praia de Âncora que foi levada à fase final, "Requalificação do Monte Calvário", saindo essa proposta vencedora e tendo sido contemplada com mais um cheque para as fotos da praxe no valor de 65.000€ (sessenta e cinco mil Euros). Estamos no final do ano de 2021 e pergunto quem me sabe dizer quanto é que Câmara gastou no Monte Calvário no âmbito dessa proposta vencedora?

Eu respondo: zero cêntimos.

Então vamos lá ver se consigo fazer mais esta conta,  $65.000€ + 40.000€ = 105.000€$ , ou seja, a Câmara Municipal do nosso querido Concelho deve à minha linda Freguesia 105.000€ (cento e cinco mil Euros).

Senhor Vereador, foram muitas as pessoas que acreditaram e votaram nessas propostas. Foi-lhes pedido que participassem e contribuíssem com as suas ideias em comunidade, ajudando assim no desenvolvimento das suas Freguesias. Foram dias felizes para elas, acreditaram que afinal estavam vivas, que tinham voz e que podiam ser úteis na construção de um novo projeto para a terra que tanto amam.

Senhor Vereador, não consigo compreender a falta de respeito que a Câmara tem tido para com os seus Municípes, e por favor não me venha dizer que foi por culpa da Pandemia do COVID - 19, lembre-se que estamos a falar nos anos de 2015 e 2016.

Em janeiro do próximo ano, se Deus quiser, vai ser aprovado, em Assembleia Municipal, o Plano e Orçamento da Câmara Municipal para o ano 2022, espero que o Senhor Vereador ponha a mão na consciência e contemple no Orçamento as verbas, acima referidas, a transferir para a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, para que possamos nós executar as obras em falta, nos mesmos moldes que serão transferidas para a União de Freguesias de Gondar e Orbacém.

Um bom Natal para todos e um Feliz Ano Novo."



## Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Simaura Fonseca**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse que se alegra pela concretização deste projeto, e ainda por cima na União de Freguesias à qual pertence, como também se alegra por ter sido concretizado o Caminho da Aldeia.

E, dar nota que ao ler a minuta tem lá um erro a nível das datas, para que possam corrigir, porque dizem que vão transferir, agora, em 2021, 3 mil euros e os restantes 57 em 2020. Mas, não se anda para trás, tem que se andar para a frente, já que se está a andar para a frente, vai-se continuar a andar para a frente. E, pergunta se este o projeto se vai desenvolver da mesma forma como foi o Caminho da Aldeia? Isto é, na altura questionou o Senhor Presidente e disse que é consoante o Presidente da Junta iria fazendo a obra, o Município iria fazer a transferência do restante montante. E, agora neste projeto também será de igual forma? Como esta é a sua única intervenção na Assembleia, aproveitou para desejar um bom natal a todos, um bom ano, que estejam ali para o ano todos juntos, sempre a lutar pelo melhor do Concelho.

Obrigada.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, dizer apenas para felicitar a Junta de Freguesia de Gondar e Orbacém por este projeto e votos de muito sucesso na sua realização.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, felicitou a Freguesia de Gondar e Orbacém por este desiderato. Isto é um processo que nunca parou verdadeiramente, que tem muitas dificuldades pelo caminho. É um processo que exigiu uma atenção sobre o espaço físico, houve um conjunto de reuniões com a segurança social, um enquadramento que se teve que fazer do ponto de vista financeiro e de rentabilidade para se poder demonstrar ali um conjunto de



## Assembleia Municipal de Caminha

apoios, e embora seja muito positivo nestas matérias, admite que possa ter que fazer mais encontros de contas a propósito desta obra, porque de facto o conjunto do orçamento participativo tinha propostas, tinha determinado tipo de orçamentos, não se podia alterar determinado tipo de orçamento, mas percebeu-se, e irá servir para responder ao Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora que em algumas matérias o dinheiro não chega e tem de se fazer ali algumas acomodações.

De todo o modo, sublinha ali o trabalho que fez o Senhor Presidente de Junta ao longo deste tempo. Foi um processo que nunca parou, mas que tem aquela dificuldade que é uma divergência entre aquilo que é a burocracia associada e depois o resultado, e esperam que agora como a Senhora Deputada Simaura ali disse possam ver boa luz relativamente a essa matéria.

Disse ainda o Senhor Presidente que a Senhora Deputada tem toda a razão há um lapso no âmbito do protocolo onde se lê 2020 a propósito de uma transferência julga que de 57 mil euros, deve ser lido 2022, porque senão era uma forma fácil de se fugir a essa transferência. Embora no despacho inicial tem lá a menção, é mesmo um lapso. E, dizer sobre a pergunta, que o dinheiro chegará à Junta de Freguesia à medida que chegarem os pagamentos, que devem trazer um auto de medição e uma fatura, contudo, existe um diálogo permanente entre as instituições e conseguem fazer num momento em que a tesouraria da Câmara esteja favorável, para que seja mais rápido para o empreiteiro.

Quanto, à intervenção do Senhor Presidente de Vila Praia de Âncora disse o Senhor Presidente que ele tem toda a razão, relativamente, ao essencial do que ali disse. A freguesia obteve estas vitórias para o seu território que passam pela recuperação do Dólmen da Barrosa e de uma requalificação do Monte Calvário. O Presidente no essencial tem razão, mas, dizer-lhe que a recuperação do Dólmen da Barrosa teve um investimento, nos muros que foi feito julga que nesses valores, não os tem de memória e há aí um passo seguinte que devem dar na questão do Calvário não se avançou nada. Para



*Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'J. Jesus'.*

## Assembleia Municipal de Caminha

além de um desenho, de uma intenção que havia da parte da Câmara Municipal. E, existe ali uma justificação que julga que é devida, porque a intervenção que acontecer no Dólmén da Barrosa e no Monte Calvário tem de ser uma intervenção de fundo, não se vai bastar com estes dinheiros.

E, o executivo no próximo orçamento que está praticamente concluído a proposta que querem apresentar não vai lá estar inscrita nenhuma destas obras o que vai estar inscrito não com esta nomenclatura específica para cada uma das obras, é concretização ou a contratação do projeto relativamente a estas obras. Estes projetos serão dialogados com a Junta de Freguesia, que acompanhará o desenho que se imagina para estes locais e não se pode, relativamente ao calvário esperar que uma intervenção minimalista ali caiba, pelo menos do ponto de vista da visão que a Câmara tem sobre aquele espaço. Porque, aquele espaço exige uma intervenção mais profunda, mais capaz de acolher as pessoas e cuidada para tornar o espaço público mais agradável. A Junta de Freguesia tem feito lá algumas obras e, portanto, o que vai acontecer no próximo ano para ser verdadeiro não é nenhuma obra, é o projeto, é a consolidação do projeto, é a concretização do projeto. Vai-se tentar concluir durante 1 ano, porque há um conjunto de autorizações. E o que aconteceu é que no âmbito do Orçamento Participativo e como isto foi num início deu-se alguns passos maiores que a perna e perceberam que hoje uma verdadeira recuperação de todo o espaço do Dólmén da Barrosa ou uma requalificação do Calvário não se pode bastar com intervenções mais minimalistas e, portanto, é isso que pretendem fazer Senhor Presidente de Junta, vão tentar dar resposta, mas, no essencial tem que lhe dar razão porque foi aquele o investimento que está.

De seguida o Senhor Presidente dá os parabéns a Gondar e Orbacém, e aproveita o ponto,

como se está a falar de um equipamento social, um equipamento que vai servir o Concelho de Caminha. Dá nota, de que existem algumas boas notícias para Instituições do Concelho de Caminha. E, dizer que no âmbito do programa



## Assembleia Municipal de Caminha

PARES, que é um programa do governo, um programa governamental, onde se candidataram milhares de Instituições de todo o País. O concelho de Caminha teve 3 Instituições que tiveram resposta positiva. Essas instituições são o Centro Social Bem-Estar de Seixas, que tinha uma candidatura para requalificação de todo o seu edificado e que saiu vitoriosa, que são 500 e tal mil euros. Está-se a falar de mais de meio milhão de euros, não se recorda exatamente se é 537 ou 567 mil euros, apenas que se trata de um valor nessa ordem. A segunda instituição, é a APPACDM que também requereu um financiamento para recuperação do espaço da Escola de Vilarinho em Vila Praia de Âncora, que foi atribuída ali por esta Assembleia Municipal à APPACDM para ali fazer um espaço, um centro ocupacional, para os jovens e menos jovens deficientes do Concelho de Caminha e não só. E, estava à espera desta alavanca do financiamento para que a obra pudesse surgir e para que a Escola Vilarinho, finalmente, pudesse ter uma nova utilidade depois do passado ligado à educação. Há também uma resposta positiva, na ordem dos 500 mil euros, um pouco mais, não se recordo se é 537 ou 567 mil euros, mas é esse valor e a obra irá arrancar. E finalmente também uma resposta favorável ao Lar, à Casa de Repouso do Senhor dos Mareantes em Caminha, que também tinha um pedido de financiamento na ordem do milhão e duzentos mil euros, um pouco mais e foi favorável. Estas, são três boas notícias para o Concelho de Caminha num contexto em que apenas mais um Concelho no Distrito de Viana do Castelo, teve 3 boas notícias que é o caso de Melgaço, Viana do Castelo e Vila Nova Cerveira com uma boa notícia; Paredes de Coura com uma boa notícia; Monção com 2 boas notícias e os outros Concelhos não tiveram nenhuma notícia apesar de terem várias candidaturas, e esta é uma palavra que deve ser dada, não só às instituições que se candidataram e fizeram tudo do que necessitaram de fazer, mas também ao Governo que encontrou forma de ali dar financiamento, não a todos, e, por isso, abriu no âmbito do PRR, Plano de Requalificação e Resiliência, um conjunto de candidaturas para que as outras entidades se possam candidatar.



## Assembleia Municipal de Caminha

Pelo que, deixa hoje ali esta boa notícia.

Muito obrigado.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**g) Desistência de Contração de Empréstimos do Plano de Saneamento Financeiro e Revogação dos Processos de Fiscalização Prévia Números 140/2020 e 141/2020 do Tribunal de Contas**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de dezembro de dois mil e vinte e um, relativa à “**Desistência de Contração de Empréstimos do Plano de Saneamento Financeiro e Revogação dos Processos de Fiscalização Prévia Números 140/2020 e 141/2020 do Tribunal de Contas**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim, nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a autorização para que seja comunicado ao Tribunal de Contas a revogação dos



## Assembleia Municipal de Caminha

processos de fiscalização prévia n.º 140/2020 e 141/2020, referentes aos empréstimos de médio e longo prazo aprovados na sessão ordinária de 27 de novembro de 2019.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que o grupo “O Concelho em Primeiro” tem uma questão prévia que tem a ver com o agendamento deste tema. E, dizer que quando há pouco invocou o regimento no artigo salvo erro 23.º, n.º 3, invocou-o em erro por um motivo: é que o regimento que está na página do Município já o comprovaram está desatualizado em função ao regimento que tem hoje. E, portanto, ele tem de se retratar por ter invocado um regimento errado, mas tem a certeza que a Mesa vai tomar providências que de futuro o Regimento seja corrigido na página do Município, uma vez que tem de estar corrigido e acessível a toda gente. Não é numa página à parte com uma Ata da Assembleia que se atualiza o Regimento. E por outro lado, ele tem a certeza que a Mesa quando algum Deputado tomar posse, lhe vai entregar um livrinho como aquele que ali está a mostrar para saber quais são as regras com que esta casa se rege. E, portanto, se assim for além de ele se penitenciar pelo erro, estão em paz e dignificam o órgão.

Em segundo lugar, e antes de dizer mais nada, Senhor Presidente da Câmara regressando um bocadinho atrás dizer que se mete um processo não é uma ameaça, o Senhor é jurista e sabe disso. É um exercício de direito público.

Relativamente ao ponto, disse o Senhor Deputado que este tema sugerido como para ser votado nesta Assembleia, nos termos da alínea K) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013. Se, forem ler este artigo, diz que compete à Assembleia Municipal pronunciar e deliberar sobre assuntos que dizem a persecução das atribuições do município. As atribuições do município estão no artigo 23.º da lei 75/2013. E, não as vai elencar senão isto seria muito chato. Mas, dizer, que está nas atribuições da Assembleia Municipal por força do artigo 25.º da lei 75/2013 e por força do artigo 59.º da lei 73/2013, que é a lei das finanças locais, atualizada. Está na competência, da Assembleia Municipal,



## Assembleia Municipal de Caminha

se pronunciar e votar o estudo e o plano de saneamento financeiro que são elaborados pela Câmara, propostos à Assembleia para aprovação. Isto é, a Câmara Municipal de Caminha não podia ter levado ao Tribunal de Contas o Plano de Saneamento Financeiro que apresentou se não tivesse tido a aprovação desta Assembleia. E, por isso, é que foi ali pedi-la. Agora a desistência do Plano não é uma questão da Assembleia, os Deputados não têm que votar sobre isso. E, não se tem que votar isso, uma vez que não está nas competências de a Câmara aprovar a desistência. Está nas competências da Câmara representada por estas 7 pessoas que ali estão a aprovar a desistência. E de resto, é isso que o Tribunal de Contas lhe pede no último ofício que dirige à Câmara Municipal e que está nessa resma de papel de 500 e tal páginas que receberam, onde está bem expresso.

Portanto, do ponto de vista político e com isto termina, a eles o que lhes parece é que o executivo municipal de Caminha ao vir pedir o voto dos Senhores Deputados Municipais está a querer vincular a Assembleia com uma decisão que é da Câmara e que decorre de a incapacidade da Câmara responder com afirmatividade a tudo o que o Tribunal de Contas exigiu para que o Plano fosse aprovado.

Ora, meus Senhores, se se tem de dizer que sim que se aprova o Plano, não se tem que dizer não. E, portanto, propõe à Assembleia que este ponto seja retirado, por não ser competência da Assembleia votar a desistência do pedido, uma vez que essa desistência é da exclusiva responsabilidade da Câmara, do executivo da Câmara composto por sete vereadores e não dos 35 membros que estão nesta Assembleia a votar ali hoje. E dito isto, propõe que este ponto não seja discutido. Em nome da coligação “O Concelho em Primeiro”.

**O Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, prestou um esclarecimento e disse que sobre a questão do regimento numa simples busca no site da Câmara Municipal de Caminha que foi feita agora pode-se ver na parte “documentação do regimento” está lá



## Assembleia Municipal de Caminha

“regimento e alteração ao regimento”. Não é uma folha avulsa, é uma indicação “alteração ao regimento”. Tem a data de quando foi alterado. Basta uma simples consulta.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que para a Câmara Municipal há uma preferência de que se possa votar e deliberar ali na Assembleia. Mas, não fazem questão se isso for o entendimento da Assembleia. Agora o que a Assembleia deve saber é que os Presidentes de Câmara e as Câmaras são criticados por não trazer os assuntos à Assembleia. E, o executivo no passado já trouxe à Assembleia um conjunto de assuntos e de temas que não são propriamente da competência da Assembleia. Mas que a Câmara quis que a Assembleia se pronunciasse, por entender que são assuntos com dimensão. E, o Senhor Presidente dá um exemplo que todos iram recordar: a propósito de centro de exposições transfronteiriças tratava-se de um contrato de arrendamento, não precisavam de o levar à Assembleia, nem o executivo se sujeitava a um debate vivo, um debate aberto e crítico, mas fizeram-no, porque entenderam que seria assim mais transparente este debate. Relativamente a esta matéria, foi o mesmo, apesar de não ter a certeza que não o tinham mesmo que levar ali esta matéria à Assembleia. Porque, o que se trata ali é decidir sobre a desistência de um processo de revogação de fiscalização prévia de dois pedidos específicos: um pedido de empréstimo e outro pedido de empréstimo. Ora, como levou a esta Assembleia o pedido para contração destes empréstimos, com um plano de saneamento financeiro. E, por isso, quis levar a esta Assembleia a revogação desse pedido. Mas, podia ter feito isto de outra forma, porque de acordo com as missivas que chegaram do Tribunal de Contas, o que é dito: é que se a Câmara não se pronuncia-se sobre o último pedido de informação do tribunal de contas, o tribunal de contas dá por desistida a instância, o processo acaba e por inércia, se não dissessem nada, acaba também. Por isso, entendeu que devia de dizer a esta Assembleia, a Câmara não conseguiu estes dois empréstimos. Não conseguiu



## Assembleia Municipal de Caminha

provar a necessidade dos empréstimos ou não conseguiu juntar os documentos que eram necessários. E, se foi pedido ao Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta que aprovassem a contração de empréstimo, que tinham de ir à fiscalização prévia, tem que ir ali com a mesma cara e frontalidade, dizer que vem ali agora dizer que desistiram deste pedido. É essa a razão de levar esta matéria a esta Assembleia, julga que não é criticável, mas se os fez perder tempo, Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta, pede desculpa, não foi com má intenção. Foi com a intenção de transparência máxima relativamente a esta matéria.

Muito obrigado.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que de certa forma dá a razão ao Deputado Jorge Nande. Porque, imaginem que esta Assembleia Municipal vota contra. O que é que a Câmara irá fazer! Se vota contra esta alínea, a Câmara não irá poder fazer nada. Porém, julga que a Câmara pede autorização para o empréstimo para o programa, todavia a desistência julga que seja uma formalidade da Câmara. Não se trata de uma questão de vincular a Assembleia ou não, que não há necessidade disso. É este o seu raciocínio acerca desta matéria. Ou seja, não tem que pedir autorização para se desvincular. Tem apenas necessidade de pedir autorização para o programa, não tem necessidade de pedir autorização para desistência. Porque, imaginem que se vota contra, o que se irá fazer.

O **Senhor Presidente da Mesa** submeteu à votação do Plenário se retirar ou não ponto da ordem de trabalhos, o qual foi aprovado com 20 votos contra a retirar o ponto e 14 votos a favor de retirar o ponto

Pelo que, logo de imediato passou a discussão do ponto da ordem de trabalhos.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que quando foram ali pedir a retirada deste ponto, até estavam a ser simpáticos e fofinhos com a Câmara e, nomeadamente, com a Câmara gerida pelo Partido Socialista. A coligação estava a evitar, ir ali dizer o que vão dizer. Puseram-se a jeito, e vão ter de o dizer.

E, como muito bem interpretou o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, a Câmara trás isto à Assembleia e se a Assembleia votar contra, a Câmara não pode fazer nada. Isto é, a Câmara só vai ali pedir que se lhe lave as costas da incompetência que teve de não conseguir os requisitos todos que o Tribunal de Contas lhe exigia. Uma coisa tão simples quanto esta, meus Senhores. O projeto de saneamento que foi apresentado, os documentos que foram apresentados e pese embora aquilo que o Senhor Presidente diz na moção que levou à própria Câmara Municipal que não concorda com os fundamentos do Tribunal de Contas. Pois, não concorda porque não lhe são favoráveis ao município e aos interesses dele. Mas, são os que são e são da legalidade. E a questão é sempre esta, eles às vezes no exercício de funções públicas de proximidade como são as autarquias locais, exprimem muito à vontade e quando tem uma maioria até se impõe. Ele, hoje não trouxe por acaso os cravos. Mas, depois falta a fundamentação legal para que essa imposição possa prevalecer. E, o que o Tribunal de Contas disse à Câmara de Caminha foi precisamente: vocês não reúnem nenhuma das condições. E, as perguntas que o Senhor Presidente da Câmara devia responder ali nesta Assembleia quando vem pedir um voto para lavar a incapacidade de aprovar o plano é: dizer que há um desequilíbrio registado no município de 2018 de 600 mil euros, porque, é que não conseguiu demonstrar documentalmente que o somatório dos contratos em análise de 9 milhões 563 mil euros correspondem a dívidas não pagas e registadas pelo município a 31 de dezembro de 2018. E, vão ver isso ao longo do tempo, pois o mandato é de 4 anos e os documentos que vão ser pedidos, vão demonstrar isto. É, que são uns mapas que se preenchem mensalmente para a DGAL que em Caminha devem ser de uma dificuldade



## Assembleia Municipal de Caminha

incrível de preenchimento. Porque é que da ficha do SIAL, quanto à prestação de contas de 2018, o município registou dívidas a fornecedores de curto prazo, acumuladas em 29 612.466 euros, esclarecer e justificar a razão do empréstimo de saneamento financeiro do processo 140, porque, é que se destina a pagar uma dívida de 4 milhões. E, não quer ser chato, mas todos receberam isso por email.

E, dizer ainda que o Senhor Presidente da Câmara de Caminha não conseguiu, por exemplo, dizer ao Tribunal de Contas como é que ia fazer a redução de despesas correntes, nomeadamente dos custos com pessoal. Que, não reduzem, aumentam, para a projeção que ele fez. E, portanto, Senhores Deputados, ele já está habituado, já esteve antes numa Câmara Socialista, é que o despesismo com a obra é grande. Nesta Câmara preocupa porque a receita corrente e a despesa corrente são quase equivalentes e depois o investimento nas obras faz-se com o recurso a um crédito infinito. O Senhor Presidente sabe muito bem quais as regras das atribuições dos créditos. Ele pode gastar 20% em cada ano novo do somatório, vezes 1.5% das receitas correntes dos últimos 3 anos. E, dizer que a Câmara de Caminha virada ao contrário tem 300 e qualquer coisa mil euros, vem na informação que o Senhor Presidente enviou de disponibilidades e depois sentiu a necessidade de dizer que tem 1 milhão e 500 mil de verbas não orçamentadas. Sabem o que é isto? É dinheiro que não se lhe pode tocar, não está no orçamento, não está no mundo. Este milhão e meio que ele nos diz que tem lá é de cauções, é de retenções de IRS, é de retenções de IVA, é de retenções à ADSE, são cauções de obras públicas, porque retém os contratos públicos que são 5% e é dinheiro que está lá, mas não pode tocar em bom rigor. E, portanto, Senhores Deputados a coligação “O Concelho em Primeiro” não está na disposição de lavar as costas ao Senhor Presidente da Câmara de Caminha com a gestão que tem implantado, e nesta matéria eles irão votar contra.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, dizer que perderam todos uma boa oportunidade para estarem calados. Na verdade o Senhor Presidente da Câmara também já tinha cumprido a sua função, porque aquilo que desejou foi, segundo as suas palavras, e fazendo boa fé nelas, que faz como bem sabe o sr. Presidente, era partilhar com eles esta desistência. Portanto, isso tinha ficado claro no início, não precisavam de estar ali agora a discutir. Tinha, de facto, sido muito mais interessante. Isto até porque, exatamente, relativamente ao caso que citou do pavilhão transfronteiriço, a CDU também fez, de certa forma essa mesma acusação, que se tratava de vincular esta Assembleia a uma decisão que era do executivo. É que depois ficam ali todos meios presos e quem está em casa também não compreende muito bem o que se está a passar, se é vontade de não discutir algo que é bom para o concelho, ou outra questão. Mais disse que não utilizaria essa expressão, até porque se calhar é “mansinho” e não gosta muito desse estilo, mas não vai “cobrir as costas da Câmara”, de forma alguma, nem pensar nisso, porque de facto as responsabilidades são diferentes. Disse ao Senhor Presidente para, por favor assumir as suas, que eles assumem as deles, e ponto, ficam assim. Mas, como sabe esta questão do saneamento das finanças públicas é mais antiga e até percebe que quem chega, de forma mais recente, não entenda. Mas também nos é cara a nós. No primeiro mandato deste executivo, se bem se recorda, a CDU esteve disponível para com consigo se sentar e tentar encontrar uma solução para o Concelho de Caminha. O problema das finanças municipais vem detrás. Portanto, as coisas já vêm de há muito tempo e PS e PSD têm culpa no cartório. Ele sabe quem não tem culpa, que como é lógico, é não esteve nunca no executivo. Mas, dizer que naquela altura, a Câmara não quis propriamente dar-se com eles. Não ficaram magoados com isso, disse, uma vez mais porque entenderam que era responsabilidade do Presidente da Câmara, já que foi eleito para gerir e geriu da melhor maneira que entendeu. Mas, em 2019 acreditaram nele. E acreditaram que era possível ter ali uma estratégia. O Senhor Presidente na altura assumiu, perante esta Assembleia a



## Assembleia Municipal de Caminha

exigência do Tribunal de Contas. Portanto, não é nada que os tenha apanhado de surpresa. Já sabiam que o Tribunal de Contas iria ser de facto muito, muito exigente e eles na altura fizeram uma vez mais boa fé das palavras, da coragem do Senhor Presidente que iria corresponder àquilo que era o esperado e nunca lhes passou pela cabeça que desistiria, precisamente por incumprimento da própria Câmara. Por não ter essa capacidade de dar resposta. Mas a CDU lembra que isto deixa sobretudo a nu um negócio que foi ruinoso para o Município de Caminha e está a ser ruinoso para o Município de Caminha. O que a CDU não entende é que com a mesma afirmação que em 2019 o Senhor Presidente da Câmara confrontava esta assembleia com os 900 mil euros mensais, com esta projeção de 19 milhões de euros até 2033, com a poupança que a Câmara iria ter com este plano de saneamento que reduzira a 8 milhões de euros a despesa prevista, ou seja, que levaria a uma poupança de 11 milhões de euros, não valia a pena o sacrifício de corresponder às exigências do Tribunal de Contas? Porque se está a falar de 11 milhões de euros poupados ao Município de Caminha. A fazer fé nas suas palavras, e uma vez mais insistem, fazem boa fé, a CDU entende que, desistir quando o horizonte era este é no mínimo estranho e, claro, exige-se neste momento que dê respostas a esta Assembleia, que vão muito para além dos papéis que lhes foram distribuídos.

Muito obrigado.

**O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que é importante que fique claro que parte da divergência que acontece neste momento é dizer que o Presidente encaminhou a esta Assembleia um tema que poderia ter sido resolvido com a sua ação e no âmbito das suas competências. Ou seja, o Presidente da Câmara não está, de algum modo, a extravasar as suas competências, nem está a fugir ao debate, nem está a tentar esconder nada. Isto podia ter acontecido de uma forma simples, passava o Natal, passava o Ano e o Tribunal de Contas dizia damos por concluído este processo. Mas,



*feij,*  
*E*

## Assembleia Municipal de Caminha

entendeu não o fazer. É um estilo como sabem, de abertura, de transparência, de tentar colocar a nu àqueles que ali estão como eleitos, mas também aos que acompanham em casa. Aquilo que são as opções do Município. A Câmara de Caminha queria resolver, e quer resolver este problema porque, estão a falar de um empréstimo, estão a falar daquilo que não vão conseguir fazer com o Tribunal de Contas. Tem estado marcado nesta Assembleia as condições financeiras da Câmara. Mas, este empréstimo visa pagar dívida a fornecedores, em parte, e resolver o cancro financeiro que o PSD deixou com a PPP das piscinas. Parece ter graça, mas não tem graça nenhuma para quem tem de pagar e de orçamentar no próximo ano cerca de 900 mil euros para fazer face às rendas que tem de pagar, por causa daquele atentado às finanças públicas da Câmara que foram as Piscinas de Vila Praia de Âncora. E, com o chumbo deste empréstimo, o executivo vai ter de continuar a pagar as Piscinas de Vila Praia de Âncora. E, é bom que se lembrem os Senhores Deputados todos quando se debatem os pontos a seguir, porque ele vai-se lembrar de ali referir esta matéria.

O essencial que a Câmara não conseguiu explicar ao Tribunal de Contas é o seguinte e o Tribunal de Contas pergunta: porque é que a Câmara de Caminha quer comprar as ações dos privados na PPP, para resolver o seu problema, mas, vai criar um problema ao Estado porque a dívida passa a ser uma dívida totalmente Municipal, enquanto que era partilhada com os privados. Mas, isto tem explicação, porque, em termos de tesouraria, isso resolve um problema. Que se a Câmara pagar e ficar dono da totalidade das piscinas, já não tem de pagar uma renda a quem era o dono. Mas, neste momento o dono das Piscinas de Vila Praia de Âncora é uma parceria público-privada, onde os privados detêm a maioria. Onde os privados pagam ao banco uma quantia à volta de 300 e qualquer coisa mil euros, mas, por ano recebem em rendas. Porque os arrendatários, a Câmara de Caminha é arrendatária e paga no total com IVA cerca de 900 mil euros. Isto é, do ponto de vista da Câmara a loucura. É, esta dívida que tem acumulado porque a Câmara não está a pagar as rendas todas.



## Assembleia Municipal de Caminha

Mas, do ponto de vista do Estado, do Ministro das Finanças ou do Presidente do Tribunal de Contas o que Câmara está a fazer ao comprar as Piscinas de Vila Praia de Âncora todas é ficar com uma dívida que vai e pagar com o empréstimo. E, é por isso que o Estado entende, está a falar em termos gerais, que não tem condições para incrementar a dívida da Câmara e incrementar assim a dívida do Estado. Aliás, a Câmara que tem um problema muito parecido é Mafra, com quem tem debatido esta questão e com quem tem dirimido argumentos no Tribunal de Contas. O Senhor Presidente da Câmara de Mafra, distinto autarca do PSD, tem também uma PPP muito parecida com a Câmara de Caminha e quis fazer isto também.

Dito isto, Senhores Deputados aquilo que o executivo vai ter que fazer é encontrar outras soluções quer para pagar aos fornecedores, quer para dirimir os conflitos no âmbito da PPP. Mas, há uma coisa que é certa. Depois de se desistir desta instância, seja pela via dos Senhores Deputados, se votaram contra, seja pela via da inércia processual, ele cairá. E, o que a Câmara tem é de pagar uma renda até 2033 das Piscinas de Vila Praia de Âncora, e assegurar um conjunto de despesas que pesam muito na Câmara Municipal e pesam nas suas despesas correntes. E, foi disso que tentou tratar da melhor forma que sabia, mas sem sucesso como ali acabou por reconhecer ao pedir que seja revogado este pedido de empréstimo junto do Tribunal de Contas.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual o caminho a seguir. Porque, com esta desistência morre este plano de saneamento para as finanças municipais. E a dívida, quando falavam, que tinha de explicar mais que o que estava naqueles papeis é precisamente: Qual é o plano a seguir? Porque como é evidente não querem estar com esse ónus que vão carregando ao longo dos anos, com esta despesa que já ali falou. Portanto, qual é plano a seguir?



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que só ouviu falar num dos empréstimos. Foi do Caminhaequei, esqueceu-se do outro. Pelo que, pede que o esclareça, porque, não falou do outro. Que é aquele que não comprava, que tenha reduzido custos com pessoal durante estes anos todos e vai reduzir no futuro. O Senhor Presidente foi ali dizer que foram as piscinas que deixaram as finanças assim. Mas, fazer um parque de exposições, as piscinas no fim do pagamento serão do município certamente ou, não? as piscinas têm lá gente a pagar rendas ou, não? os 900 mil euros que paga por ano tem uma dedução de IVA nesse valor de 23% ou, não? é dinheiro que regressa para o município. E, o Parque de Exposições que pretende fazer também é uma PPP que não fica para o município ou, fica? E, também tem toda a manutenção e toda a despesa de funcionamento à custa do município ou não? Nas piscinas isso é à custa de terceiros ou, não é? Está a perguntar, porque veio agora fazer parte da Assembleia Municipal e não sabe.

Por último, disse que um outro exemplo que é sobre aquilo que foi uma aposta do Partido Socialista no passado, pois, não gosta de falar no passado, porque diz que a água que vai no rio já não lhe serve. Mas, tem a ver com edifício dos Passos do Concelho que está a ser agora ocupado pela Câmara. O PS deliberou fazer obra em casa alheia. E, a pergunta é que se isto contribui ou não para não ter conseguido aprovar este projeto. E, é verdade ou, é mentira que pagaram balúrdios pelo edifício da Santa Casa e continuam a pagar por mês em despesa corrente para ocuparem? E, isso não implica custos correntes na Câmara que o Tribunal de Contas pôs em causa e não havia uma outra solução?

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta às perguntas que colocou o Senhor Deputado Celestino Ribeiro disse que são política, e é disso que gosta de falar. O executivo relativamente a essa matéria tem duas atitudes diferentes porque se está a falar de dois empréstimos diferentes. E, aproveita para responder a uma parte da questão que o Deputado Jorge Nande



## Assembleia Municipal de Caminha

ali colocou. Relativamente à PPP, vão ter de encontrar um caminho com os privados. Porque, nem a Câmara está em condições de até 2033 de pagar os montantes que tem de pagar, nem os privados também estão em condições de ter este relacionamento de dificuldades nos pagamentos por parte do Município de Caminha. O executivo já tinha um acordo, que tem ajudado a tesouraria do município. O acordo e o entendimento que se tem é que a Câmara de Caminha, como arrendatária daquele espaço, está a pagar e não lhe é exigido mais da parte do Senhorio o montante que corresponde aquilo que o Senhorio tem que pagar na banca. O empréstimo que contraiu para construir as piscinas tem um montante, que anda à volta de 300 e tal mil euros e a Câmara está a cobrir esse montante e tudo o que tem a ver com assegurar que aquele empréstimo continue vivo e que os pagamentos são feitos no banco. Em termos de tesouraria é bom para a Câmara, está a pagar menos do que devíamos. Mas, em termos de dívida não resolve o problema, pois ela vai acumulando. Todos os anos, aquela parte das faturas que não são pagas, não é exigida à Câmara pelo Senhorio, mas vai acumulando na dívida porque não está paga. Sobre esta matéria o que vão fazer, agora, depois de concluído este processo. Porque tem de estar concluído para se sentarem à mesa. Porque o privado também está à espera de uma boa resolução desta matéria. Que permite comprar e resolver o problema. Agora, estando resolvido já tem condições formais e materiais para se sentarem à mesa e encontrarem uma solução. Há várias hipóteses em aberto. Existe a hipótese que o executivo não quer tomar como possível era que se mantivesse esta situação até 2033.

Relativamente à outra parte que tem a ver com os fornecedores e os fornecedores que ficaram lá para trás e que estavam à espera deste pedido de empréstimo: disse que o plano é pagar. A Câmara, entretanto, do montante inicial que tinha pedido ao Tribunal de Contas para empréstimo, já pagou 969 mil euros. Ou seja, se hoje autorizassem a contrair o empréstimo ele seria menor, em quase 1 milhão de euros. Porque, se foi pagando. A pequenos fornecedores, a fornecedores que não aguentavam estar à espera dos



## Assembleia Municipal de Caminha

montantes e com a capacidade que a Câmara hoje tem de tesouraria foi pagando. Ficam dívidas maiores por pagar. Algumas que são conhecidas.

O plano que tem para os próximos anos é de se ir pagando dentro das possibilidades que tem. No próximo orçamento não estica, é difícil de sair do exercício, é difícil sair da previsão de receita e de despesa do exercício, mas no exercício do próximo ano irão ter de encontrar aqui e ali algumas previsões que possam ir mais além. Onde existe um contrato de prestação de serviços na ordem dos 700 mil euros. Tentar encontrar soluções no orçamento para pagar 800 ou 900 mil euros, acomodando aí 200 mil euros que ficaram para trás. É assim que vão tentar acomodar, e no debate do orçamento podem dar alguns exemplos práticos do que está em causa.

Relativamente às restantes questões, julga já ter respondido.

Relativamente à questão do IVA também é muito limitada a devolução de IVA que é feita relativamente à Câmara.

Quanto à posse das piscinas, elas virão para o município no final, assim como o centro de exposições transfronteiriço se se vier a avançar, também no fim será da Câmara Municipal de Caminha. Relativamente a quem faz a manutenção das piscinas, é a Câmara que faz tudo. É a Câmara que paga tudo, é a Câmara que assegura tudo, são os munícipes de Caminha que pagam tudo aquilo que tem de ser gerido, tem de ser pago no âmbito das piscinas.

E finalmente, disse o Senhor Presidente ao Senhor Deputado Jorge Nande, que como os relógios que estão parados até nas horas acertam pelo menos 2 vezes por dia, e tem que lhe dar razão. O Senhor Deputado mencionou ali um exemplo de algo que pesa nas contas da Câmara e que o executivo não estava a contar. E, por isso agradece muito que o Senhor Deputado tenha ali mencionado isso, que tem a ver com o arrendamento do antigo hospital junto da Santa Casa da Misericórdia. É verdade. A Câmara Municipal fez obras no hospital, pagou as obras. Foram mais de 2 milhões de euros consumidos nas obras de adaptação daquele espaço. Dinheiros comunitários e dinheiros do



## Assembleia Municipal de Caminha

povo do Concelho de Caminha. E, não foram acauteladas as possibilidades de no fim do arrendamento ser compensado o esforço financeiro feito pelo povo através dos impostos. Por isso, quando chegaram ao fim do contrato de arrendamento que existia foi-lhes colocada uma proposta sobre a mesa que subiu 3, 4 ou 5 vezes o valor que se estava a pagar, que era cerca de 2 mil euros. E, agora estão a pagar mais de 6 mil euros por mês. E, é algo que pesa muito nas contas da Câmara e a Câmara fez a negociação possível com a Santa Casa da Misericórdia. Com quem gere a Santa Casa da Misericórdia, mas, talvez possa haver a possibilidade de dialogar com quem está à frente da Santa Casa da Misericórdia, com quem é dirigente e têm responsabilidades. E, talvez os sensibilizar para a necessidade de não castigar os munícipes, com mais impostos para resolver esta situação que ali denunciou e muito bem Senhor Deputado. É, de se lhe tirar o chapéu, esteve particularmente bem. Ele próprio nunca tinha tido a coragem nesta Assembleia de falar desse descalabro que acontece na Câmara Municipal. Muito obrigado Senhor Deputado, esteve particularmente bem.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 12 votos contra e 02 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### h) Lançamento de uma Derrama



## Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de novembro de dois mil e vinte e um, relativa ao **“Lançamento de uma Derrama”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim, e porque nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar o lançamento de Derramas, **propõe-se** o lançamento uma derrama de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), bem como uma taxa reduzida de 0,5% de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os € 150 000 (n.º 24 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual).

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Neste sentido, votamos também contra a derrama aplicada aos lucros das empresas e dos empresários do concelho, porque são pequenas empresas e pequenos empresários que passaram – e passam ainda – por grandes privações nas suas atividades nestes últimos dois longos anos de pandemia.

Os lucros (os parques lucros), a existirem, deveriam ficar disponíveis na sua totalidade para essas empresas e empresários, pelo menos no próximo ano e até se verificar uma real melhoria das condições económicas das nossas empresas que se resumem a pequenos comércios de cariz familiar.

Portanto, o Bloco de Esquerda vota contra e apela a que esta Assembleia vote no mesmo sentido de proteção dos munícipes, enquanto o Executivo mantiver a cobrança das taxas nos seus valores máximos, e porque apresentar como alternativa, e até fazer bandeira disso, por exemplo, com a redução do chamado IMI familiar – benefício através do qual uma família que pague, por



## Assembleia Municipal de Caminha

exemplo, 400 euros de IMI pode poupar 20 euros se tiver um filho; convenhamos: não é significativo, só por si.

Por isso, neste momento, há necessidade de introduzir uma especial atenuação nas taxas máximas que se vêm cobrando e que se pretendem continuar a cobrar nesse máximo no próximo ano.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 13 votos contra e 0 abstenções.

A **Senhora Deputada Cláudia Ferreira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e fez a seguinte declaração de voto;

“A Coligação Concelho em Primeiro votou contra a taxa máxima da Derrama porque considera que esta não é a forma de captar investimento para o concelho de Caminha.

Num concelho onde a indústria escasseia e as empresas vivem graves dificuldades era importante o município dar-lhes um sinal claro de apoio e não o fez.

Conhecemos indústrias e empresas que optam por outros concelhos pelo valor da Derrama.

Não é esta a forma de trabalharmos para o progresso e para a captação de emprego.

O nosso voto vem claramente mostrar esta nossa posição e anseio.”



## Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### i) Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de novembro de dois mil e vinte e um, relativa à “**Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea d) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, **propõe-se** a aprovação das seguintes taxas:

- Prédios Rústicos: 0,8%;
- Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,45%.

#### **Propõe-se ainda:**

- a) Majorar até 30% (limite 0,585%) a taxa aplicável a prédios urbanos degradados;
- b) Reduzir em 50% a taxa aplicável a prédios classificados;
- c) Aplicar o denominado IMI familiar, nos termos do art.º 112º-A do CIMI, ou seja, uma dedução fixa de 20,00€, 40,00€ ou 70,00€ euros consoante o agregado familiar tenha 1, 2 ou 3 ou mais dependentes a seu cargo.

O **Senhor Deputado Luis Fernandes**, solicitou a projeção de 3 slides. E, como estão a falar do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis). Foi decidido atribuir o IMI familiar, e neste sentido saúda a Dra. Liliana, porque finalmente o Município deu-lhe ouvidos. Foram anos e anos a falar disso, tanto lutou pelo



## Assembleia Municipal de Caminha

IMI familiar. E, recorda que uma imagem vale mais do que mil palavras., e refere que em 2021, Caminha e Paredes de Coura, salvo erro, eram os únicos do Distrito que não tinham este IMI familiar. No entanto, saúda esta iniciativa.

Mas, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que, fala tanto no passado e recorda ali uma entrevista que deu em 2016, e passa a citar: “o executivo não vai pelo caminho mais fácil de castigar as pessoas com mais impostos”. Ainda há pouco o disse Senhor Presidente E como refere o povo. Só vai referir ali o ano 2019, porque, infelizmente o relatório de 2020 ainda não está disponível no site do município. Que o povo não foi castigado, foi ainda mais castigado, no ano de 2019, com a subida de taxa de IMI, em quase 734 mil euros.

Por último, o Senhor Deputado fez uma pequena resenha histórica do que tem sido as taxas de IMI aplicadas ao longo destes últimos anos, incluindo 2011, 2012 e 2013, o tal passado que o Senhor Presidente gosta de falar. E a partir de 2014, desde que tomou posse. Refere que, em 2014, o Senhor Presidente baixou 0.2% à taxa de IMI. E, dizer que Senhor Presidente desceu a taxa, porque havia dinheiro que foi deixado pelo anterior executivo e não como o Senhor Presidente sempre disse que não havia. Era isso que queria ali dizer.

E, também referir que a partir de 2018, o povo começou a pagar a taxa máxima de IMI, relativamente aos prédios urbanos. E, dos 308 municípios que existem em Portugal, apenas 8, em 2021, tinham taxas máximas, entre os quais o Município de Caminha.

E, uma vez que foi dado o parecer para o IMI familiar, mas, como a taxa irá continuar a ser a máxima, o povo vai continuar a contribuir para que a despeja se paga. Pelo que o sentido de voto da coligação irá ser pela abstenção.

Como é a sua última intervenção, deseja a todos um Santo Natal e um Bom ano.

Muito obrigado.



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que fazendo um pouco de história, em 2013, quando o Senhor Presidente assumiu o comando do município, como bem se recorda, uma das suas grandes apostas foi baixar os impostos. Nessa altura a CDU saudou a medida, mas julga que o executivo camarário rapidamente percebeu que era difícil a governança sem receita. E, de facto, em 2017, leva a aprovar à Assembleia a aplicação em 2018 da taxa máxima. Taxa máxima com os mesmos argumentos da grande necessidade de se tentar ter um incremento na receita que fizesse face às necessidades de despesa que o Município de Caminha tinha. Acontece que, veio 2019 e veio o infeliz 2020. No momento que se está a atravessar, Senhor Presidente, apostar na taxa máxima é um castigo demasiado pesado para as famílias do Concelho de Caminha. Terá que convir que há alturas em que se tem de pesar muito bem que sacrifícios e quem está disposto assumir certos sacrifícios. E, neste momento, a CDU entende que 0.45 é demasiado para as famílias que estão há dois anos, muitas delas, a sofrer imenso neste cenário triste que todos estão a viver.

E, portanto, tem pena que tenha chegado a esta Assembleia esta proposta. Se de facto tivesse havido a possibilidade de uma discussão prévia sobre esta matéria, provavelmente se teria chegado ali a um valor que fosse mais consensual e que permitisse a aprovação de todos, tentando acomodar aquelas que são as necessidades do Município e aquele que é respeito pelo sacrifício das famílias do Concelho de Caminha. Pelo que, a CDU não pode acompanhar as intenções da Câmara na taxa máxima no cenário que se está a viver, por mais que se compreenda a necessidade de aumentar a receita do município.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Por exemplo, a taxa de IMI aplicada aos prédios urbanos, que corresponde na maior parte dos casos a famílias já endividadadas aos bancos com a aquisição



## Assembleia Municipal de Caminha

das suas habitações, está a ser aplicada pelo seu valor máximo de 0,45% e pretende-se que assim continue.

Ora, o Bloco de Esquerda considera que, perante a situação de dificuldade financeira geral, dos munícipes e também do Município, a Câmara Municipal deveria ter o bom senso de não olhar apenas para as suas contas péssimas contas, mas, também, para as péssimas contas dos seus munícipes, contribuindo para a sua ajuda e, bem assim, ajuda à economia local.

Neste sentido, o Bloco de Esquerda gostaria que o município iniciasse uma cobrança de impostos tendencialmente descendente em vez de ser tendencialmente ascendente ou, pior ainda, fixa; estabilizada no seu máximo legal.

Ainda que não se aplicasse de imediato para o próximo ano a taxa mínima de IMI, esse deveria ser um objetivo a alcançar nos próximos anos, iniciando desde já uma pequena descida percentual que representa uma ajuda preciosa a muitas famílias caminhenses.

Assim, gostaríamos que em vez dos 0,45%, a taxa para 2022 fosse descida para pelo menos 0,40%.

Esta descida em 2022 representaria não só a ajuda de que as famílias carecem, mas também poderia representar o início de uma paulatina descida nos anos seguintes, desta forma ajudando de facto a Câmara Municipal os seus munícipes e ajudando também realmente a economia local, aliás, algo que é realizado noutros municípios do Alto Minho.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta disse aos Senhores Deputados que a Câmara Municipal não cobra IMI na taxa máxima, porque tem gosto, prazer ou vontade de o fazer. É conversa, dizem ali os Senhores Vereadores. Não é conversa. Porque, aquilo que um Presidente de Câmara gosta de fazer, mesmo que não o faça, sinceramente, para ganhar eleições. É baixar impostos. E, sempre assumiu com os munícipes de Caminha que não ia ser demagógico e que tinha de encontrar soluções. E, ser



## Assembleia Municipal de Caminha

demagógico é por exemplo: ter estado na Câmara Municipal durante anos a fio, com taxas de derrama no máximo. E, depois ir ali pedir, quando estão outros, que baixem essas taxas para outros valores. E, mais, quando os que agora estão a assumir funções, até baixam a quem tem volumes de negócios acima de um determinado montante, 150 mil euros e só não isenta porque não pode. Porque a lei não permite isenção. Demagogia é isso. E, é quem esteve no poder a cobrar taxas máximas, ir ali pedir a que os outros que estão a pagar, as dívidas do passado cobrem taxas abaixo desse máximo. Ora, nenhum Presidente de Câmara, nenhuma Câmara Municipal gosta de chegar ali à Assembleia e dizer às pessoas que tem de pagar pelo máximo. E, no decorrer desta Assembleia que já leva quatro horas e meia. O que ouviu falar é que a Câmara tem dívidas, que a Câmara tem de pagar as dívidas, que a Câmara tem fornecedores à espera de ver os seus pagamentos. E, que é necessário fazer um conjunto de obra, como o “Calvário”, como o “Dólmen da Barrosa”. E, são obras que certamente os Senhores Presidentes querem e o executivo também as quer fazer. E, o que ele não ouve. Porque, ir ali e mostrar um mapa bonito, onde está Caminha e Paredes de Coura ou dizer que Caminha tem a taxa no máximo. É, dizer que tem uma proposta; cortem na obra da escola; não façam o mercado de Caminha, deixem de fazer a Feira Medieval; acabem com o Artbeerfest; cortem metade do financiamento às Junta de Freguesia; cortem metade do financiamento às IPSS; acabem com o pagamento da água às IPSS; cortem com as festas, (digam quais são as festas); cortem com o Trail da Serra D’ Arga. E, assim o executivo acomoda-se nessas propostas e tenta avaliar e todos assumem esses cortes. Mas, não é isso que se vê, porque, é preciso mais investimento nas Freguesias, que é preciso apoiar mais as nossas IPSS, que é preciso apoiar as famílias. Que é preciso animar mais as nossas ruas, trazer mais pessoas às ruas. Ter capacidade para investir mais em cada uma das organizações. Não se recorda em 8 anos, de existir um promotor publico ou privado que chegasse ao pé de dele ou uma junta de freguesia e



## Assembleia Municipal de Caminha

dissesse: Presidente esta ano vamos querer menos. E, tem que pagar, e ainda agora falou das dificuldades que tem nas piscinas e vai ter que pagar.

E por isso, deixou essa matéria para o debate de agora. E, relativamente ao posicionamento do PSD. Enfim, demagogia pura.

Relativamente ao IMI, disse que precisam ter cautela. O próximo orçamento vai ser um orçamento na ordem dos 25 milhões de euros. Talvez dos orçamentos mais pesados que teve, desde que chegou à Câmara Municipal. Tem que se pagar muita obra. Tem muita obra em andamento que é preciso pagar. Tem que apoiar as famílias, tem que apoiar as empresas do Concelho. Tem que apoiar mais as freguesias. Tem que apoiar as Associações Desportivas. Vão apoiar mais as famílias neste IMI familiar. Dizer que se quer o IMI familiar durante anos a fio é fácil. Mas abdicar dessa receita para poder pagar às pessoas, essa é que é a parte mais difícil. E, um dia tem fé, a confiança e a convicção que vai poder paulatinamente ir baixando o IMI como sugere o Senhor Deputado.

Mas, dizia o Senhor Presidente que vai ter um orçamento de 25 milhões de euros. E, a diferença entre o orçamento que vai ter e a proposta que lhe chegou dos serviços, com novos projetos, com o registo daquilo que as Associações tinham pedido no ano anterior, com o número de obras que os Senhores Presidentes de Junta querem fazer nas suas freguesias. A proposta que lhe chegou é 3 milhões acima deste montante. E, no seu gabinete teve que cortar 3 milhões dos anseios dos Presidentes de Junta, Deputados, população. Porque a receita não estica. Eles agora não inventam receita. Antigamente, antes de chegarem à Câmara, inventava-se receita. Chegava-se a este momento tinham 25 milhões – “epá, mas tem-se despesas de 28 milhões” “opá inventa aí 3 milhões para venda de terrenos” – ia-se aguentado. Até ao dia, em que se estourou.

O que o executivo consegue fazer é com a receita que prevê receber. Mas, se acham que já é muito se ter cortado 3 milhões dos vossos anseios para conseguir acomodar na receita que contam receber. É, se lembrarem que a



## Assembleia Municipal de Caminha

Câmara informou, antes desta reunião, que tem faturas vencidas acima de 90 dias de 6.5 milhões de euros que tem de ser pagas. E, essas faturas que são vencidas, têm que ser pagas ao longo do ano. E, acresce ao montante do exercício. Tem que se encontrar soluções. O Senhor Deputado Celestino falava há pouco onde o executivo prevê pagar 700 mil euros de recolha de resíduos, tem que pôr 800 ou 900 para pagar uma parte disso. E este exercício é muito exigente.

Senhores Deputados, não quer ali estar a pedir que votem pelo IMI máximo. Porém, quando em pleno período de crise, na Troika, quando as coisas estavam mal para as famílias de Caminha, a taxa de desemprego era de 4 vezes superior, há que existe hoje no País, cobrava-se 0.40, não se tinha muita pena daquilo que se cobrava. E, se baixarem para 0.40, a última referencia que tem a um IMI a 0.40, cobra menos 1 milhão de euros de receita. Ninguém gosta de cobrar o IMI pelo máximo. Mas, o executivo tem de acautelar que esta receita, e esta receita que foi de 2020 de 3.8 milhões de euros que tem de se manter estável. E, mais no próximo ano as transferências de estado, de acordo com a proposta de Orçamentos de Estado que acabou por ser chumbado pela Assembleia da República diminuíam em mais de 400 mil euros para o Concelho de Caminha.

O IMI familiar também vai levar uma perda de receita que o executivo assumiu como escolha e como tem a possibilidade de fazer essa perda de receita. O executivo tem de ter cautelas porque tem de cumprir com o equilíbrio. Por isso, quando se propõe que baixe o IMI, o que tem de se propor é dizer onde de se corta. E se houver propostas onde se corte e onde se corte para poder baixar o IMI. Não é cortar numa festa de 20 mil euros, nem é cortar numa atividade de 10 mil euros. Onde se corte a sério digam, mas nunca fazem essa proposta. Não tem coragem. Quando houver a possibilidade de fazer uma proposta séria, estará ali para avaliar essa proposta e para ponderar uma descida de IMI.

Por isso, o compromisso do executivo é manter esta seriedade nas contas e manter também a seriedade na previsão de receita porque é isso que vai



## Assembleia Municipal de Caminha

permitir fazer o pagamento de despesa tendo uma boa execução orçamental como este ano julgam poder vir a ter.

Muito obrigado.

O **Senhor Deputado Luis Fernandes**, pede um esclarecimento e disse ao Senhor Presidente que se não pode reduzir à despesa, por exemplo, na publicidade que foram nos últimos 3 anos 250 mil euros e aplicar na família, onde só gastou 120 mil euros.

Muito obrigado.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta ao Senhor Deputado disse que é uma excelente proposta. Que, deve ser do agrado da atividade turística do Concelho, de todas as empresas, dos hotéis, dos restaurantes do Concelho de Caminha. Porque a publicidade das atividades de Caminha, das IPS de Caminha, das Associações de Caminha. Porque a publicidade que a Câmara de Caminha faz é para colocar na revista "EVASÕES" as ruas de Vila Praia de Âncora, a praia do Forte do Cão, o terreiro de Caminha. Mas, se entendem que o Concelho não deve ter este espaço de divulgação na revista "EVASÕES" ou que não devem ter este espaço de divulgação no Porto Canal ou não devem ter no Caminha2000 ou não devem em todos os meios de comunicação social onde entram todas as atividades que fazem as associações, onde entra a divulgação do Concelho, onde andam a fotografias magnificas que se tem nas freguesias. Se entende que não se deve fazer isso, ele também não sabe como se faz projeção do Concelho, como se consegue colocar o Concelho noutros locais. E, ainda hoje teve os hotéis de Caminha a pedir para fazer divulgação do Concelho nas revistas internacionais. E, o executivo está a ponderar colocar a divulgação do Concelho nas revistas internacionais.

Não divulga o Distrito? A divulgação do distrito é porque se pertence aos projetos de CIM, mas, o Concelho de Caminha tem de estar nos jornais. Toda a



## Assembleia Municipal de Caminha

gente gosta de ver na revista “Evasões” 16 páginas sobre o Concelho de Caminha. E, vocês acham Senhores Deputados que elas aparecem lá porque o Senhor jornalista se lembrou de ir a Caminha fazer 16 páginas com o seu peixe, com as suas praias, com as suas festas, com as suas tradições. A Câmara paga para isso, como toda gente paga para isso aparecer. Mas, o Concelho de Caminha não tem de aparecer, não tem de se divulgar o seu território? O retorno é de milhões. O turismo subiu Senhora Vereadora mais de 170% de hóspedes. Estava a perder turistas quando este executivo chegou à Câmara. Hotelaria cresceu 200% dos proveitos de hotelaria. O Concelho de Caminha hoje é uma montra para se divulgar o seu território e as suas tradições. Ou, quando se faz a divulgação de publicidade da Serra D’Arga, não é para a defender também contra o lítio? Quando falam dos Garranos da Serra D’Arga. Quando fizeram o trabalho para valorizar as festas de S. João D’Arga com o património das 7 maravilhas não se investiram esse dinheiro? Mas, vai deixar à consideração dos hoteleiros, dos restaurantes e das atividades da região. E, vai deixar também à consideração, por exemplo a transmissão online desta sessão que é feita através do pagamento a uma entidade de comunicação social. Não pagam? É desnecessário diz o Senhor Deputado da coligação. Pois, entende que é necessário. E, entende que é necessário para se projetar o Concelho, para fazer do um Concelho mais forte. É isso que entende que devem fazer. E, não vai abdicar de o fazer. Porém, irá explicar aos agentes turísticos, à economia do Concelho, às lojas do Cncelho, aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia quando se tiver que divulgar as atividades que lhes dizem respeito, que se tem que proceder a cortes porque é essa a vontade e a intenção dos Senhores Vereadores da coligação “O Concelho em Primeiro”.

Muito obrigada.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



## Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 02 votos contra e 12 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### j) Participação Variável do IRS

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de novembro de dois mil e vinte e um, relativa à “**Participação Variável do IRS**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** que a participação a variável do IRS, relativa aos rendimentos de 2022, seja de 5%.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a CDU tem total coerência sobre esta matéria ao longo dos anos. Na verdade, a CDU entendeu que a Lei das Finanças Locais é uma lei extremamente penalizadora para os municípios, para as autarquias no geral e esta participação, como já o disseram no passado, reafirma agora, é algo que transporta para os municípios o ónus da incapacidade do próprio Estado em criar soluções. Soluções que sejam realmente concretas para a vida de todos os cidadãos. Por isso, a CDU considera que esta é uma medida injusta e é uma medida injusta em duas



## Assembleia Municipal de Caminha

ordens de razão: a primeira, porque trata de forma desigual os portugueses. Significa que o português de um município tem um tratamento diferente do de outros municípios. Ficam à mercê exatamente do desenvolvimento económico de cada espaço territorial e das vontades políticas desse mesmo espaço territorial. E é também injusto, porque dentro de um mesmo município também acaba por tratar de forma desigual. Porque a CDU sabe que os maiores beneficiários são precisamente aqueles que tem um rendimento muito maior.

Por isso, a CDU votará contra esta proposta.

Muito obrigado.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Também para a taxa de IRS, que em municípios vizinhos é de 0%, no concelho de Caminha esta taxa está também no seu limite máximo permitido, que é de 5%.

Isto significa que ao IRS de cada contribuinte domiciliado neste concelho é retirado dos rendimentos de cada um o valor daquela percentagem, apenas porque tem o seu domicílio fiscal neste concelho.

No entanto, se optar ou tiver possibilidades de indicar o seu domicílio fiscal num outro concelho do Alto Minho, por exemplo, recorrendo a domicílios de familiares ou amigos, como parece que alguns já fizeram, poderá beneficiar de 5% do seu IRS que lhe é devolvido, ou seja, pagando menos quando tem de pagar ou recebendo mais quando tem de receber.

Por isso, o Bloco de Esquerda vota também contra esta taxa aplicada no seu valor máximo, neste momento de especial fragilidade dos munícipes, e sem qualquer perspetiva descendente.

Não reivindicamos que, no imediato, a taxa seja reduzida a zero, mas desejamos que caminhe para aí num futuro próximo, sendo perfeitamente possível que no próximo ano fosse reduzida de 5 para 4%, assim se podendo iniciar um percurso descendente em defesa das famílias caminhenses, para



## Assembleia Municipal de Caminha

que não tenham necessidade de declarar que moram na casa de amigos ou familiares que residem num concelho vizinho onde a devolução dos 5% ocorre todos os anos.

A Câmara Municipal não faz nenhum esforço na ajuda dos caminhenses e não nos referimos à total isenção de impostos, mas a uma simples e pequena redução das taxas que estão e se propõe que continuem no seu limite máximo. Comprendemos perfeitamente que haja necessidade de acudir às finanças do Município, mas entendemos também que as finanças dos munícipes também têm de ser atendidas, daí que tenha de haver um esforço partilhado e equilibrado entre as duas partes. Isto é, o munícipe contribui pagando os impostos devidos, mas, especialmente neste momento, essa contribuição deve ser atenuada.”

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que não trouxe um lenço senão chorava. Chorava e colocava o lenço para tirar a lágrima do canto do olho. Chamada lágrima de crocodilo Senhor Presidente da Câmara. E, disse ao Senhor Presidente que tem uma lata do caneco. Pede desculpe a expressão, mas, é a que lhe ocorre dizer a esta hora.

E, dizer ao Senhor Presidente que vai ali dizer aquilo que lhe apetece dizer. Ao dizer que vai dizer aos hoteleiros que foram os Deputados da coligação que sugeriu que se tirasse a publicidade. Oh, Senhor Presidente, olhe-me nos olhos, e deixe-se de tretas.

O Senhor Presidente tem 6 milhões de euros para pagar dos últimos anos a fornecedores da sua gestão. Verdade ou não? O Senhor Presidente quer mais à frente que lhe sejam dadas competências para fazer a contratação pontual. E, basta ir ver à base de contratos do governo aquilo que o Senhor contrata.

Porém, possivelmente não estará habituado a um determinado tipo de oposição. Pela parte que lhes toca, neste mandato ao “Concelho em Primeiro” pode ter a garantia do seguinte: vão andar ali áquilo que compete à oposição, fiscalizar. Sabe o que é? É um poder. Vão-lhe dar tempo para corrigir aquilo



## Assembleia Municipal de Caminha

que o Senhor sabe tão bem ou melhor do que eles que tem mal e vão estar a fiscalizar. E, vão fazer passado algum tempo é dar-lhe a solução para o problema. É, o dever de contribuir para a boa governança do município. E, portanto, Senhor Presidente, podia poupar dinheiro em muitas coisas e baixar, a seu tempo dirão o que é. Podia baixar o IRS, sabe. Porque, o Governo do seu estimado correligionário António Costa, tem massacrado os portugueses. Baixou os impostos diretos, carregou nos indiretos. E o Senhor sabe disso porque também paga as coisas como eles. Portanto, não enfie a cabeça na areia para ver que não há problema. Quando o Senhor ali, ao contrário do Costa, sobe o IRS está a penalizar os caminhenses por 2 vias: o seu partido penaliza os caminhenses pelo IRS municipal e, ainda por cima, permite que sejam penalizados pelos impostos indiretos que o governo cobra. Senhor Presidente, em janeiro acabam as moratórias. Os combustíveis estão como estão, o gás, a eletricidade. Os bens de consumo essenciais estão todos a subir. Senhor Presidente. pergunto se está na disposição de ficar com o peso na consciência? E, ele está à vontade, porque em 2011 quando os impostos subiram e o PSD estava no governo tive exatamente o mesmo discurso. Portanto, é isento nesta matéria. Pergunta, novamente se o Senhor Presidente está disposto a ficar com o peso na consciência, das famílias carenciadas que os seus impostos municipais permitem os seus pequenos luxos na comunicação social, porque o Senhor insiste em ter a taxa de IRS no máximo, num Concelho que curiosamente até ao Senhor ter chegado teve a taxa de IRS no mínimo. Ou pelo menos, muito menos que 5%.

Tenho dito.

**O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que não se precisa de preparar para nenhuma oposição especial. Mas, precisa de se preparar para uma forma de fazer oposição que não tem visto estes 8 anos ali no Município de Caminha. E, que os outros partidos não fazem. Que é uma oposição mal-educada e uma oposição de uma agressividade que não tem cabimento nesta



## Assembleia Municipal de Caminha

casa da Democracia. Não tem memória de ouvir ali falar de “tretas”, de “latas”, nem doutros quejandos que só justificam a impreparação de alguns que subiram a Deputados, porque calhou. E, por isso, saúda os Senhores Deputados da CDU, a quem tem de elogiar a coerência absoluta ao longo destes anos. Do Bloco de Esquerda não é por mal, não é por entender que tem ou não tem coerência, mas, não teve a oportunidade de debater e de conhecer ali o posicionamento do bloco de esquerda. Mas, compreende aquilo que lhe é dito ali, e até a forma como é dito. O que não compreende é que o Senhor Deputado, em nome da coligação, venha ali defender o seguinte: é esta a tese da salvação que o a coligação tem para apresentar ali ao município.

“O Sr. Presidente tem 6 milhões de dívida para pagar a fornecedores. Pró ano acabam as moratórias, vai ter mesmo de pagar tudo. Os combustíveis vão subir. Os bens essenciais estão todos a subir. Então a nossa proposta é: baixe a derrama, baixe o IMI e baixe o IRS. Isto é sério?! As propostas depois eles fazem, um dia destes, vão ver uma proposta.” Isto é sério?! Julga o Senhor Presidente que não é sério. E, sabem o que é pior? É ir defender ali e dizer que o Município de Caminha hoje cobra a taxa máxima do IRS. Quando em 2012, em 2011 cobravam a taxa máxima do IRS, do partido que representa. É, impressionante o que se diz e que se não é contraditado passa como verdade absoluta. E, por isso, que vai ali dizer o seguinte: não vai com gosto de defender taxas máximas. Ninguém gosta, e, desculpem quem é que é aplaudido. “Eu vou ali aplaudir o Presidente pelo que ontem disse na Assembleia Municipal que irá aplicar a taxa máxima IRS”. Ele fá-lo por responsabilidade. Tem contas para pagar. Freguesias por apoiar, IPSS por apoiar, famílias por apoiar, tem fornecedores a quem tem de liquidar faturas, tem muitas obras para fazer no próximo ano. E, é para isso, que precisam desta receita. E, estão a falar do IRS neste momento, este ano, com esta taxa estão a cobrar 722 mil euros. É dinheiro, que é dinheiro das famílias daquelas que pagam o IRS, das famílias de Caminha e das famílias que não são de Caminha, mas que tem cá casa, pagam IMI isso é certo, e algumas delas



## Assembleia Municipal de Caminha

pagam IRS também. Porque tem ali o seu domicílio fiscal. E, é isso que pedem neste âmbito, que possam votar ali esta taxa, porque é a única que assegura uma receita que permite continuar a fazer o trabalho que estão a fazer no Município de Caminha.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 13 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez a seguinte declaração de voto;

“A Coligação o Concelho em Primeiro votou contra a Taxa máxima do IRS porque mais uma vez o Sr. Presidente opta por colocar nos ombros dos munícipes do concelho de Caminha o peso da sua gestão.

Há muitas famílias que esperam pela data de receber o IRS para ter algum balão de oxigénio e depois não entendem porque é que recebem tão pouco.

É bom que saibam que a culpa é da atual gestão municipal. A culpa é de quem nos últimos 8 anos levou o concelho de Caminha a uma situação financeira gravíssima, e que agora se agarra a tudo o que pode para conseguir receitas.

Há pessoas que têm pago muito mais de IRS e não conseguem entender os valores e os motivos dos aumentos.

É bom que saibam que a responsabilidade é do Sr. Presidente e do seu executivo.

Por não concordarmos com este tipo de gestão.

Por considerarmos que as famílias do nosso concelho já estão a passar por sufocos financeiros por via do aumento dos combustíveis, água, luz e bens essenciais, entre outras restrições financeiras provocadas pela pandemia que enfrentamos, e porque seria importante o município estar ao seu lado e não lhes colocar mais cargas fiscais elevadas, votamos contra esta proposta.”



## Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, propôs o prolongamento da Assembleia Municipal, uma vez que já passa das 5 horas face à Lei e o Regimento.

A proposta foi aprovada para dar continuidade à sessão da Assembleia Municipal.

### k) Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de novembro de dois mil e vinte e um, relativa à “**Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



## Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**I) Rejeição das Competências Previstas no Decreto-Lei N.º 55/2020, de 12 de agosto, que Concretiza a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e para as Entidades Intermunicipais no Domínio da Ação Social**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de novembro de dois mil e vinte e um, relativa à **“Rejeição das Competências Previstas no Decreto-Lei N.º 55/2020, de 12 de agosto, que Concretiza a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e para as Entidades Intermunicipais no Domínio da Ação Social”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, e nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da citada Lei, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão delibere aprovar a **“Rejeição das Competências Previstas no Decreto-Lei N.º 55/2020, de 12 de agosto, que Concretiza a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e para as Entidades Intermunicipais no Domínio da Ação Social”**.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que votam favoravelmente esta proposta e recordam o que viveram nesta Assembleia em



## Assembleia Municipal de Caminha

2018. Aliás, eles foram a força partidária que mais se empenhou para combater esta tentativa de contrariar aquilo que são os princípios constitucionais de se fazer uma regionalização. E ainda hoje se ouviu o Senhor Presidente da Câmara a falar num caminho que está a ser trilhado, neste momento, para que se promova essa mesma regionalização. E a CDU entende que aquilo que se está a viver com estas transferências de competências contraria esse princípio, embora outros entendam que não. No entender deles, é contrariado esse princípio. E ainda para mais, a CDU sabe que todo este processo nasceu imagine-se exatamente pela mão do PSD, dada então ao Partido Socialista quando o atual Presidente do Partido assumiu as suas funções, porque até a essa altura nem sequer o PSD acredita neste modelo. E, portanto, votam favoravelmente esta proposta.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 0 votos contra e 12 abstenções.

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, fez a seguinte declaração de voto;

“A propósito da rejeição das competências previstas no Decreto Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que concretiza a transferência de competências para órgãos municipais e para as entidades Intermunicipais no domínio da ação social, sou a dizer o seguinte.

Este decreto lei, para além de outras transferências, prevê a transferência para autarquias locais da celebração e acompanhamento de contratos de inserção de beneficiários do rendimento social de inserção, da coordenação dos contratos locais e da garantia dos serviços de atendimento e acompanhamento social.



## Assembleia Municipal de Caminha

Ora, a transferência no domínio da ação social para os órgãos Municipais irá acentuar em desigualdades dos cidadãos que as necessitam.

Podemos correr o risco de não termos uma adequada preparação nem os meios próprios para decidir a necessidade específica para cada pessoa.

Sendo que, o abrir a porta, ao mau uso dos poderes discricionários da administração por parte das pessoas nem sempre bem preparadas para as exercer, tornar-se-á uma grande desvantagem, para as pessoas necessitadas. Quando falamos do domínio da Ação Social, falamos dos direitos fundamentais do cidadão, o direito à habitação, o direito à alimentação, o direito a uma vida condigna, o direito à vida.

E não devemos pôr estes direitos nas mãos das autarquias locais.

O apoio social às pessoas é uma responsabilidade pública e não deve ser objeto de negócio.

Nos somos um Estado social, e este é um pilar fundamental da cidadania, que tem que ser cada vez mais forte, e não descentralizada e nem à mercê das Autarquias locais.

A Coligação Concelho em Primeiro absteve-se nesta proposta.

Nós consideramos que esta competência no domínio da Ação Social não deve passar para a câmara Municipal, mas não é por causa das verbas que atribuem, daí a nossa abstenção.

Não concordamos porque achamos que as questões sodas têm que continuar a ser tratadas pela segurança social e pelas entidades que têm projetos de âmbito social.

Só dessa forma teremos a certeza de que as pessoas não terão que andar de chapéu na mão a pedir favor aos eleitos.

Elas terão a sua dignidade e direito de exigir, sem depender de alguma má fé política de pedidos de votos que surge por vezes em pessoas que têm estes poderes na mão.

Se precisam e têm direito, então que sejam as entidades habilitadas para isso, a fazerem o seu papel e que o Estado não se demita das suas funções.



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

## Assembleia Municipal de Caminha

As câmaras têm que ser parceiras destas entidades, mas não os responsáveis porque pode criar situações constrangedoras para todos.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**m) Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de novembro de dois mil e vinte e um, relativa à **“Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, e nos termos do n.º 3, do art.º 6.º da citada Lei; **“Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do n.º 1 pode ser delegada no presidente de câmara.”**

**Propõe-se** que este órgão deliberativo aprove:

- Delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a autorização prévia de compromissos plurianuais, nas situações em que o valor do compromisso é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do



## Assembleia Municipal de Caminha

artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (€ 99.759,58), de forma a tornar mais céleres os procedimentos que envolvam a assunção de tais compromissos plurianuais, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;

- Que a presente deliberação produza efeitos sobre os compromissos assumidos durante o ano de 2022.

- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da delegação que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;

- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da delegação que ora se propõe.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse ao Senhor Presidente da Câmara que se admira muito que se espante com o estilo dele. Ele recorda o Ministro Pinho que foi do Governo de Sócrates, lá com aquelas pontas dos dedos, ou o próprio Sócrates ou até o Cabrita. São todos do seu Partido e têm um estilo idêntico. Portanto, Senhor Presidente, são estilos! Deve-se ir habituando, porque vai ter de conviver com ele.

E, dizer que ele teve algum tempo para consultar a base de dados dos contratos (e tem dito isto e o Senhor Presidente vai ver que é verdade, ainda vai ver hoje). O tempo vai permitir perceber alguns dos contratos que o Senhor faz com estas delegações de competências. E, ele ainda há pouco falou ali num bate-chapas que está há 4 anos, recorrentemente, a ser contratado a recibos verdes. O Senhor Presidente sabe e abana com a cabeça, isso deve significar alguma coisa. Nomeadamente, sabe que está a violar o código da contratação pública porque, não pode fazer contratos consecutivos pelo valor que está a fazer. Mas, eles a seu tempo, irão pedir a informação e o Senhor



## Assembleia Municipal de Caminha

Presidente irá prestá-la. E, portanto, Senhor Presidente aquilo que eles acham com toda a sinceridade, numa Câmara onde, não existe, há 2 anos chefe de divisão financeira. Ou seja, não existe espírito crítico, não existe técnico para esta matéria. Aliás, é curioso que os papeis vêm assinados por uma Maria do Céu, que nem sequer diz, qual o seu cargo desempenhado. Ade ser alguém. Mas, já viu que ali se conhecem quase todos.

Mas, dizer ao Senhor Presidente que eles não podem consentir que vossa excelência pegue nesta delegação de competências e faça contratos como aqueles que tem visto a fazer a empresas que foram constituídas no ano 2020 com o capital social de mil euros. Com os nomes fantasiosos, decorrentes do “Simplex” do Sócrates e que levam deste município. Olhe, por filmarem coisas, por alugarem altifalantes aos 65, aos 25 mil euros. O que ele quer dizer com isto, é que o Senhor Presidente tem a manobra na mão, percebe. O Senhor manobra muito bem, já se aperceberam disso há muito tempo. E, portanto, esta manobra não lhe pode ser facilitada desta forma. Claro que o PS tem a maioria e isto vai passar. Mas, a posição deles fica marcada. O Senhor Presidente não merece, não pode ter esta confiança porque não a merece. E dito isto, obviamente, que a coligação “O Concelho em Primeiro” vai marcar-lhe ali um cartão vermelho. Irão votar contra esta proposta, como é óbvio.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 11 votos contra e 01 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

## Assembleia Municipal de Caminha

**n) Regulamento de Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Pontos de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos em Locais Públicos de Acesso Público no Concelho de Caminha**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de novembro de dois mil e vinte e um, relativa ao **“Regulamento de Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Pontos de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos em Locais Públicos de Acesso Público no Concelho de Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o **“Regulamento de Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Pontos de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos em Locais Públicos de Acesso Público no Concelho de Caminha”**.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Quanto ao regulamento de entrega de espaço público a empresas privadas para a instalação de pontos de carregamento de veículos elétricos, também votamos contra.

No Regulamento que se coloca à votação está prevista a isenção de taxas durante 10 anos e 10 anos de isenção constitui demasiado tempo concedido às empresas que vão explorar esse serviço; até por comparação com os caminhenses, a quem lhes são exigidas todas as taxas possíveis e nos seus



## Assembleia Municipal de Caminha

limites máximos, sem qualquer isenção ou sequer atenuação desses limites máximos, nem sequer por um ano.

Estamos, pois, perante uma situação injustiça que os caminhenses não podem compreender nem aceitar e, nesse sentido, o Bloco de Esquerda vota contra e apela a que esta Assembleia vote também contra, para dessa forma permitir que este Regulamento possa ser revisto e reescrito, para que passe a conter condições que possam ser atrativas para as empresas mas, ao mesmo tempo, que possam também ser justas para os caminhenses e possam também contribuir para a redução da dívida municipal.

Uma vez que o regulamento contém outros aspetos que carecem de ser melhorados, como, por exemplo, a duração dos contratos ou a cessação e revogação e a introdução de uma reposição dos locais com despesas a cargo da empresa cessante, que não está previsto, o Bloco de Esquerda reputa como necessária uma participação dos membros desta Assembleia na elaboração de um Regulamento melhorado, seja através da constituição de um grupo de trabalho para esse efeito, seja através da audição prévia da oposição e para que tal suceda, esta assembleia deve votar contra a atual proposta.”

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que lhe tinha prometido para hoje uma conversinha. E, vão tê-la agora. Vai ver agora e ali sua demagogia à “flor da pele”. A demagogia do Partido Socialista que gere Caminha, “escarrapachado”, desculpe a expressão, ali no Regulamento.

O Senhor Presidente vai ali depois de ter aprovado, com a sua maioria, o IRS na sua taxa máxima, e da DERRAMA como está. Vai ali pedir a isenção de empresas de fora do Concelho. Aquelas empresas que cobram forte e feio e à cabeça tudo quanto querem e podem. Porque, carregar um carro elétrico sai mais caro que atestar um carro a diesel. E, o Senhor Presidente vai ali conceder-lhes, em primeiro lugar, 10 anos de isenção. Parabéns! é assim que se trata os Caminhenses. Mas melhor do que isto, é que quem fez isto, e, julga



## Assembleia Municipal de Caminha

que terá sido este executivo composto por 7 pessoas. Mas, já viu que os Vereadores da coligação votaram contra. Portanto, isto é sempre aprovado por maioria do PS. Trás, ali um exercício de matemática excelente e básico. Este regulamento prevê que se porventura as empresas adjudicatárias fizerem 50% de desconto aos veículos da Câmara Municipal de Caminha ou que esta Câmara venha a ter carros elétricos. Os 10% que a Câmara se propõe cobrar ao fim de 10 anos, em vez de 10% que sejam reduzidos a 5%. E, por exemplo, isto aconteceu em Monção, com o Dr. Zé Emílio do PS, com o balneário termal. Concede a licença por 10 anos. 10 anos em que não pagam taxas, e o Município usufrui de 50% de desconto nos carregamentos. Ao fim de 10 anos, a empresa sai e é preciso fazer uma nova concessão e já tem uma nova empresa por mais 10 anos. E, não se cobram taxas nenhuma. Mas, se porventura a empresa ficar. Imagem por exemplo, isto são contas fáceis, de merceiro, que o Município de Caminha tem num determinado mês 10% de faturação correspondente a 10 mil euros, e que o município de Caminha gastou num determinado mês 5 mil euros de energia. Com um desconto de 50%, portanto, só paga 2.500 euros. Mas, porque a empresa só lhe deu esse desconto, o Município de Caminha em vez de receber 10 mil euros apenas recebe 5 mil euros. Isto é, o Senhor Presidente consegue fazer umas contas maravilhosas que está 10 anos sem receber e quando começa a receber porque lhe dão um desconto naquilo que gasta o Senhor Presidente consegue devolver o dobro à empresa. São estas as contas que o Senhor Presidente faz. Senhor Presidente, tome lá o primeiro contributo vai de graça. O primeiro contributo da bancada da coligação “O Concelho em Primeiro”, para esta sua proposta de regulamento. Em primeiro lugar deve assegurar-se que os carregadores são todos rápidos, para garantir que há uma grande rotatividade de carregamentos. Segundo conselho, da bancada do “O Concelho em Primeiro”, para o excelente executivo que o Senhor representa e Preside. E, deixe-se de isenções de 10 anos, seja simpático, dê um ou dois e depois comece a cobrar dinheiro porque o Senhor foi ali dizer hoje, não sei quantas



## Assembleia Municipal de Caminha

vezes, quase a chorar, que precisa de dinheiro. Tiro-o a quem o tem, às empresas que o seu governo do PS tem andado a ajudar. último conselho, da bancada do “O Concelho em Primeiro”, para melhorar este regulamento e se seguir a esta proposta votaram a favor, se não, não. Senhor Presidente deixe-se lá de tretas, com este regulamento. Não gosta tem pena, deixe-se de tretas, não desconte nada a ninguém, você precisa de fazer dinheiro. Está farto de dizer que precisa de fazer dinheiro, então porque é que o Senhor Presidente está a dar 5% da sua faturação à empresa que lhe quer dar 50% de desconto. Está sempre a perder dinheiro. No exemplo, que ele ali acabou de dar perde sempre 2.500 euros. Portanto, Senhor Presidente faça bem as contas e se quiser o voto do “O Concelho em Primeiro”, tem de ter estas 3 alterações. Se não aprovará com a sua maioria e depois ali estarão para fazer política.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que a base que está por detrás deste regulamento é muito simples. É, que o município não fique a perder em termos financeiros. E, tem por outro lado, a possibilidade de cativar as empresas a poderem instalar ali carregadores elétricos, de modo, a se poder avançar o mais rapidamente para o objetivo da descarbonização da economia. Portanto, há duas linhas essenciais que marcam este regulamento. Em primeiro lugar, atrair o máximo de empresas para se ter o máximo de postos de carregamento. Sendo que, já existem metas estabelecidas para acabar com os carros a combustão e, portanto, carros a gasóleo e gasolina acabaram nos próximos anos e é necessário polarizar estes carregadores, tem de haver muitos mais carregadores do que aqueles que estão previstos. Já estão previstos para o Concelho de Caminha mais de 20 carregadores nos próximos tempos. E, é necessário criar uma atratividade junto destas empresas, e esta isenção inicial é o primeiro ponto. Mas, existe um segundo ponto que é fundamental e tem a ver com as finanças públicas é que a Câmara de Caminha vai ganhar mais com isso do que está ali. Porque 10% da faturação de cada posto de carregamento reverte para a Câmara Municipal de



## Assembleia Municipal de Caminha

Caminha. O que cobrirá rapidamente num ano aquilo que seriam as taxas a pagar pela instalação daquele posto num determinado local. E, existe ainda a alternativa de se não poder ter 10% dessa faturação, e se poder ter apenas 5%. Mas, nesse caso é igualmente eficaz e bom para as finanças da Câmara porque, apenas pagará 50% do valor do carregamento dos veículos do Município. E, neste momento já se está em fase de contratualização de cerca de 7 veículos. Ou seja, a Câmara ganha, é uma situação de win/win. Ganha porque, atrai para o Concelho mais empresas que querem instalar aqueles postos de carregamento que vão servir a população e que vão ajudar a contribuir para o objetivo descarbonização da economia. Em segundo lugar, ganha, porque sempre que alguém carregar nesses postos 10% dessa faturação é para a Câmara e, no final, o valor que a Câmara ganha e que permitirá a Câmara fazer obra atender às suas necessidades será muito superior à capacidade de impostos ou isenção de taxas que são muito inferiores com a polarização de carregadores por todo o lado e, portanto, apela à aprovação deste regulamento.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 13 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **o) Concurso Público para Locação Operacional de Veículos Elétricos**



## Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de novembro de dois mil e vinte e um, relativa ao “**Concurso Público para Locação Operacional de Veículos Elétricos**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a assunção de compromissos relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, e tendo em conta que o prazo do contrato será de 1440 dias, não renovável, o compromisso em causa tem carácter plurianual sendo provável existir um montante de despesa superior a €99.759,58 no ano 2021 **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize o “Concurso Público para Locação Operacional de Veículos Elétricos”.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse ao Senhor Presidente que tem ali algumas dúvidas. Aparece ali uma minuta, aparecem sempre aquelas novas teorias da descarbonização, parece que tem ali o Marques Fernandes a falar e o João Galamba. A necessidade da descarbonização e etc. E, dizer ao Senhor Presidente que este negócio mais uma vez, não consegue entender a lógica da economia. E, passa a explicar o porquê? Senhor Presidente: em primeiro lugar, o Senhor já decidiu que os veículos têm umas determinadas características e que custam um determinado preço. E, portanto, a pergunta que faz, objetivamente, às outras não respondeu a ver se responde a esta, é, já tem uma marca escolhida? Porque se vai lançar um concurso público, já sabe quais são as características dos veículos e os preços que está disposto a pagar. Consultado o mercado é fácil de ver, que o Senhor já tem uma marca escolhida, portanto, só irá escolher o concessionário em função dos valores que lhe apresentarem. E, portanto, fica a pergunta, se ao escolher os carros com estas características e com estes preços, já tem uma marca escolhida, já agora diga qual é. Em segundo lugar, entende a necessidade de



## Assembleia Municipal de Caminha

descarbonização. Enfim, há quem diga que não é tão premente, bastava parar os navios. Mas, a verdade é que o Senhor se propõe ali em 48 meses fazer um leasing operacional, o que significa aumentar a capacidade do endividamento em qualquer coisa de mais de 20 e tal ou 30 e tal mil euros por ano. As contas estão ali. E, o Sr. Presidente propõe-se gastar 129 800.00 euros. Destes 129 800.00 euros, o Senhor Presidente refere que num projeto qualquer que existe, deste governo socialista, lhe paga 250€ até prestações de 500€. Isto é, se o Senhor comprar os carros que tem previstos, que é um monovolume de 7 a 9 lugares, um ligeiro furgão e 2 veículos ligeiros de passageiros de 6 lugares. Se o Senhor comprar estes 4 veículos, o Senhor Presidente irá receber no máximo 250€ por mês por cada veículo. O que significa que por ano recebe 3.000€, e o que significa que nos 4 anos recebe 12.000€. O Senhor Presidente tem 4 veículos, vai receber durante 4 anos 48.000€ e numa Câmara que não tem um cêntimo e que anda a ir aos impostos dos munícipes, o Senhor vai gastar 129.800.00€ para receber estes 40 e tal que ele ali referiu, e ainda por cima vai fazer uma coisa magnífica que é: quando já tem capacidade de endividamento de 151 mil euros, se não se engana. E, quando não viu aprovado o financiamento excecional pelo Tribunal de Contas vai com bens de consumo, vai endividar ainda mais a Câmara nestes valores de 20/30 e tal mil euros por ano. Portanto, reduzindo à capacidade de endividamento. Senhor Presidente as perguntas são simples. É, assim que pretende continuar a enterrar o Município de Caminha e ter faturas de 6 milhões para pagar? E já agora qual é a marca e o modelo dos veículos que vai comprar?

Muito obrigado.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Votamos ainda contra o concurso público para locação operacional de quatro veículos elétricos, porquanto o mesmo se mostra injustificado, seja pela



## Assembleia Municipal de Caminha

pertinência de uma necessidade, seja pelo absurdo facto do Município comprar algo apenas porque está em promoção.

Por muito bom negócio que possa ser, com a comparticipação anunciada, os caminhenses não conseguem compreender como é que há fornecedores com faturas por pagar há tantos meses, num total enorme de 6 milhões de euros, isto é, como é que há pessoas a desesperar pelos pagamentos dos bens e dos serviços prestados (já para não referir outros valores como os 7 milhões de euros de encargos), e, perante isto, o Executivo camarário, com o eventual apoio desta Assembleia Municipal, vai comprar veículos elétricos, com o propósito de se possa vangloriar de ser mais verde.

É por isso que votamos contra.

Muito obrigado!

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que a propósito do interesse da compra, julga que qualquer Deputado conheça minimamente as condições da frota automóvel da Câmara Municipal de Caminha. Sabe que é necessário renovar, é necessário ter veículos que sirvam a população, são necessários veículos que transportem os trabalhadores, veículos em condições que não estejam a cair de podres.

A Câmara de Caminha até hoje ainda não teve a ocasião de comprar veículos. Comprou, apenas, 1 autocarro e chegou a hora de fazer a aquisição de veículos, porque, não tem condições para transportar alimentos para as crianças, para transportar os trabalhadores e funcionários, para transportar outras pessoas que apoiam a Câmara nos diversos locais. E, surgiu esta oportunidade de comprar veículos que são os veículos do futuro. Sabendo, como disse há pouco, que vão ser abatidos outros veículos ou deixar de ser vendidos. E, portanto, é isto que justifica que vão adquirir estes veículos porque, tem mesmo que os adquirir, tem mesmo que levar para abate um conjunto de outras viaturas. E, vão adquirir ainda mais veículos elétricos, nomeadamente, autocarros para serviço das crianças e das associações do



## Assembleia Municipal de Caminha

Concelho. Já percebeu que “O Concelho em Primeiro”, é contra esta renovação dos veículos, mas, dizer que ainda há dias teve uma reunião com o SISTERP, é um sindicato que representa um conjunto de trabalhadores do município, que lhes rogou que fossem substituídos os veículos e que fossem adquiridos novos veículos e eles ali estão a cumprir com aquilo que é a vontade dos sindicatos. Quanto à resposta se há marcas, se não há marcas, a resposta é não. Não sabe, não faz a mínima ideia, nem percebe nada de carros.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 01 votos contra e 12 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**p) Apreciação da informação prestada pelo Sr. Presidente da CM Caminha, em 02.12.2021 relativamente a:**

- a) Recusa de fornecimento, em papel, dos Reglamentos Municipais em vigor a um deputado Municipal.**
- b) Constatação da inexistência - por não ter sido elaborado pelo órgão executivo - do relatório da oposição qua alude o art.º 10º da Lei 24/98, de 26 de maio.**

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que no dia 12 de novembro, quando tomou posse, nesta Assembleia, dirigiu ao Senhor Presidente da Mesa, um pedido de algumas informações escritas dirigidas à Câmara Municipal, nos



## Assembleia Municipal de Caminha

termos da Lei 75/2013, os pedidos feitos pelos Deputados Municipais são dirigidos à Câmara, são feitos através da mesa. E, efetivamente, volta a dizer, a Câmara Municipal, no último dia do prazo, prestou parcialmente a informação que foi requerida. E, refere parcialmente porquê. E, o Sr. Presidente, isto que ele está ali a falar também é para o Senhor Presidente da Mesa, porque tem a ver com o artigo 31 da Lei 75/2013.

Eles estão ali no exercício de funções públicas, como estão os Senhores Vereadores, a tempo inteiro, ou, sem delegação de competências. E, para exercerem as funções sejam elas agradáveis ou menos agradáveis para uns e para outros. É, facto que precisam de uma panóplia de informação sobre o Município. Para eles, Deputados Municipais, e sobretudo para aqueles que chegaram agora a esta casa é fundamental ter a informação toda que foi solicitada.

Ora, relativamente aos Regulamentos Municipais, o Senhor Presidente limitou-se a os remeter para uma página da internet. Isso significa que se eles quiserem imprimir os regulamentos para os ler, como deve de ser e anotar. Tem que à custa deles para fazer trabalho público gastar rios de dinheiro, ter impressoras e equipamentos informáticos. Ora, é precisamente que o artigo 31º, da Lei 75/2013, prevê que o Presidente da Assembleia Municipal crie os mecanismos suficientes para que os Senhores Deputados possam exercer as suas funções. E, portanto, Senhor Presidente esta intervenção é para dizer que lhe foi impossível aceder aos regulamentos municipais e neles efetuar o trabalho que pretendia, e sugerir que vossa excelência que na preparação do próximo orçamento municipal providencie que se crie uma instalação na Câmara Municipal de Caminha, no sentido, em que quando os Senhores Deputados Municipais de qualquer Partido precisarem de imprimir documentos para usar na Assembleia Municipal ou ter acesso a documentos desta Câmara, nomeadamente, para os consultar e confrontar com outros, esse serviço seja feito pelo serviço de apoio aos membros da Assembleia Municipal. É no mínimo desproporcional e até antidemocrático por o ónus de imprimir esta



## Assembleia Municipal de Caminha

caixa de papeis que lhe deram que foi buscar ao Município, porque, julga que era desnecessário ter no correio que gastava muito dinheiro, é no mínimo desproporcional e antidemocrático exigir aos deputados que estão ali com uma senha de presença que imprimam os documentos, que às vezes são imensos, sobre os quais querem trabalhar. Eles, foram para ali, para exercer funções públicas e com a mesma dignidade que os eleitos que estão a tempo inteiro têm todos os equipamentos do município para exercerem as suas funções e as suas competências, também aqueles, em particular a Assembleia Municipal, neste caso, que exercem essas funções devem ter o mínimo de apoio logístico. Senhor Presidente quanto à alínea b), que é constatação da insistência por não ter sido elaborado pelo órgão executivo o relatório da oposição, a que alude o artigo 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio, dizer o seguinte: esta lei é precisamente do ano 1998, é de um governo socialista, do António Guterres, e esta Lei prevê no artigo 10.º que o órgão executivo, neste caso a Câmara, elabore um relatório anual sobre o trabalho da oposição. Isto não só é o respeito pelas minorias, como é também a obrigatoriedade de quem está no poder em maiorias de levar as populações o conhecimento daquilo que foram as iniciativas durante esse ano da oposição.

E, portanto, dizer que fiquei extremamente admirado que uma Câmara do Partido Socialista viesse ou não tivesse elaborado, pelo menos, no ano passado, para trás a ele não lhe interessa, o relatório da oposição. E, portanto, isto é uma chamada da atenção para que eles se pronunciem sobre esse relatório, que pode ser apreciado na Assembleia, pela falta de esse documento jurídico, onde teria de constar toda atividade que a oposição fez no passado e eles assim não conseguem saber qual é.

**q) - Com vista a promover a aproximação dos eleitos à Assembleia Municipal dos cidadãos e residentes no concelho, se discuta e aprove uma recomendação ao executivo municipal, para que, no prazo de 30**



## Assembleia Municipal de Caminha

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

**dias, se crie uma conta de correio eletrónico institucional para:**

- a) Mesa da Assembleia Municipal.**
- b) Deputados Municipais.**

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, informou o Senhor Deputado Jorge Nade que este ponto da ordem de trabalhos, já foi trabalhado e está resolvido em sede de revisão do regimento, e neste momento já estão a elaborar os e-mails institucionais e a mesa da Assembleia já possui um e-mail institucional desde sempre.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, fez uma interpelação à mesa, e disse que não sendo ele o advogado, mas, segundo o artigo 17º, no ponto 1, do regimento, as menções devem ser apresentadas antes do período da ordem do dia, e, não se estando nesse momento sugere a retirada deste ponto.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, disse que este ponto foi enviado pela coligação para fazer parte da ordem do dia, mas, como se trata de uma recomendação, teria que ser solicitada antes do período da ordem do dia, pelo que, fica ali a justificação.

**r) - Face ao estado económico/financeiro em que se encontra o Município, se constitua uma Comissão ou grupo de trabalho permanente, composto por, pelo menos, um deputado eleito por cada partido/coligação, ou grupo de independentes, para acompanhamento e fiscalização da atividade da Câmara Municipal, com vista à apreciação e fiscalização mensal da evolução/redução da dívida municipal, capacidade de endividamento do município, verificação da execução da receita e da despesa municipais correntes e de capitais, em função das cabimentações orçamentais**



## Assembleia Municipal de Caminha

**aprovadas.**

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que depois da intervenção do Senhor Presidente da Câmara de hoje, ainda mais se justifica se pensar a sério nisto. O Regimento Municipal prevê que se possam criar na Assembleia comissões ou grupos de trabalho para acompanhamento de situações delicadas do Município.

O Senhor Presidente da Câmara foi ali dizer e confirmar que a situação do Município é extramente delicada, e dizer que vai ter orçamento que vai ser extremamente exigente. Esta Assembleia tem reunido só, ou praticamente aquilo que a lei exige que é 5 vezes por ano. E, portanto, o grupo da coligação “O Concelho em Primeiro” quer criar uma comissão de acompanhamento que não interfira com o trabalho do executivo, mas que possa, junto da Câmara Municipal e dos seus órgãos, inteirar-se da situação da dívida do Município, das dificuldades e até partilhar, sem poder de voto, mas, com algum aconselhamento, com tem feito o Senhor Deputado da CDU, em algumas matérias, criar uma comissão que pelo menos uma vez por mês acompanhe o município e o Senhor Presidente nesta matéria, o que lhes parece de extrema importância. Comissão essa que poderia até reportar aos membros da assembleia através do correio eletrónico institucional e nas assembleias da evolução ou devolução que esta questão importante para o município possa ter.

E, aquilo que a coligação propõe, é que esta comissão seja aprovada e que cada partido ou coligação ou grupo de independência tenha pelo menos um membro nesta comissão. Ou seja, os Senhores do Bloco de Esquerda e da CDU teriam que estar presentes, o PSD designaria um membro e o PS designaria outro e também os Senhores Presidentes de Junta poderiam designar um eventual membro para esta comissão. E, portanto, entendem que aprovar esta comissão era também ajudar o Senhor Presidente da Câmara nas



## Assembleia Municipal de Caminha

dificuldades que ali veio expressar de uma forma tão expressiva e sentida no que diz respeito a esta dívida.

Muito obrigado.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, tomou a palavra para dizer apenas que nada os opõe. A CDU é a favor do conhecimento e também lhes parece que casavam aí duas situações: uma delas tem a ver com o poder de fiscalização da própria assembleia e, por outro lado, também havia uma maior proximidade entre os dois órgãos do município: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal de Caminha.

Mas na verdade o que o trouxe ali foi precisamente dizer que neste momento estão a fazer a revisão do regimento. E talvez seja prematuro avançar-se já com esta questão de se constituir este grupo de trabalho. Propõe, se assim entenderem e aceitarem, que em janeiro a revisão possa estar concluída e nela se inclua uma série de matérias que estão a ser acauteladas. Uma delas prende-se com aquele ponto que não foi propriamente retirado, porque julga que o Senhor Presidente acabou por dar a explicação de que já estava tratado apesar de não ter percebido que era uma forma de proposta de recomendação, a verdade é que ele já está no âmbito da própria revisão do regimento. E, aquilo que propõe ao Senhor Deputado Jorge Nande, se ele não se importar, é retirar esta proposta e avançar para janeiro quando já se tiver o regimento revisto.

Poderá já eventualmente estar pronto para a reunião do orçamento. Não, vai assumir ali essa responsabilidade. Mas esta proposta deve vir a seguir ao regimento estar revisto e em vigor. Agora, é um pouco prematuro.

Disse.

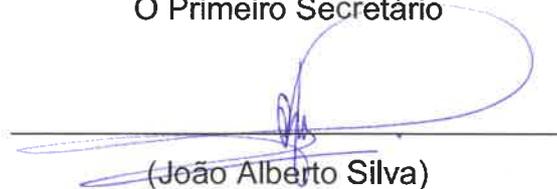
Na sequência da intervenção do Senhor Deputado da CDU, a coligação "O Concelho em Primeiro" aceitou a proposta, dispensando votação.



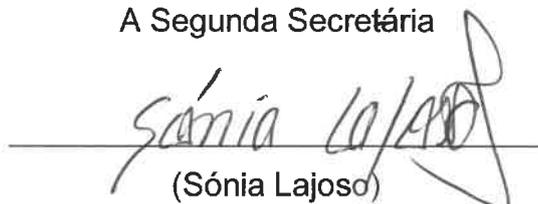
## Assembleia Municipal de Caminha

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 03H300M, do dia 18 de dezembro de 2021, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

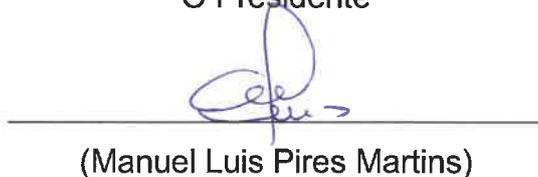
O Primeiro Secretário

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be 'João Alberto Silva'.

A Segunda Secretária

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be 'Sónia Lajoso'.

O Presidente

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be 'Manuel Luis Pires Martins'.